



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

O Brasil e a independência de Angola (1975):  
política externa oficial e diplomacia militar paralela

**Gisele Christini de Sousa Lobato**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Estudos Africanos

Orientador(a):  
Doutor Luís Nuno Rodrigues, Professor Associado com Agregação  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2015



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo suporte dado ao longo de toda uma vida, em especial a meus pais, José Antônio e Mara, que nunca pouparam esforços, mesmo nos momentos de dificuldade, para que eu tivesse acesso a uma boa formação educacional. Agradeço também ao Luiz, pelo apoio nos últimos anos, sem o qual o sonho de fazer este mestrado não teria sido realizado.

Não poderia deixar de agradecer também a meu orientador, Prof. Dr. Luís Nuno Rodrigues, pelos conselhos e pela amabilidade ao longo de todo este processo e, sobretudo, por sua paciência e compreensão na árdua reta final de conclusão desta dissertação. Aproveito para agradecer a todos os professores do mestrado em Estudos Africanos do ISCTE-IUL, com quem muito aprendi durante o curso e que sempre se mostraram abertos para a troca de ideias, os conselhos ou mesmo as simples – mas não menos importantes – demonstrações de incentivo nos corredores. Agradeço também a todos os meus colegas de mestrado, que seguramente levarei do ISCTE-IUL para a vida.

A todos aqueles que dividiram comigo um pouco de suas histórias, agradeço a confiança e a disponibilidade. Começo por citar os entrevistados cujos depoimentos foram essenciais para a elaboração desta investigação: Eduardo Luís da Câmara Cascudo, Ivony Vieira de Andrade Melo, Jorge Milton Temer, Paulo César Amendola, Pedro Alberto Rodrigues da Silva, Raul de Taunay e Wellington Moreira Diniz. Mas não poderia deixar de mencionar também outras testemunhas do período, com quem tive conversas mais ou menos informais que permitiram uma melhor compreensão desse momento histórico: Álvaro Caldas, Chizuo Osawa (“Mário Japa”), Cyro Advincula, José Carlos Sappi, José Carlos Tórtima, Maria do Carmo Brito e Otto Brockes. Devo dedicar um agradecimento especial também aos funcionários dos arquivos visitados, dos quais destaco Clóvis Aguiar, do Arquivo Histórico do Itamaraty, e Johenir Jannotti Viegas, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, pela atenção especial oferecida no processo de pesquisa.

Há ainda mais um grupo interminável de pessoas sem as quais esta investigação não teria sido possível, seja pelo apoio logístico, pelos contatos fornecidos, pela bibliografia enviada, pelas ricas reflexões e até por pequenos e úteis palpites. Correndo o risco de esquecer de muitos nomes, não poderia deixar de mencionar: Daniela Alarcon, Bruno Mandelli, Sofia Fernandes, Chico Otávio, Hugo Studart, Elio Gaspari, Fabiane Brito Roque, Luís Reznik, Thiago Herdy, Paulo Cantuaria, Eduardo Schnoor, Mojana Vargas, Ana Tomás Ribeiro, Xavier de Figueiredo, Ana Magalhães, Samuel Souza, Veronika Baudysova, Sílvio Mendes, Justin Vance, Guilherme Alpendre e Thiago Azevedo. Gostaria de finalizar deixando um forte abraço a Pedro Paulo de Figueiredo Silva, grande companheiro de biblioteca e café, que muito partilhou de sua experiência comigo, e a Henrique Botequilha, inesgotável fonte de inspiração e motivação, revisor informal desta dissertação, companheiro virtual em madrugadas de trabalho e um dos grandes responsáveis por fazer nascer em mim a paixão pela África.



## RESUMO

Esta dissertação aborda o envolvimento brasileiro na fase final do processo de descolonização angolano, concentrando-se principalmente no período entre a instalação da Representação Especial do Brasil perante o Governo de Transição de Angola, em março de 1975, e a declaração de independência do país africano, em 11 de novembro do mesmo ano. A análise é baseada tanto na revisão da literatura acadêmica como no trabalho com fontes primárias, incluindo a consulta à documentação oficial disponível, a análise de relatos pessoais publicados por personagens daqueles episódios e entrevistas com testemunhas. O objetivo desta pesquisa é averiguar se o conceito de “diplomacia militar paralela”, adotado por Moniz Bandeira para se referir às intervenções mais ou menos encobertas usadas pelo Brasil nos anos 1970 para garantir a tomada do poder por militares de direita na América Latina, também pode ser aplicado para a atuação brasileira em Angola nos meses que antecederam sua independência em relação a Portugal. Este trabalho não analisa, portanto, apenas o processo que levou ao reconhecimento, pela ditadura brasileira, da independência declarada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Também são reunidos os vestígios da participação de agentes de segurança dessa mesma ditadura nas fileiras da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Este trabalho apresenta indícios da presença de policiais de um grupo de elite do Rio de Janeiro nas tropas de Holden Roberto no segundo semestre de 1975, atuando como especialistas em explosivos.

**Palavras-chave:** Brasil. Angola. Relações internacionais. Diplomacia. Descolonização. Guerra Civil. Ditadura militar.



## **ABSTRACT**

This thesis approaches the Brazilian involvement in the final process of decolonization of Angola, concentrating mainly on the period between the installation of the Special Representation of Brazil before the Angolan Transitional Government in March 1975 and the declaration of independence of this African country, on 11 November of the same year. The analysis is based on the review of academic literature and on work with primary sources, including the consultation of official documentation, the analysis of written memoirs and personal interviews of the involved characters. The goal of the research is to verify if the “parallel military diplomacy” – concept adopted by Moniz Bandeira to refer to more or less undercover operations carried out by Brazil in the 70’s in order to guarantee the power overtake of the rightist militaries in Latin America – can be applied also for the Brazilian action in Angola months before its independence on Portugal. Therefore, this work not only analyzes the process that led to the recognition, by the Brazilian dictatorship, of the independence declared by the People’s Movement for the Liberation of Angola (MPLA). There are also traces of the participation of security agents of the same dictatorship inside the National Front for the Liberation of Angola (FNLA). This work presents the traces of the elite Rio de Janeiro police units in the troops of Holden Roberto in the second semester of 1975, acting as explosives specialists.

**Keywords:** International relations. Diplomacy. Military dictatorship. Civil war. Decolonization. Brazil. Angola.





## ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS .....	10
INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA .....	15
1.1 O rompimento da ponte sobre o Atlântico e a colonização angolana .....	15
1.2 A disputa entre ocidentalistas e nacionalistas no Brasil do pós-guerra.....	17
1.3 A política externa no governo Kubitschek e o apogeu da lusofilia .....	23
1.4 A Política Externa Independente e o discurso africanista no Brasil.....	28
1.5: A política externa no regime militar e o dilema entre segurança e desenvolvimento .....	36
1.6: O 25 de Abril, a descolonização da África lusófona e o novo desafio do Brasil .....	44
CAPÍTULO 2: O BRASIL E A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1975).....	47
2.1: Negociações para a abertura das representações especiais em Moçambique e Angola .....	47
2.2: Chegada da delegação a Luanda e seus primeiros contatos com brasileiros.....	48
2.3: O Brasil como rota de fuga para os portugueses em Angola .....	54
2.4: Colaboradores da FNLA visitam o Brasil .....	57
2.5: Novos confrontos em Luanda e a retirada dos brasileiros de Angola .....	60
2.6: A participação de brasileiros na marcha da FNLA para Luanda.....	63
2.7: A presença cubana em Angola e o reconhecimento da independência pelo Brasil.....	74
CONCLUSÕES.....	81
FONTES.....	85

## LISTA DE SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
AN	Arquivo Nacional
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CIE	Centro de Informações do Exército
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
COLINA	Comando de Libertação Nacional
DOI-CODI	Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GOEsp	Grupo de Operações Especiais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MABLA	Movimento Afro-Brasileiro pela Libertação de Angola
MDLP	Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MFA	Movimento das Forças Armadas
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NARA	<i>National Archives and Records Administration</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEI	Política Externa Independente
PIDE-DGS	Polícia Internacional e de Defesa do Estado – Direção-Geral de Segurança
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SERESP	Serviço de Recursos Especiais
SNI	Serviço Nacional de Informações
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UDN	União Democrática Nacional
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União das Populações de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## INTRODUÇÃO

Em suas reflexões sobre o trabalho do historiador, Marc Bloch nos lembra que documentos não falam, a menos que saibamos interrogá-los. Toda investigação histórica supõe a formulação de perguntas por parte do historiador. Essa escolha de perguntas deve ser flexível, permitindo agregar uma multiplicidade de novos tópicos e abrir caminhos para surpresas, de modo que sirva “de ímã às limalhas do documento”<sup>1</sup>.

Não fui a primeira pessoa a fazer a pergunta que motivou os passos iniciais desta investigação, mas sim o ex-agente da CIA John Stockwell, na passagem de seu livro sobre a intervenção norte-americana em Angola em que narra um encontro que teve com Holden Roberto, líder da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA):

Roberto entrou vindo da pista de aterrissagem e apertou distraidamente minha mão. Vestia calças compridas, um casaco leve e um boné de golfe bege. Mal tive tempo de tomar um copo d’água antes de ele me colocar em um dos novos miniônibus Volkswagen e partirmos. Conosco estavam três brancos: um português alto e largo, chamado Xavier; um homem pesado vestido com um uniforme completo com insígnias de major, paraquedas e um boné vermelho; e Falstaff. [...] Segundo Falstaff, o que estava de uniforme era um major do Exército brasileiro, aparentemente ali como observador. E o que faziam Falstaff e um major brasileiro no Ambriz? Falstaff esquivara-se a esta pergunta, mudando de assunto. Mas a resposta era óbvia. O Brasil não estava desinteressado no desfecho angolano.<sup>2</sup>

Poucas páginas depois, o livro dava um rosto ao “observador do Exército brasileiro”. Agachado, com uniforme militar, ele posava para foto ao lado de Roberto, de Stockwell e de membros da FNLA em frente a uma placa que indicava que Luanda estava a 32 quilômetros<sup>3</sup>. O que faziam brasileiros<sup>4</sup> ao lado de Holden Roberto? Quem era o “homem pesado”, de paraquedas e boné vermelho? Ele era realmente um major? O relato de Stockwell é confiável?

Minhas primeiras leituras sobre o período não ajudaram a responder essas questões. A produção acadêmica sobre a conexão entre esse episódio e o Brasil preocupou-se, principalmente, com o reconhecimento diplomático da independência declarada em 11 de novembro de 1975 pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A importância desse foco de análise é inquestionável, afinal, o Brasil da década de 1970 era uma ditadura militar de direita, anticomunista, e se apressou a reconhecer um governo liderado por um movimento marxista. Mais que isso: o Brasil foi

---

<sup>1</sup> Bloch, 2001: 79

<sup>2</sup> Stockwell, 1978: 126

<sup>3</sup> Stockwell, 1978: 131

<sup>4</sup> O homem que Stockwell identifica como Falstaff também é brasileiro. Os testemunhos ouvidos nesta investigação indicam que Falstaff é o jornalista Fernando Luís da Câmara Cascudo, que também deixou um livro de memórias sobre sua experiência em Angola (Cascudo, 1979)

o primeiro país do mundo a expressar esse reconhecimento. Alguns autores também trabalharam a colaboração entre a esquerda brasileira e os membros do MPLA<sup>5</sup>.

O trabalho de investigação que resultou nesta dissertação foi realizado em duas etapas distintas. A primeira consistiu na identificação do homem que aparece no livro do ex-agente da CIA, e a segunda na contextualização de sua presença naquele episódio.

Para a primeira missão, priorizou-se o trabalho com fontes primárias. Nesse processo, foram encontrados alguns entraves tanto na consulta aos arquivos como na recolha de testemunhos. Apesar dos recentes esforços para aumentar o conhecimento sobre o período da ditadura brasileira, nem todos os arquivos estão acessíveis ao público – e entre eles encontram-se justamente os arquivos do Exército brasileiro<sup>6</sup>. Também havia a dificuldade em se desenhar filtros para as pesquisas nesses arquivos. Afinal, as poucas pistas do relato de Stockwell e a ausência de outros estudos sobre o tema abriam um leque de infinitas possibilidades. No caso dos testemunhos, era preciso contornar algumas limitações inerentes à história do tempo presente<sup>7</sup>. Medo de julgamentos ou de retaliações e compromissos de sigilo assumidos pelos envolvidos sobre os acontecimentos da época foram realidades com as quais esta investigação se deparou dada a especificidade do tema, que envolve contextos recentes e de violência tanto no Brasil como em Angola.

Dar um nome para aquele rosto anônimo eternizado pelo livro exigiu um percurso através dos pequenos indícios que saltavam dessas fontes escritas e orais, em um processo que remete, até certo ponto, ao paradigma indiciário de Carlo Ginzburg<sup>8</sup>. Como será detalhado na última parte do trabalho, o cruzamento dessas pistas permitiu concluir com bastante segurança que o “homem pesado” de Stockwell era José Paulo Boneschi, um policial do Rio de Janeiro. Acompanhando Boneschi, pelo menos outros cinco agentes ligados à ditadura brasileira juntaram-se à FNLA em 1975.

A partir da identificação de José Paulo Boneschi, teve início a segunda etapa desta investigação, cujo objetivo era encontrar uma resposta para a aparente contradição representada pelo simultâneo reconhecimento do MPLA pelo Itamaraty e a presença de agentes brasileiros nas fileiras da FNLA. A hipótese formulada é de que *o setor mais radical da ditadura brasileira exerceu, em Angola,*

---

<sup>5</sup> Sobre o reconhecimento da independência de Angola, podemos citar, a título de exemplo, Saraiva (1996 e 1999), Pinheiro (2007) e Dávila (2011). Além de constar no livro de Dávila, a ligação entre as esquerdas brasileiras e o MPLA também aparece no trabalho de Bittencourt (2008)

<sup>6</sup> “Lei de acesso é desrespeitada por órgãos do governo”, *O Globo*, 10 de maio de 2015, disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/lei-de-acesso-desrespeitada-por-orgaos-do-governo-16110382>

<sup>7</sup> Fico, 2012

<sup>8</sup> Ginzburg (1989: 177) propõe a produção do conhecimento histórico por meio de vestígios, fazendo um paralelo com o trabalho desenvolvido, por exemplo, por um detetive ou um psicanalista. “A realidade é opaca; mas existem certos pontos – pistas, sinais – que nos permitem decifrá-la”

*uma diplomacia militar paralela à política externa oficial nos meses que antecederam a independência do país africano.*<sup>9</sup>

O conceito de “diplomacia militar paralela” é adotado por Moniz Bandeira para se referir às intervenções “mais ou menos encobertas” usadas pelo Brasil nos anos 1970, no governo de Emílio Garrastazu Médici, para garantir a tomada do poder por militares de direita na Bolívia, no Uruguai e no Chile. Segundo o autor, essas operações ocorreram como desdobramento das políticas de segurança e do nacionalismo autoritário do governo brasileiro, que não podia tolerar em sua vizinhança experiências de esquerda, ainda que, oficialmente, defendesse os princípios de autodeterminação e não-intervenção em assuntos internos de outros países.<sup>10</sup> Vale lembrar que Angola tinha grande interesse estratégico para os militares brasileiros preocupados com a segurança no Atlântico Sul.<sup>11</sup>

O conceito de política externa aqui empregado considera a formulação de Reynolds, que define a política externa como "o conjunto de medidas adotadas pelos diferentes setores do governo do Estado em relação com outras entidades que também atuam na arena internacional, com a finalidade de promover os objetivos permanentes dos indivíduos aos quais o Estado representa"<sup>12</sup>. A formulação dessa política, na concepção do autor, decorre de um processo decisório que se desenrola na arena interna, do qual participam os segmentos organizados da sociedade e os órgãos estatais, com destaque para a diplomacia e as Forças Armadas. Cada um desses setores tem sua própria política externa, baseada em seus interesses e sua análise do quadro internacional, e busca ganhar espaço na elaboração da linha de atuação do Estado que, uma vez definida, passa a se desenvolver de modo autônomo<sup>13</sup>.

Gonçalves e Miyamoto, desenvolvendo o conceito de Reynolds, ponderam que, nos regimes autoritários, esse processo decisório ocorre em um espaço restrito, já que:

Há mais forte ideologização dos atores e tende a prevalecer a posição das forças que detêm o monopólio do poder de Estado. A falta de representação e a censura impedem a influência da opinião pública. Nos regimes fechados, os objetivos nacionais emanam diretamente dos que manipulam as rédeas do poder, os quais sobrepõem sua percepção e seus interesses exclusivos aos interesses gerais da nação.<sup>14</sup>

---

<sup>9</sup> A hipótese formulada tem precedentes. Citando Stockwell, o embaixador Ovídio de Andrade Melo (2009: 144-145), em suas memórias, questiona a possibilidade de o Brasil ter feito “jogo duplo” em Angola. Já Saraiva (1996: 181), com base nas reflexões do diplomata, cogita a atuação de uma “diplomacia militar paralela” por parte de militares que teriam apoiado a FNLA dentro de uma operação da CIA. Nenhum dos dois, porém, desenvolve o tema ou acrescenta elementos ao relato de Stockwell

<sup>10</sup> Moniz Bandeira, 1997: 114

<sup>11</sup> Saraiva, 1996: 102-105

<sup>12</sup> Reynolds, 1977: 58 *apud* Gonçalves e Miyamoto, 1993: 211

<sup>13</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 211-212

<sup>14</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 213

No entanto, é preciso considerar que, no caso da ditadura brasileira, a centralização do poder era desafiada pela autonomia conquistada pelos órgãos de segurança e de informação. A necessidade de “reprimir a repressão” é um dos panos de fundo para o processo de abertura do país, que teve início na década de 1970.

Como será trabalhado no primeiro capítulo, com base na revisão da literatura acadêmica, a construção de uma política africana pelo Brasil entre o final da Segunda Guerra Mundial e o episódio da independência angolana foi um caminho traçado entre avanços e reveses, reflexo das disputas que marcaram esse período. No plano internacional, havia a bipolaridade da Guerra Fria, que posteriormente passou a ser desafiada pelos países do Terceiro Mundo. O desejo de desenvolver a periferia do sistema internacional, que motivou esse questionamento às potências hegemônicas, também ecoou no Brasil. O dilema em torno do melhor caminho para fazer o país crescer e se industrializar dividiu a classe política brasileira, influenciando a forma como o Brasil se posicionava no mundo.<sup>15</sup> O Brasil tinha ainda um fator adicional para lidar na construção de sua política africana: o discurso de fraternidade que marcava suas relações com Portugal e que constrangia uma aproximação com os anseios dos africanos que viviam sob o domínio português. Na mesma época em que esse discurso começou a ser questionado, outro era construído: o de amizade com a África.<sup>16</sup> A decisão oficial da diplomacia de reconhecer o governo proclamado pelo MPLA em 1975 é o culminar de um longo processo de equilíbrio entre essas diversas dicotomias – segurança nacional e desenvolvimento, nacionalismo e ocidentalismo, amizades e interesse nacional. Neste primeiro capítulo, antes de abordar a trajetória de construção da política brasileira para a África, apresento alguns dos aspectos do processo de colonização de Angola a partir da metade do século XIX.

Já o capítulo final será dedicado especificamente aos meses que antecederam a independência de Angola, agora priorizando a análise das fontes primárias colhidas na primeira etapa desta investigação. O período englobado pela narrativa vai da instalação da Representação Especial do Brasil perante o Governo de Transição de Angola, em março de 1975, até novembro do mesmo ano, quando o Brasil oficialmente reconheceu o MPLA – e os “homens pesados” da polícia do Rio de Janeiro fizeram suas malas de volta para casa.

---

<sup>15</sup> Moura, 2012: 181

<sup>16</sup> Como será trabalhado no primeiro capítulo, foi entre o final dos anos 1950 e o início dos 1960, após o episódio do asilo do general Humberto Delgado, que a opinião pública brasileira começou a olhar de forma mais crítica para o alinhamento com Portugal (Gonçalves, 2003: 223). A época coincide com a onda de publicações e o surgimento de grupos de estudos dedicados às relações do Brasil com a África (Saraiva, 1996: 89-96)

## CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DO BRASIL PARA A ÁFRICA

### 1.1 O rompimento da ponte sobre o Atlântico e a colonização angolana

O fechamento dos portos brasileiros ao tráfico de escravos, em 1850, deu início um processo de afastamento entre Angola e o Brasil que só viria a ser revertido na década de 1970. Encerrado o comércio de escravos, as trocas entre os dois territórios tornaram-se irrelevantes. Mas isso não basta para explicar esse século de silêncio que tomou conta do Atlântico Sul. Analisando pelo contexto brasileiro, pesou nesse processo a questão ideológica, herdada da estrutura social da escravidão, que promoveu uma tentativa de negação das raízes africanas por parte das elites brasileiras e uma busca pelo “embranquecimento” do Brasil.<sup>17</sup> Por outro lado, o fim do comércio de escravos também colaborou para a transformação da estrutura angolana, reforçando suas ligações com Portugal que, já no início do século XIX, via na África uma alternativa para minimizar o impacto econômico da independência do Brasil, proclamada em 1822. O plano de Sá da Bandeira, de 1836, foi o ponto de partida para um conjunto de medidas implementadas nos anos seguintes. A ideia do projeto era transformar a economia das colônias africanas por meio da aplicação de capital e da utilização da mão de obra que antes era exportada, além de promover um reforço no comércio com a metrópole. Em seus primeiros anos, porém, os planos esbarraram na forte ligação existente entre Angola e o Brasil. A penetração portuguesa enfrentava a concorrência dos mercadores brasileiros e o poder dos grandes negreiros africanos, problemas ultrapassados com a interrupção do tráfico em 1850.<sup>18</sup>

Após a Conferência de Berlim (1874-1875), o movimento português de ocupação colonial acelerou seu passo. Segundo Alexandre, dois fatores ajudam a explicar essa evolução: o avanço técnico associado ao desenvolvimento do capitalismo, que teve implicações nos transportes, nas telecomunicações, na medicina e nas técnicas militares; e as transformações vividas na própria África, onde os sistemas políticos tradicionais foram minados e o poder estava cada vez mais pulverizado. Também contribuiu o aumento do interesse da sociedade portuguesa nas colônias, sobretudo após a corrente nacionalista nascida do *ultimatum* inglês de 1890, que impediu a ocupação por Portugal da região entre Moçambique e Angola – área do chamado “mapa cor-de-rosa”. O império colonial se tornava símbolo dos valores nacionais e um instrumento de afirmação, sentimento que seria incentivado após o golpe de 1926, que consolidou o “mito do império”<sup>19</sup>.

Quando ocorreu o golpe militar de 28 de maio de 1926 em Portugal, a situação financeira em Angola era gravemente deficitária. A I República Portuguesa (1910-1926) havia tentado introduzir

---

<sup>17</sup> Saraiva, 1993: 41-45 e Penna Filho e Lessa, 2007: 58-59

<sup>18</sup> Alexandre, 2000: 128-140 e 233-235

<sup>19</sup> Durante o Estado Novo, incentivou-se a criação de uma mística em torno da vocação colonizadora de Portugal, com o intuito de desenvolver sentimentos de grandeza e uma noção de unidade territorial que pudessem ser mobilizados em prol do projeto colonial. Ver Alexandre, 2000: 235-241

uma política de autonomia para as colônias, com um regime de descentralização administrativa. O sistema, porém, permitiu o endividamento desses territórios, provocando inflação e impedindo a transferência de fundos para Lisboa. Em Angola, a situação financeira era agravada pelo esgotamento da economia extrativista e pela dificuldade em impulsionar as plantações.<sup>20</sup>

Remodelar a administração colonial – promovendo uma maior organização e um aumento na fiscalização – tornou-se prioridade do regime instaurado em 1926. Em 1928, António de Oliveira Salazar assumiu o posto de ministro das Finanças. Sua principal preocupação era o equilíbrio do orçamento português, o que esbarrava no problema do déficit ultramarino. Em 1930, Salazar assumiu interinamente o Ministério das Colônias e propôs um programa para organizar o crédito, os regimes aduaneiros, as carreiras de navegação e os orçamentos coloniais. Com três meses no cargo, no entanto, passou a defender a criação de um dispositivo legal que regulamentasse a vida nas colônias e enfrentasse de forma mais profunda as causas estruturais do problema.<sup>21</sup> Aprovado em 8 de julho de 1930, o Ato Colonial reafirmava a vocação colonizadora e “civilizacional” de Portugal, restringia as concessões para estrangeiros, criava um regime jurídico especial para as populações locais, acabava com a autonomia financeira e reduzia os poderes dos gestores locais, centralizando em Lisboa as questões mais importantes. Do ponto de vista econômico, três vertentes definidas a partir do Ato Colonial – a centralização, a nacionalização e o reforço do pacto colonial – foram as marcas do projeto imperial do Estado Novo, inaugurado em 1932 com a chegada de Salazar ao topo do poder.<sup>22</sup>

A política econômica do Estado Novo idealizava a criação de uma espécie de zona comercial protegida formada por Portugal e suas colônias, com tarifas protecionistas e um sistema de cotas preferenciais – que fizeram o capitalismo angolano se desenvolver afastado dos princípios do livre mercado.<sup>23</sup> O principal papel das colônias nesse arranjo era o de fornecer *commodities*, enquanto a metrópole concentraria o processo de industrialização. Além de fornecedoras de matérias-primas para as indústrias metropolitanas, as colônias eram mercados reservados para a produção da metrópole. O efeito dessa política foi o aumento do comércio entre Portugal e suas colônias. No caso de Angola, a parcela da metrópole em seu total de exportações cresceu de 39,5% em 1930 para 63,23% em 1940. Já o percentual de importações de produtos metropolitanos passou de 37,4% em 1930 para 47,6% em 1935. A Segunda Guerra Mundial provocou um aumento nos preços das matérias-primas, que beneficiou a economia das colônias. Exemplo desse impacto em Angola ocorreu no café, cujas exportações subiram de 18 mil toneladas antes do conflito para 40 mil toneladas depois.<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> Duarte Silva, 1989: 103-104 e Alexandre, 2000: 239

<sup>21</sup> Duarte Silva, 1989: 106-116

<sup>22</sup> Alexandre, 1993: 1134, Alexandre, 2000: 241 e Duarte Silva, 1989: 118-119

<sup>23</sup> Newitt, 1981: 194-195

<sup>24</sup> Alexandre, 2000: 241-242 e Newitt, 1981: 188-194



Até os anos 1950, porém, o modelo de colonialismo português em Angola, apesar de se apoiar na retórica “civilizacional”, consistia na mera exploração de recursos naturais e humanos. A partir dessa época, com os debates que começaram a surgir internacionalmente sobre a questão colonial e a abertura do Estado Novo à industrialização, Portugal deu início a um plano de desenvolvimento para os territórios de ultramar.<sup>25</sup> Castelo ressalta, entretanto, que a primeira etapa desse projeto se voltou mais para a atração de colonos brancos do que em melhorias para população local<sup>26</sup> – em Angola, a população branca saltou de 44 mil em 1940 para quase 173 mil em 1960 e, dez anos depois, totalizava 290 mil pessoas.<sup>27</sup> Foi apenas após o início da guerra colonial que o modelo de desenvolvimento do ultramar e a situação das populações africanas começaram a ser repensados.<sup>28</sup>

O comércio, o mito do império e o fluxo migratório de portugueses tornavam Angola mais próxima de Lisboa. No entanto, essa integração não era completa, uma vez que excluía a quase totalidade dos angolanos negros desse processo. Após a Segunda Guerra Mundial, perderam forças as teses de “darwinismo social” – que viam os negros como uma “raça inferior” –, mas elas foram substituídas por outra noção de superioridade, agora atribuída não à raça branca, mas à “civilização ocidental”. A mudança de perspectiva ideológica não alterou o alijamento das populações locais. Para ter os mesmos direitos dos brancos, o negro precisava comprovar sua “assimilação”: falar o português, seguir os costumes do colonizador e possuir uma profissão que lhe fornecesse recursos para garantir um padrão de vida ocidental. Essa separação dos negros entre “indígenas” e “assimilados”, presente na legislação colonial até 1961, impediu a esmagadora maioria dos angolanos de ter acesso à cidadania. Em 1961, apenas 1% dos negros de Angola e Moçambique possuía estatuto de assimilado. A substituição das categorias por um conceito amplo, mas vazio, de cidadania universal não pôs fim ao processo de exclusão social. A segregação dos “indígenas” e as expectativas frustradas dos negros assimilados – que nunca deixaram de ser preteridos em relação aos brancos – são algumas das razões por trás do fortalecimento das correntes anticolonialistas que culminou na implosão da empreitada imperial portuguesa – e do próprio Estado Novo – na década de 1970.<sup>29</sup>

## **1.2 A disputa entre ocidentalistas e nacionalistas no Brasil do pós-guerra**

Após o século de silêncio iniciado com o fim do tráfico de escravos, a África voltou a ser alvo fundamental da política externa brasileira na segunda metade do século XX. As dificuldades de se desvencilhar do alinhamento com Portugal, o contexto da Guerra Fria e as instabilidades internas no

---

<sup>25</sup> Castelo, 2014: 513

<sup>26</sup> Castelo, 2014: 517-518

<sup>27</sup> Newitt, 1981: 164

<sup>28</sup> Castelo, 2014: 518

<sup>29</sup> Andresen Guimarães, 2001: 23-30, Meneses, 2010: 84-85 e Alexandre, 2000: 242-243

Brasil impuseram atrasos à ambição do Itamaraty de se aproximar dos países africanos, processo que se tornou irreversível na independência das colônias portuguesas (1974-1975).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, um dos objetivos mais evidentes da diplomacia brasileira é o de dar ao país um papel de destaque nas discussões globais. O que mudou ao longo dos anos foi a estratégia para alcançar esse objetivo, que alternou momentos de alinhamento com as grandes potências a outros de apoio aberto às causas Sul-Sul em vigor desde meados do século XX<sup>30</sup>. A entrada do Brasil no conflito trouxe expectativas ao país, que esperava obter dos Estados Unidos, como agradecimento, apoio para aumentar sua projeção global e recursos para seu desenvolvimento. Mas a crescente rivalidade com a União Soviética fazia com que Washington estivesse mais focado na rápida recuperação de seus aliados, para evitar o aumento da influência comunista na Europa e na Ásia. Isso tornava a América Latina estrategicamente desprezível, frustrando as reivindicações dos países da região que solicitavam recursos para sua industrialização, dentre eles o Brasil. O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) não foi capaz de perceber o cenário. Votar com os EUA em todas as questões importantes e fazer oposição sistemática a todas as iniciativas identificadas como comunistas ou ligadas à União Soviética foram duas das principais estratégias da diplomacia brasileira no período. O agradecimento americano à fidelidade brasileira, porém, se resumia a mostras de simpatia. Nos assuntos cruciais para o Brasil, sempre prevaleciam os interesses dos Estados Unidos<sup>31</sup>.

Segundo Saraiva, embora o governo Dutra não tivesse uma política africana propriamente dita, foi nesse período que a África passou a ocupar um papel para a diplomacia brasileira: o de espaço de manobra para as reivindicações de ajuda ao desenvolvimento. Foi esse espírito que guiou a posição adotada pelo Brasil nos primórdios das discussões na ONU em torno da descolonização. Ao se posicionar em prol do *status quo* e majoritariamente contra a descolonização, o Brasil buscava apoio para aumentar sua participação nos organismos internacionais e recursos para seu desenvolvimento<sup>32</sup>. No entanto, ao apoiar as metrópoles, o Brasil acabava por contrariar alguns de seus interesses econômicos diretos, dada a concorrência entre os produtos brasileiros e os similares das colônias. O baixo custo da mão de obra africana, a maior facilidade de penetração desses produtos na Europa e os estímulos produzidos na África pelo Ponto IV da Doutrina Truman – e, indiretamente, pelo próprio Plano Marshall – colocavam os produtores de matérias-primas africanos em posição vantajosa em relação ao Brasil, que começava a sentir o peso dessa concorrência em sua balança comercial.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> Captain, 2010: 194

<sup>31</sup> Moura, 2012: 180-184, Gonçalves 2003: 61-62 e Saraiva, 1996: 24-25

<sup>32</sup> Saraiva, 1996: 26-28

<sup>33</sup> Saraiva, 1996: 25

Os representantes brasileiros no Conselho de Tutela da ONU perceberam essa contradição e recomendaram ao chefe da delegação, em 1946, que o país se posicionasse contra o colonialismo.<sup>34</sup> Mas o Itamaraty não só ignorou a sugestão como, em 1950, o então ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, enviou uma carta à delegação brasileira na ONU para conter manifestações contrárias aos interesses das potências, alegando que era preciso evitar a impressão de que a frente contra o comunismo, com a qual o Brasil se identificava, estava dividida.<sup>35</sup> O episódio mostra que, mais que uma estratégia para o desenvolvimento, o alinhamento com as potências colonizadoras ocorria por ser coerente com o viés anticomunista que dominava o governo. A diplomacia brasileira olhava com desconfiança para o movimento pelas descolonizações, interpretando-o como parte da estratégia de expansão soviética<sup>36</sup>. Nesse sentido, mais afinado com o pensamento das alas conservadoras era o estabelecimento de relações com a África do Sul. A fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, reforçaria a ideia entre os militares de que a cooperação com o governo do *apartheid* era fundamental para garantir a proteção do Atlântico Sul em relação à presença comunista.<sup>37</sup>

Gerson Moura atribui os posicionamentos no governo Dutra em parte a um aumento da importância do Itamaraty na tomada de decisões. Para Moura, o Itamaraty nesse período era um órgão burocrático e vinculado ao ideário dos “cosmopolitas”, os defensores das perspectivas neoliberais. Seus oponentes eram os “nacionalistas”, que buscavam uma política protecionista para o desenvolvimento.<sup>38</sup> O embate entre nacionalistas e o grupo identificado como “cosmopolita”, “ocidentalista” ou “entreguista” é um dos panos de fundo para a alternância de estratégias na política externa brasileira no pós-guerra que, como mencionado, intercalou o alinhamento com o Norte a períodos de aposta nas relações Sul-Sul<sup>39</sup>.

No grupo dos ocidentalistas estavam os setores liberais, que se opunham à intervenção do Estado na economia, defendiam a abertura ao capital estrangeiro e acreditavam que o fortalecimento do mercado era o caminho para o crescimento. Eram anticomunistas radicais e defensores de um alinhamento automático com os Estados Unidos, mas não formavam um movimento coeso e

---

<sup>34</sup> Sobre as posições divergentes da delegação brasileira nas Nações Unidas durante o governo Dutra, ver Moura (2012: 191-192) e Pinheiro (1989: 93-94)

<sup>35</sup> Pinheiro, 1989: 94

<sup>36</sup> Gonçalves, 2003: 121-122

<sup>37</sup> Saraiva, 1996: 29-30

<sup>38</sup> Moura, 2012: 181

<sup>39</sup> Moura (2012: 181) usa o termo “cosmopolita” para denominar setores neoliberais, enquanto Gonçalves (2003: 66) adota a expressão “ocidentalista” para se contrapor ao termo “entreguista”, usado na década de 1950 pelos nacionalistas brasileiros para se referir de forma pejorativa a seus rivais. Neste trabalho, prioriza-se a expressão “ocidentalista”, por considerar que ela situa o grupo designado não apenas em sua posição relativa nas disputas internas do país, mas também em um contexto mais amplo, da Guerra Fria

organizado<sup>40</sup>. Já o nacionalismo como grupo de distinção ideológica fortaleceu-se no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), durante a campanha pela nacionalização do petróleo. Essa corrente concentrava aqueles que rejeitavam as teses liberais clássicas como parâmetro para o desenvolvimento. O nacionalismo também era um movimento heterogêneo, não possuía diretriz partidária rígida<sup>41</sup> e tinha apoio em diferentes grupos da sociedade: era recebido com alguma simpatia por setores da classe média favoráveis à industrialização e ao desenvolvimento, mas também ecoava nas massas urbanas, por ser mais facilmente assimilado do que discursos sobre o conflito de classes<sup>42</sup>.

É preciso ressaltar que o nacionalismo brasileiro não deve ser entendido estritamente como uma fórmula que almejava o rompimento total do Brasil com as grandes potências. Essa corrente também existia, no grupo que Skidmore identifica como “nacionalistas radicais”, formado principalmente por intelectuais marxistas e membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).<sup>43</sup> Em contrapartida, também surgia nessa época o embrião de um nacionalismo dito “desenvolvimentista”, que teve sua máxima representação com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).<sup>44</sup> O fato de determinados grupos serem chamados de “nacionalistas” não excluía a presença de discursos de exaltação da nação por parte de seus opositores, como veremos no caso das Forças Armadas. Para os objetivos deste trabalho, mais importante do que definir conceitualmente o nacionalismo é entender o significado que ele adquiriu no debate político no país, sobretudo para os setores mais conservadores. Podemos identificar uma correlação entre “nacionalismo” e “política externa autônoma” e, simultaneamente, entre “nacionalismo” e “comunismo” ou “ameaça à segurança nacional”.

O nacionalismo não é um conceito autônomo, estando sempre vinculado a alguma grande narrativa histórica, do comunismo ao fascismo. O nacionalismo de Vargas associava a participação das massas a questões de soberania e de desenvolvimento econômico e apontava para uma política externa mais autônoma, situando-se à esquerda do que era considerado aceitável nacional e internacionalmente<sup>45</sup>. Ao fazer isso, esse nacionalismo tornava-se perigoso para parte da classe média, que temia que ele incitasse a luta de classes, a subversão e a revolução.<sup>46</sup> Não tardou para que

---

<sup>40</sup> Gonçalves, 2003: 167

<sup>41</sup> Gonçalves (2003: 166-167). Sobre a ascensão do movimento nacionalista na campanha pela nacionalização do petróleo brasileiro, ver também Skidmore (2007: 97-100)

<sup>42</sup> Skidmore, 2007: 109

<sup>43</sup> Skidmore, 2007: 110

<sup>44</sup> O ISEB surgiu do “Grupo de Itatiaia”, uma reunião de intelectuais de São Paulo e Rio de Janeiro que teve início em 1952. Fundado oficialmente em 1955, o ISEB funcionava de forma autônoma, embora fosse vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Ainda que com algumas discordâncias entre si, os intelectuais agrupados no instituto enxergavam o Brasil como parte do Ocidente, embora não compactuassem com alinhamentos acrílicos às posições norte-americanas. Ver Gonçalves (2003: 171-172) e Schwartzman (1979: 3)

<sup>45</sup> Guimarães, 2001: 160-166

<sup>46</sup> Skidmore, 2007: 110-111

despontasse nos discursos dos setores conservadores a associação entre nacionalistas e comunismo. Isso pode ser visto no relato de Sylvio Frota<sup>47</sup> sobre seus primeiros contatos com a política no Exército brasileiro. Assim ele descreve o ambiente no Clube Militar no início da década de 1950:

Uma corrente de esquerdismo infestou o Exército naqueles anos. Envernizada de nacionalismo, esprou suas vagas sobre o Clube Militar, tribuna tradicional e livre das ideias liberais. Homens bem-intencionados, porém ingênuos, concorreram para esmaecer as cores vermelhas do marxismo que a caracterizavam.<sup>48</sup>

Essa parte das memórias de Frota trata da disputa política pelo controle do Clube Militar, associação que representava os militares brasileiros e que foi alvo de calorosos debates na década de 1950. Frota descreve o grupo de nacionalistas que comandava a instituição no início dos anos 1950 e que viam no imperialismo – identificado com os Estados Unidos – o principal entrave ao desenvolvimento do país. A oposição a eles foi organizada com a fundação da Cruzada Democrática, que venceu a presidência do Clube Militar em 1952. Os militares da Cruzada Democrática diziam que o nacionalismo de seus adversários era corrompido com teses comunistas. Ao relacionar as ideias nacionalistas ao comunismo, eles acusavam seus adversários de negarem a liberdade que diziam defender, pois se alinhavam a regimes totalitários. Para eles, era necessário ficar ao lado dos americanos, os verdadeiros defensores da democracia.<sup>49</sup> A posição dos membros da Cruzada Democrática coincidia com a linha de pensamento que estava em gestação na ESG<sup>50</sup>. Os integrantes da ESG, onde predominava o pensamento ocidentalista, também viriam a se colocar como os “verdadeiros nacionalistas”, em detrimento dos “nacionalistas comunistas”. Eles consideravam que caberia às elites e ao Estado definir os valores nacionais e projetar o caminho a ser seguido pela nação. Para eles, o nacionalismo era legítimo se atrelado a esses objetivos nacionais permanentes.<sup>51</sup>

Foi em meio a esse clima que se desenvolveu o segundo governo de Getúlio Vargas. Do ponto de vista político-militar, Vargas procurou deixar claro seu alinhamento com os Estados Unidos, assumindo e internalizando uma posição ocidental e de combate aos inimigos internos e externos – os comunistas<sup>52</sup>. Mas uma inovação em sua política externa pode ser percebida no que toca às questões econômicas, pois foram nelas que se projetaram os discursos nacionalistas. O que se viu no segundo

---

<sup>47</sup> Sylvio Frota se tornaria representante da linha dura no futuro regime militar

<sup>48</sup> Frota, 2006: 55

<sup>49</sup> Kunhavalik, 2009: 109-135 e 263-268

<sup>50</sup> Fundada em 1949 e inspirada no americano *National War College*, a ESG tinha como objetivo formar civis e militares para a gestão e o planejamento da segurança nacional (Kunhavalik, 2009: 96-99). A ESG – especificamente sua *Doutrina de Segurança Nacional* – exerceu importante papel na formulação da política externa brasileira a partir da instalação da ditadura militar, em 1964

<sup>51</sup> Oliveira, 2010: 143-144 e Kunhavalik, 2009: 268

<sup>52</sup> Hirst, 2003: 107

governo Vargas foi o uso de uma estratégia que ecoava as contestações que começavam a surgir no mundo em relação à dependência dos países em desenvolvimento. Ainda que mantivesse o alinhamento com os EUA, Vargas procurou aumentar a projeção do Brasil se aproximando do mundo subdesenvolvido, com base no estabelecimento de identidades comuns, mas visando principalmente benefícios econômicos. Foi com esse espírito que a questão do colonialismo começou a ganhar espaço, já que a independência de nações asiáticas e africanas poderia promover vantagens econômicas relacionadas ao comércio internacional e oportunidades para a diversificação das exportações.<sup>53</sup>

Uma das estratégias usadas pelo Brasil em relação ao colonialismo era cobrar melhorias nas condições de vida das populações que viviam sob a tutela das potências europeias. Se, tradicionalmente, a diplomacia brasileira reivindicava ajuda para o desenvolvimento do país, agora o discurso do Brasil passava a reconhecer que não estava sozinho nessa necessidade. Foi assim que regiões como a África passaram a ocupar algum espaço na política externa brasileira<sup>54</sup>, ao mesmo tempo em que surgiam os primeiros sinais de solidariedade do Brasil com o mundo subdesenvolvido. Em 1952, por exemplo, o Brasil se posicionou a favor da inclusão na agenda da ONU de um item sobre a independência da Tunísia, contrariando os interesses franceses e demonstrando simpatia aos países árabes e asiáticos.<sup>55</sup> Mas a instabilidade do segundo governo de Getúlio Vargas e sua perda de poder acabaram por constranger o caminho para uma política externa autônoma, o que fica claro pela própria guinada brasileira nas discussões sobre a Tunísia na ONU. Em 1953, o Brasil votou contra o projeto dos países árabes que recomendava medidas em defesa da soberania e da independência dos tunisianos. A mudança de posicionamento coincide com a reforma ministerial feita nesse mesmo ano, que fortaleceu os setores conservadores representados pela UDN, partido de oposição a Vargas onde predominava uma visão externa americanista, pró-liberalismo econômico e ocidentalista<sup>56</sup>.

É preciso, porém, relativizar a política anticolonial que Vargas havia começado a esboçar e que foi interrompida, pois ela não abrangia os territórios portugueses. Segundo Letícia Pinheiro, isso se deu graças à existência de um pensamento mais sedimentado e que se impunha às tentativas de rompimento com o tradicional apoio às potências coloniais: o culto à amizade com Portugal. Um dos

---

<sup>53</sup> Hirst, 2003: 91

<sup>54</sup> Saraiva, 1996: 32-33

<sup>55</sup> Pinheiro, 1989: 97 e Hirst, 2003: 91

<sup>56</sup> Apesar de a UDN representar as elites opositoras a Vargas, o partido, em determinados momentos, chegou a levantar bandeiras nacionalistas, como é o caso de seu envolvimento na campanha pela nacionalização do petróleo (ver Skidmore, 2007: 98). Alguns políticos udenistas também estiveram envolvidos na Frente Parlamentar Nacionalista, grupo suprapartidário criado em 1956 que condenava o imperialismo (Gonçalves, 2003: 167-168). Segundo Chaloub (2012: 11), a contestação da UDN voltava-se majoritariamente contra o “nacionalismo popular”, o que não impedia o uso de um discurso nacionalista construído a partir de elites. Sobre a reforma de 1953, ver também D’Araújo (1992: 128), Ligiero (2011: 25) e Saraiva (1996: 35). Ver ainda Pinheiro, 1989: 97-98

exemplos citados pela autora para justificar o enquadramento de Vargas nessa corrente é a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta Brasil-Portugal em 1953, sobre o qual falaremos mais adiante.<sup>57</sup>

O suicídio de Vargas, em 1954, não pôs fim ao confronto entre nacionalistas e ocidentalistas, ao contrário: a Carta-Testamento deixada por ele e que denunciava a ação de forças econômicas externas sobre seu governo fortaleceu o nacionalismo<sup>58</sup>. Foi no governo de Juscelino Kubitschek, que presidiu o Brasil entre 1956 e 1961, que se verificou o ápice do embate entre esses dois grupos<sup>59</sup>. Foi também com JK que as relações entre Brasil e Portugal atingiram seu ponto máximo.

### **1.3 A política externa no governo Kubitschek e o apogeu da lusofilia**

No período em que Kubitschek presidiu o Brasil, o chamado Terceiro Mundo reforçava seus questionamentos em relação à bipolaridade da Guerra Fria. Um ano antes da posse de JK, ocorria a Conferência de Bandung, que viria a dar origem ao Movimento dos Não Alinhados. Na segunda metade dos anos 50, a Ásia concluía seu processo de descolonização, que começou a avançar na África Subsaariana com as independências de Sudão (1956), Gana (1957) e Guiné (Conakri, 1958)<sup>60</sup>.

Kubitschek parecia, à primeira vista, alheio a esses movimentos. Sua gestão se aproximou das grandes potências para obter recursos para seu projeto de industrialização. Apenas atrair capital privado estrangeiro não era suficiente, já que, para financiar grandes obras de infraestrutura, também eram necessários empréstimos públicos com prazos longos e vantajosos<sup>61</sup>. A política externa estava, portanto, intimamente ligada ao projeto econômico desenhado para o país. As demonstrações de amizade às potências, usadas para tentar atingir esses objetivos, fizeram com que alguns autores, como Guimarães, considerassem a política externa de Kubitschek como de “claro e inequívoco” alinhamento com o Ocidente, já que as expressões nacionalistas, quando usadas, não tinham contrapartida efetiva<sup>62</sup>. Outros fazem uma análise mais complexa, mostrando que o alinhamento era menos passivo do que o de Dutra<sup>63</sup>. Para Gonçalves, Kubitschek era um “conservador e ocidentalista convicto”, mas recorria aos nacionalistas em busca de “decisões de grande impacto”. Sua política externa acolhia sugestões ora de um grupo ora de outro, segundo a conjuntura, alimentando as mútuas expectativas de triunfo sobre seus adversários<sup>64</sup>. Para Moura, a política externa do período 1956-1961 foi “matizada,

---

<sup>57</sup> Pinheiro, 1989: 100

<sup>58</sup> Hirst, 2003: 107

<sup>59</sup> Gonçalves, 2003: 165-166

<sup>60</sup> Sobre o fim dos impérios coloniais ver, por exemplo, Hobsbawn (1998: 214-219)

<sup>61</sup> Mello e Silva, 1992: 15

<sup>62</sup> Guimarães: 2001: 169

<sup>63</sup> Um dos exemplos dessa menor passividade é o rompimento com o FMI em 1959, diante das dificuldades para a concessão de empréstimos. Ver Gonçalves, 2003: 166

<sup>64</sup> Gonçalves, 2003: 165-166

complexa, cheia de ambiguidades, fragilidades, descompassos e contradições”, já indicando um desejo de mudança. Na avaliação do autor, o governo JK foi uma encruzilhada entre as tradições de alinhamento do pós-guerra e as tendências à autonomia que seriam aprofundadas nos anos seguintes.<sup>65</sup>

Em vez de superar as contradições brasileiras em matéria de relações internacionais – o “velho” ocidentalismo versus o “novo” nacionalismo –, Kubitschek procurou traçar um caminho de conciliação<sup>66</sup>. Nacionalistas e ocidentalistas estavam presentes dentro do próprio governo. Gonçalves identifica a influência nacionalista com assessores diretos da Presidência. Já a outra ala seria representada pelos conservadores do Itamaraty, que jogavam com o peso de seu prestígio e com as ligações com os diplomatas estrangeiros para frustrar as propostas formuladas pelos nacionalistas<sup>67</sup>. Além dos diplomatas, também os militares representavam um poderoso foco de resistência ao rompimento com a tradição ocidentalista. Exemplo disso foi o relatório que o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) enviou a Kubitschek em dezembro de 1959, criticando a visão do ISEB sobre a política externa. O texto atribuía algumas posições a essa política – como a necessidade de estreitamento das relações com países subdesenvolvidos e a abstenção de alianças formais com os centros dominantes – e dizia que sua adoção seria uma aventura de consequências imprevisíveis, que romperia com a tradição diplomática brasileira e serviria ao comunismo internacional<sup>68</sup>. Não é possível negligenciar o peso dos militares sobre as posições de Kubitschek, pois a relação do presidente brasileiro com as Forças Armadas era de vulnerabilidade.<sup>69</sup>

Apesar das resistências de alguns setores, o próprio projeto desenvolvimentista de JK passou a exigir mais atenção à questão do colonialismo, já que as receitas geradas pelas exportações de *commodities* eram fundamentais para o equilíbrio da balança comercial. A assinatura do Tratado de Paris, em 1957, que dava início ao Mercado Comum Europeu, agravava os temores dos produtores brasileiros. O medo era de que os africanos ganhassem isenção de tarifas para circular seus produtos na Europa, além de privilégios na obtenção de financiamentos. Mas Kubitschek preferia contornar o problema buscando medidas alternativas, em vez de defender diretamente a descolonização.<sup>70</sup> Uma

---

<sup>65</sup> Moura, 1991: 24

<sup>66</sup> Moura, 1991: 40

<sup>67</sup> Gonçalves, 2003: 174

<sup>68</sup> Gomes, 2010: 2-4

<sup>69</sup> JK foi eleito sem maioria absoluta dos votos, era considerado herdeiro do getulismo, tinha como vice João Goulart (arquiinimigo dos conservadores) e só conseguiu assumir a Presidência graças ao fato de o ex-ministro do Exército Henrique Lott ter barrado um golpe militar. Ver Carloni (2011) e Skidmore (1998: 203-208)

<sup>70</sup> O Brasil buscou, por meio do GATT, que os países europeus compensassem os produtores de bens primários prejudicados pelas isenções alfandegárias de que se beneficiariam os produtores africanos. O país também foi um dos mentores do projeto apresentado na ONU em 1957 que criava a Comissão Econômica para a África. A expectativa brasileira era de que esse mecanismo pudesse orientar um desenvolvimento econômico africano que reduzisse as distorções provocadas pelo MCE. Ver Pinheiro (1989: 103-104) e Saraiva (1996: 38)



das possíveis explicações para essas questões não terem sido atacadas de frente é a submissão do projeto desenvolvimentista ao contexto maior da Guerra Fria. Letícia Pinheiro lembra que, ao mesmo tempo em que o Mercado Comum Europeu ameaçava os produtores brasileiros, ele era considerado um anteparo à expansão soviética na Europa<sup>71</sup>. Quando a disputa em torno do café começou a causar atritos entre Brasil e Portugal por causa da concorrência angolana<sup>72</sup>, Kubitschek preferiu não rever a política brasileira em relação a Lisboa, pois pesavam mais os argumentos de que a desestabilização do colonialismo português traria o risco de instalação de um governo comunista no Atlântico Sul<sup>73</sup>.

Em determinados momentos, Kubitschek até tentou adotar posições simpáticas aos movimentos de libertação africanos. No entanto, segundo Moura, foram apenas gestos simbólicos e nunca em questões cruciais<sup>74</sup>. A atuação brasileira na XV Assembleia-Geral da ONU, em 1960, ilustra bem esse comportamento. Na ocasião, o Brasil votou a favor da Resolução para a Garantia da Independência dos Povos e Países Coloniais e contra outra resolução que exigia que Portugal prestasse informações sobre suas colônias. O Brasil também votou contra a autodeterminação da Argélia, como havia feito durante toda a gestão de Kubitschek<sup>75</sup>. Tanto no caso da Argélia como no das colônias portuguesas, uma explicação para o posicionamento é a adesão à tese da integridade territorial dessas colônias às suas respectivas metrópoles<sup>76</sup>. Em 1957, o Brasil havia apoiado na ONU a argumentação portuguesa de que seus territórios africanos eram províncias ultramarinas, e não colônias<sup>77</sup>.

No caso específico das colônias portuguesas, havia um fator adicional para justificar as posições do Brasil: o forte discurso de amizade com Portugal, que também viveu seu auge no governo Kubitschek. É possível identificar pressões internas e interesses externos que influenciavam o alinhamento com a antiga metrópole. No plano externo, Letícia Pinheiro lembra que Portugal e Brasil tinham interesses estratégicos no Atlântico Sul. Além disso, o Brasil tinha a pretensão de obter acesso

---

<sup>71</sup> Pinheiro, 1989: 103

<sup>72</sup> O ápice do atrito se deu entre 1958 e 1959, com a pressão brasileira para que Portugal aderisse ao Acordo Internacional do Café, que instituía cotas de retenção do produto para estabilizar os preços no mercado internacional. O debate em torno do café foi uma das poucas divergências entre Brasil e Portugal no período JK. Portugal acabou por ceder em 1959 e usou esse fato para reivindicar contrapartidas brasileiras, incluindo a rápida regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta, que ocorreu em 1960. Ver Gonçalves, 2003: 217-221

<sup>73</sup> Gonçalves, 2003: 207

<sup>74</sup> Moura, 1991: 36

<sup>75</sup> Pinheiro, 1989: 105-107

<sup>76</sup> Penna Filho e Lessa, 2007: 61

<sup>77</sup> Em 1951, a Constituição portuguesa de 1933 foi alterada e passou a utilizar o termo “províncias” para designar os territórios do ultramar, que passavam a ser “parte integrante” do Estado português. A tese de que Portugal não tinha colônias passou a ser usada por Portugal em sua defesa nas Nações Unidas. Ver Reis (2014: 189-192) e, sobre o posicionamento brasileiro, ver Pinheiro (1989: 105-106)

a informações e planos da OTAN por meio de Portugal<sup>78</sup>. Internamente, havia a pressão exercida pela colônia portuguesa estabelecida no Brasil. No início da década de 1960, existiam no país 105 centros, associações, clubes e outras agremiações de imigrantes portugueses, cujo sentimento nacionalista foi mobilizado em defesa dos interesses de Portugal quando teve início a estratégia de combate aos movimentos de libertação.<sup>79</sup> Embora a comunidade portuguesa ainda não tivesse direito a voto, sua influência familiar e econômica sobre o eleitorado brasileiro não era desprezível. Kubitschek e outros políticos costumavam se fazer presentes nas solenidades organizadas pelas instituições ligadas à comunidade.<sup>80</sup> O governo português também tinha a simpatia de importantes grupos de mídia brasileiros que se opunham a desvios na tradição ocidentalista da política externa.<sup>81</sup> Ainda assim, os contornos da relação entre Brasil e Portugal eram mais sentimentais do que concretos.<sup>82</sup> Eles eram baseados, sobretudo, na ideia romântica da existência de uma comunidade luso-brasileira, discurso que ganhou forma com o pensamento do sociólogo Gilberto Freyre e que Portugal não poupava esforços para difundir. A publicação de *Casa Grande e Senzala*, em 1933, promoveu um revisionismo da história brasileira, no qual o papel português na construção do país ganhou uma interpretação mais otimista. Além de pautar a relação especial entre os dois países, o luso-tropicalismo de Freyre ajudou a fundamentar a defesa portuguesa de suas colônias. O Brasil era apresentado como exemplo da “especificidade” da colonização lusa e era “questão de tempo” para a “democracia racial” vivida no Brasil também ser sentida nas colônias africanas.<sup>83</sup>

A nova leitura do passado colonial brasileiro levou a uma série de medidas de aproximação, que culminaram na assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, em 1953, regulamentado em 1960. Com o tratado, as posições internacionais do Brasil foram formalmente vinculadas às de sua antiga metrópole. Como seu próprio nome diz, o tratado previa que os dois países se consultassem em caso de problemas internacionais de “manifesto interesse comum”. No entanto, ele excluía da noção de comunidade luso-brasileira os territórios portugueses no ultramar, o que, na prática, impedia o Brasil

---

<sup>78</sup> Pinheiro, 1989: 107

<sup>79</sup> Rodrigues, 1982: 387 e Gonçalves, 2003: 154-158

<sup>80</sup> Santos, 2011: 138-140 e Gonçalves, 2003: 112

<sup>81</sup> Gonçalves, 2003: 159

<sup>82</sup> Alguns diplomatas chegavam a considerar incompreensível dar um apoio tão fervoroso sem contrapartida econômica, já que o governo português não permitia a penetração brasileira nas colônias, sobretudo em Angola. Ver Rodrigues (1982: 380) e Gonçalves (2003: 199-200)

<sup>83</sup> Gilberto Freire publicou ainda *O Mundo que o Português Criou*, em 1940, e em 1953, *Aventura e Rotina: Sugestões de Uma Viagem à Procura das Constantes Portuguesas de Carácter e Acção e Um brasileiro em terras portuguesas*. Os dois últimos livros tiveram como pano de fundo uma viagem por quase todo o império ultramarino que Freire efetuou a convite de Portugal, entre agosto de 1951 e fevereiro de 1952. Sobre o luso-tropicalismo, ver Gonçalves (2003: 90-98) e Castelo (1998)

de desenvolver contatos diretos com a África lusófona<sup>84</sup>. Outro marco da aliança foi o apoio brasileiro a sua antiga metrópole quando a Índia começou a reivindicar, a partir de sua independência em relação ao império britânico, em 1947, a incorporação dos enclaves de Goa, Damão e Diu. Esse apoio foi enfatizado em maio de 1955, com declarações de solidariedade feitas pelo então presidente brasileiro Café Filho durante visita a Portugal<sup>85</sup>. Nesse mesmo ano, Portugal rompeu relações com a Índia, e o Brasil passou a representar os interesses portugueses junto às autoridades indianas.<sup>86</sup>

A rede de apoio construída por Portugal no Brasil contava com aliados na diplomacia brasileira. Durante o governo Kubitschek, o principal bastião dos interesses portugueses no Itamaraty foi Odette de Carvalho e Sousa, que havia sido consulesa-geral do Brasil em Lisboa entre 1951 e 1956, ano em que assumiu a chefia do Departamento Político e Cultural do ministério. Odette e seus assessores mantinham os diplomatas portugueses bem informados a respeito das decisões brasileiras, permitindo que pudessem agir em tempo hábil segundo as necessidades de Lisboa<sup>87</sup>. Em 1958, Odette foi substituída por João Augusto de Araújo Castro. O episódio preocupou as autoridades portuguesas, que não só perdiam seu principal canal de informação, como viam a ascensão de uma nova camada dirigente, não solidária a seus interesses<sup>88</sup>. O sinal de mudanças foi reforçado pelo discurso de posse de Araújo Castro, em que o diplomata afirmou que o Brasil não podia ter “uma política exterior estática num mundo que se caracteriza pelo seu dinamismo, pela inquietação e pela sua mobilidade”<sup>89</sup>.

Mas o início da ascensão de uma geração de diplomatas nacionalistas teve pouco impacto no governo Kubitschek no que diz respeito à questão colonial, uma vez que o próprio presidente era um entusiasta do discurso de amizade com Portugal. Antes de ser empossado, Kubitschek visitou Lisboa e retornou ao Brasil sem esconder a boa impressão que guardou de seu encontro com Salazar, com quem diz ter tido uma conversa “tão apaixonante quanto útil”.<sup>90</sup> Essa simpatia foi decisiva quando ocorreu o pedido de asilo do general Humberto Delgado. Após sua derrota nas eleições presidenciais de 1958, que considerou fraudulentas, e alçado ao posto de líder da oposição, Delgado passou a sofrer perseguição do regime português, o que o levou a pedir asilo à embaixada brasileira em 12 de janeiro de 1959. O pedido foi aceito pelo embaixador Álvaro Lins. Portugal argumentou que não havia ordem de prisão contra Delgado e que não era signatário de nenhum tratado que o obrigasse a reconhecer o

---

<sup>84</sup> Os termos do documento podem ser consultados em Castro et al., 2006: 284-287. Além dessa obra, para outras análises aprofundadas sobre a assinatura do tratado e suas consequências, ver Gonçalves (2003: 99-119), Rodrigues (1965: 293-294) e Penna Filho e Lessa (2007: 64-66)

<sup>85</sup> Gonçalves, 2003: 110. Café Filho assumiu a presidência após o suicídio de Vargas e exerceu o cargo entre 1954 e 1955

<sup>86</sup> Gonçalves, 2003: 128

<sup>87</sup> Gonçalves, 2003: 176

<sup>88</sup> Gonçalves, 2003: 185-186

<sup>89</sup> *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1958 *apud* Gonçalves, 2003: 187

<sup>90</sup> Gonçalves, 2003: 112-113

asilo. Reivindicava que Delgado deveria sair do país como um cidadão comum. Já o embaixador brasileiro não aceitava esvaziar o caráter político da viagem. O Brasil homologou o asilo, mas Álvaro Lins foi isolado. Em abril de 1959, o secretário-geral do Itamaraty, Mendes Viana, foi enviado para negociar diretamente com Lisboa e aceitou as condições impostas<sup>91</sup>.

Após o episódio, Kubistchek tentou fechar as feridas abertas na relação Brasil-Portugal, aceitando o convite para ser co-anfitrião da celebração do 5º centenário da morte do infante D. Henrique, em agosto de 1960, quando foi assinada a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. Mas a conjuntura em torno de sua nova viagem a Portugal já era outra, e as manifestações de amizade a um governo ditatorial viraram alvo de críticas entre setores nacionalistas. Para Letícia Pinheiro, JK cometeu um erro de avaliação acerca da oportunidade da visita, pois o ano de 1960 já não mais comportava fortes manifestações de comprometimento com Portugal, haja vista a efervescência dos movimentos de libertação africanos e a iminência da admissão de novos Estados na ONU.<sup>92</sup> O episódio Delgado havia colocado holofotes sobre a ditadura de Salazar no Brasil, tema que antes era praticamente ignorado pelas alas nacionalistas, mais preocupadas em criticar as relações com os Estados Unidos. Para Gonçalves, o ano de 1959 acabou por marcar o despertar da opinião pública brasileira para o que era oculto pela retórica da afetividade:

Devido à curiosidade e à agitação que a questão provoca, o caráter ditatorial do regime português e a íntima ligação desse regime com o governo brasileiro passam à condição de assunto corrente e tornam-se objeto de análises e críticas por parte da oposição ao governo Juscelino Kubitschek. Nem mesmo o contencioso do café havia causado tal ranhura. De fato, enquanto este apenas mobilizou setores da intelectualidade e do mundo político ligados aos círculos governantes, por meio de análises e pronunciamentos sofisticados e, às vezes, pouco compreensíveis para o público mais amplo, a crise do asilo, por outro lado, teve o dom de despertar setores da sociedade civil brasileira que, até então, mantinham-se praticamente alheios à situação política de Portugal.<sup>93</sup>

Apesar da importância da lusofilia nos anos 1950, é preciso pontuar que foi nessa época que começou a surgir um discurso concorrente: o de amizade com a África, como veremos no decorrer deste trabalho. Ainda que repleto de fragilidades, esse discurso conquistava cada vez mais seguidores na elite intelectual do país e começou a se refletir na classe política, sobretudo nos anos 1960.

#### **1.4 A Política Externa Independente e o discurso africanista no Brasil**

O ano de 1961 foi particularmente difícil para Portugal, com a eclosão da guerra em Angola e a ascensão de John F. Kennedy à Presidência dos Estados Unidos. No Brasil, tomava posse Jânio Quadros, que, assim como Kennedy, estava disposto a revisar sua política em relação a Portugal.

---

<sup>91</sup> Gonçalves, 2003: 231-235

<sup>92</sup> Pinheiro, 1989: 107

<sup>93</sup> Gonçalves, 2003: 223

Enquanto Portugal resistia na manutenção de seus territórios fora da Europa, as demais potências europeias já estavam em um avançado processo de retirada da África. Só no ano de 1960, 16 novos países africanos tornaram-se membros das Nações Unidas<sup>94</sup>. À medida que esses novos Estados se articulavam e que outros reviam suas políticas, a insistência em impedir a descolonização submetia Portugal a um isolamento cada vez maior, com um aumento dos ataques em diversos organismos internacionais.<sup>95</sup> Membro da OTAN desde 1949, Portugal equilibrava-se, até então, na estratégia de negociar o apoio das potências ocidentais que tinham poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas – França, Reino Unido e Estados Unidos – para fazer frente à pressão do bloco afro-asiático. Como já citado, Portugal argumentava que não tinha colônias, mas sim “províncias ultramarinas”. Apoiado nessa tese e evocando a solidariedade do bloco ocidental diante da ameaça comunista, o país conseguiu, com algum sucesso, proteger-se da pressão exercida pelos novos membros da ONU até a virada para a década de 1960. Esse equilíbrio, porém, ficou ameaçado com o avanço da descolonização dos territórios franceses e britânicos e com o início da gestão de Kennedy<sup>96</sup>.

Kennedy assumiu em 20 de janeiro de 1961 motivado a dar uma roupagem mais progressista à política norte-americana. Em março desse mesmo ano, o embaixador norte-americano em Lisboa, Charles Burke Elbrick, recebeu instruções para que comunicasse a Salazar a revisão da política de tolerância ao colonialismo português. O encontro ocorreu em 7 de março de 1961. Uma semana depois, a ameaça se concretizaria com um voto dos EUA a favor de uma resolução no Conselho de Segurança que apelava por reformas em Angola, motivada pelo conflito iniciado no mês anterior. Essa resolução acabou por não ser aprovada, mas o comportamento americano de votar contra a política colonial portuguesa foi mantido até o início de 1962. Paralelamente, os Estados Unidos intensificaram o diálogo com os movimentos nacionalistas angolanos, sobretudo com a UPA, liderada por Holden Roberto. A partir de agosto de 1961, a administração Kennedy também passaria a negar a venda a Portugal de material bélico que pudesse ser usado em suas colônias<sup>97</sup>. A revisão da política americana deixava Portugal em posição fragilizada. Como agravante, o Brasil também começava a questionar o apoio incondicional à antiga metrópole. A fidelidade brasileira estava sedimentada juridicamente pelo tratado de 1953, mas, à medida que cresceu no Itamaraty a corrente que pregava o pragmatismo na diplomacia, o Brasil começou a pesar os custos desse apoio.

Pouco depois de Kennedy assumir, em 1º de fevereiro de 1961, Jânio Quadros tomou posse no Brasil. Ao contrário de JK, Quadros mostrou-se mais atento à emergência de uma nova ordem mundial, multipolar. Sua curta gestão foi marcada pela defesa de uma maior diversificação de parcerias, em linha com as aspirações da elite brasileira e sua visão do Brasil como potência

---

<sup>94</sup> “Growth in United Nations membership, 1945-present”, disponível em [www.un.org/en/members/growth.shtml](http://www.un.org/en/members/growth.shtml)

<sup>95</sup> Oliveira, 1989: 96

<sup>96</sup> Reis, 2014: 184-197

<sup>97</sup> Rodrigues, 2014b: 60-61

emergente. Tendo herdado de Kubitschek um cenário de inflação, descontrole da dívida externa e déficit público elevado, a política econômica anunciada por Quadros tirava a ênfase na aceleração do crescimento para focar na estabilidade da economia<sup>98</sup>. Filiado ao pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas eleito com o apoio da UDN, Quadros iniciou seu mandato com uma política econômica conservadora, que contentava seus aliados e conseguiu restabelecer a confiança dos credores<sup>99</sup>.

Em contraponto à austeridade no plano interno, Quadros e seu ministro da Relações Exteriores, Afonso Arinos de Melo Franco, formularam a *Política Externa Independente* (PEI), que se manteve ativa entre 1961 e 1964. A PEI respondia às transformações internacionais do período, questionando o *status quo* mundial e a hegemonia americana e reivindicando uma postura neutralista para o Brasil diante do conflito Leste-Oeste.<sup>100</sup> A PEI foi marcada por uma série de medidas de impacto, como o fortalecimento das relações do Brasil com o bloco socialista e a manutenção de uma postura de respeito à autodeterminação de Cuba. Quadros protagonizou gestos de provocação direta aos americanos, incluindo a concessão de uma condecoração a Che Guevara<sup>101</sup>. Esse tipo de atitude fez com que a política externa brasileira se refletisse no plano interno, gerando acalorados debates.<sup>102</sup>

A PEI também cobrava a emancipação completa dos territórios não-autônomos, “qualquer que fosse a forma jurídica utilizada para sujeitá-los à metrópole”<sup>103</sup>. Com isso, anunciava a revisão da relação do Brasil com Portugal, missão para a qual Quadros não hesitou em demonstrar disposição. O recado a Lisboa foi dado horas antes de sua posse. O presidente eleito autorizou o pacote Santa Maria – que havia sido sequestrado por opositores do regime salazarista – a atracar no Recife, fato que veio a se concretizar durante a cerimônia de transmissão da faixa presidencial.<sup>104</sup>

A revisão das relações com Portugal era inerente à determinação da PEI de dar à África um papel de destaque. Em linha com os objetivos da nova gestão, aproximar-se da África significava aumentar a capacidade de influência do Brasil nos assuntos globais – devido ao peso dos novos países

---

<sup>98</sup> Lechini, 2008: 57 e Loureiro, 2012: 41

<sup>99</sup> Em junho de 1961, Quadros havia conseguido acordos com FMI, EUA, Europa e Japão, que totalizaram US\$ 1,6 bilhão. Quadros beneficiou-se da nova política de Kennedy para a América Latina, a Aliança para o Progresso, anunciada em 13 de março de 1961 e que previa ajuda econômica de longo prazo para a região, em resposta ao risco de comunização trazido pela revolução cubana de 1959. Ver Loureiro, 2012: 152-170

<sup>100</sup> Vizontini, 1994: 28-30 e Weis, 2001: 327

<sup>101</sup> Loureiro, 2012: 172

<sup>102</sup> As ações de Quadros em resposta à questão cubana foram o estopim para ataques que o presidente começou a sofrer do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, e de parte da imprensa brasileira, que identificavam a PEI com os princípios nacionalistas e, portanto, em oposição aos valores anticomunistas da UDN. As pressões sofridas por Quadros acabaram resultando em sua renúncia, em agosto do mesmo ano em que assumiu. Ver Skidmore, 2007: 200-204 e Ribeiro, 2009: 35-48

<sup>103</sup> Vizontini, 1994: 28-29

<sup>104</sup> Saraiva, 1996: 59-60

nas Nações Unidas – e, ao mesmo tempo, reforçar as relações Sul-Sul<sup>105</sup>. Além disso, a defesa da descolonização dava uma resposta – ainda que tardia – aos setores prejudicados pela concorrência das matérias-primas das colônias. Do ponto de vista econômico, também começava a ter peso a necessidade de busca por novos mercados para pequena, mas já emergente, indústria brasileira. O incremento das relações com a África foi anunciado com destaque na mensagem enviada por Quadros ao Congresso na abertura da sessão legislativa de 1961. Nela, Quadros mencionou os laços tradicionais que ligavam o Brasil à Europa, mas ponderou que não menos importantes eram “os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia”. Falando especificamente sobre a África, o novo presidente afirmou que o esforço de aproximação, por mais intenso que fosse, não conseguiria ser mais que “uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano”.<sup>106</sup> No texto, não citou nominalmente Portugal, mas enfatizou o universalismo da política anticolonial que pretendia adotar:

Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso<sup>107</sup>.

Mesmo tendo governado por menos de um ano, Quadros conseguiu implementar uma estratégia global para a África. O Itamaraty foi reformulado e ganhou um novo departamento, a Divisão da África, que reunia os diplomatas que estiveram envolvidos nos assuntos africanos na década de 1950. Um grupo de trabalho foi criado para formular propostas para a abertura de embaixadas no continente e estudar formas objetivas de estreitar os vínculos com os países africanos. Algumas representações diplomáticas foram abertas ainda em 1961, incluindo consulados em Luanda e Lourenço Marques.<sup>108</sup> Em contraponto ao discurso propagado pelos militares – que temiam que a ameaça comunista “implícita” aos movimentos de independência colocasse em risco a segurança no Atlântico Sul –, Afonso Arinos defendia que a presença brasileira na costa africana ajudaria a ocupar o vácuo deixado pela saída das potências coloniais, reduzindo a influência soviética na região.<sup>109</sup>

Além da visão menos bipolarizada do mundo, a política africana de Quadros foi incentivada pelo crescente interesse das elites intelectuais pelas raízes africanas do Brasil. Desde meados da década de 1950, o resgate dessas heranças seduzia acadêmicos, artistas, políticos e diplomatas, concorrendo com o sedimentado discurso de amizade com Portugal. Os primeiros discursos que

---

<sup>105</sup> O reforço das relações Sul-Sul não excluía a manutenção das relações Norte-Sul. O que ocorreu nesse período foi uma multilateralização da política exterior brasileira. Ver Vizontini, 1994: 32.

<sup>106</sup> Muniz, 2010: 23-24

<sup>107</sup> Muniz, 2010: 24

<sup>108</sup> Saraiva, 1996: 64-65

<sup>109</sup> Saraiva, 1996: 63-64

colocaram a África no foco brasileiro tinham forte influência do luso-tropicalismo de Freyre<sup>110</sup>. Um exemplo disso pode ser obtido no pensamento de Bezerra de Menezes. Em 1956, o diplomata publicou *O Brasil e o Mundo Asio-Africano*, em que exaltava a “completa ausência de discriminação baseada na cor” como virtudes portuguesas e demonstrava uma visão romantizada em relação a Angola, Moçambique e Guiné, que considerava regiões de paz, “onde o sismógrafo nada acusa”, apesar das convulsões nacionalistas que já começavam a agitar a África<sup>111</sup>. Ao mesmo tempo, o diplomata via na miscigenação brasileira uma ponte para o diálogo com o novo mundo que se abria com a queda dos impérios coloniais.<sup>112</sup> Outro nome muito influente na construção de uma nova visão sobre a África foi o historiador José Honório Rodrigues, que também via na miscigenação brasileira um catalisador para a aproximação com as nações africanas, embora assumisse posições mais críticas em relação a Portugal. Autor de *Brasil e África*, em 1961, Rodrigues foi um dos intelectuais que se aproximou do Itamaraty e ajudou a formar diplomatas que, anos depois, implementariam as políticas para a África<sup>113</sup>.

Quadros incorporou o discurso da africanidade em sua política externa. Aos africanos, buscava apresentar o Brasil como uma “democracia racial” e uma “ponte” entre a África e o Ocidente<sup>114</sup>. Mas essa imagem era repleta de fragilidades e contradições. Devido ao longo período de silêncio construído pela elite brasileira depois da abolição da escravidão, a história do continente africano, em especial seus desdobramentos mais recentes, era desconhecida no Brasil<sup>115</sup>. Além disso, a própria ideia de democracia racial não correspondia à realidade e começava a ser denunciada pelos primeiros ativistas do movimento negro<sup>116</sup>. Sintoma da dificuldade de ascensão social dessa parcela da população era a ausência de negros tanto no corpo diplomático brasileiro como entre os intelectuais que clamavam pelo resgate dos laços com a África<sup>117</sup>.

O crescente interesse do Brasil pela África, aliado à agitação política interna, abriu espaço para uma penetração cada vez maior das ideias e dos movimentos de libertação da África lusófona. Em 1961, os agentes da PIDE no Brasil já acompanhavam o surgimento do Movimento Afro-Brasileiro pela Libertação de Angola (MABLA), que era apoiado pela militância negra brasileira e

---

<sup>110</sup> Essa ideia é trabalhada com mais profundidade em Saraiva (1996: 50-58)

<sup>111</sup> Menezes, 1960: 87

<sup>112</sup> Menezes, 1960: 309

<sup>113</sup> Dávila, 2011: 36-37 e Saraiva, 1996: 92-95

<sup>114</sup> Quadros, 1961: 19-27

<sup>115</sup> Quadros tentou reverter isso com a fundação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, em 1961, e com a aproximação do Itamaraty ao Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia, que havia sido criado em 1959. Ver Saraiva, 1996: 93-94

<sup>116</sup> Na década de 1960, o militante Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental Negro, já despontava como um dos críticos do mito da democracia racial, revendo sua abordagem anterior, que a via como um ideal que poderia ser alavancado para combater a discriminação (Dávila, 2011: 163)

<sup>117</sup> Dávila, 2011: 59-68 e Saraiva, 1996: 90-91



organizava protestos pela descolonização. No meio acadêmico, foi criado o Comitê de Solidariedade ao Povo Angolano. Segundo Bittencourt, essas iniciativas eram parte de uma estratégia do MPLA para mobilizar a opinião pública em diversos países e forçar seus governos a pressionar Portugal<sup>118</sup>.

Apesar de suas fragilidades, o surgimento desse novo discurso identitário no Brasil constituiu um desafio à manutenção da fidelidade incondicional em relação a Portugal. Se a amizade com Portugal estava baseada em laços de sangue, agora o mesmo argumento passaria a vincular o Brasil aos anseios africanos. E o primeiro teste para saber como o Brasil iria se posicionar ante essa dicotomia veio com a eclosão do conflito em Angola, no início de 1961.

Desde a década de 1950, Angola assistia à organização dos movimentos que marcariam seu caminho até a independência. Em 1955, surgiu a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), que tentava implacar um herdeiro protestante na sucessão do rei bacongo D. Pedro VII, ante as tentativas portuguesas de levar ao trono um católico. Seu líder, Holden Roberto, era angolano por nacionalidade, mas passou a maior parte da vida no Congo Belga. Não tardou para que a UPNA desse origem a um movimento mais amplo de contestação do controle português. Em 1958, a UPNA seria transformada na União das Populações de Angola (UPA). A queda do “N” tentava construir uma imagem mais multiétnica ao grupo, mas esse acabaria por ser sempre fortemente vinculado aos povos bacongo que habitavam o norte do país. Em 1962, o movimento de Roberto fez sua última mudança de nome, passando a se chamar Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)<sup>119</sup>.

Fundado em 1956, segundo a versão oficial<sup>120</sup>, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) era a congregação de diversos pequenos grupos nacionalistas de inspiração comunista que começaram a se formar entre as décadas de 1940 e 1950. A origem do MPLA é associada, sobretudo, às elites intelectuais urbanas de Angola. Entre seus simpatizantes estavam os mestiços, os negros assimilados e a população da etnia mbundu, principalmente os residentes na região de Luanda. Além dessas bases internas, o movimento tinha uma atuante ala internacional, cujos adeptos eram estudantes negros, brancos e mestiços, nascidos em Angola, mas que cursavam o ensino superior no exterior.<sup>121</sup>

Tanto a UPA como o MPLA reivindicam ter iniciado a guerra de libertação. Em 4 de fevereiro de 1961, um grupo de cerca de 200 homens ligados ao MPLA, armados de catanas, investiu contra edifícios públicos de Luanda em resposta à forte repressão sofrida pelo movimento desde 1959, que levou um grande número dos quadros dirigentes da organização para a prisão. O ataque era uma tentativa de resgatar esses presos e recuperar a força do grupo, mas resultou apenas na intensificação

---

<sup>118</sup> Bittencourt, 2008: 155

<sup>119</sup> Macqueen, 1997: 39-40

<sup>120</sup> Alguns historiadores contestam essa data. Ver Bittencourt, 2008: 63 e Mateus, 1999: 56-58

<sup>121</sup> Bittencourt, 2008: 63-70, Mateus, 1999: 51-58 e Van Der Waals, 1993: 48-49

da repressão por parte da polícia política de Salazar.<sup>122</sup> Pouco mais de um mês depois, entre 14 e 15 de março, a UPA partia para o ataque. O levante orquestrado na região da fronteira com o Congo Belga provocou a morte de algumas centenas de europeus e de um número ainda maior de africanos.<sup>123</sup> A resposta portuguesa tardia, em maio, gerou uma carnificina na qual se estima que tenham morrido entre 20 mil e 50 mil africanos<sup>124</sup>. A guerra começava. De 3.000 soldados no início de 1961, o efetivo português em Angola alcançou 50 mil homens no fim desse mesmo ano<sup>125</sup>. Com a escalada da violência, o governo português passava a ser cada vez mais pressionado na esfera internacional.

Apesar das diversas declarações que indicavam o fim do alinhamento com Portugal, quando estourou a questão angolana, o Brasil pautou-se pela cautela. Na Assembleia-Geral da ONU, em 20 de abril de 1961, o país se absteve na votação da resolução 1.603, que incitava o governo português a promover reformas em Angola e instituir um subcomitê para investigar a situação no país. A decisão pela neutralidade foi tomada após uma reunião entre Quadros e o embaixador português, Manoel Rocheta. Dois dias antes desse encontro, o Brasil havia anunciado que daria um voto contrário à política colonial. Ao justificar a mudança à imprensa, o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Francisco Quintanilha Ribeiro, disse que o Brasil se posicionava como um juiz que se declara impedido de julgar determinada causa por ter parentesco com uma das partes. “Não podemos votar contra Angola por motivo das nossas tradições anticolonialistas, mas também não podemos votar a favor em razão da amizade que nos une a Portugal”.<sup>126</sup>

Essa foi a única votação sobre o tema na Assembleia-Geral da ONU durante o mandato de Quadros, que renunciou em 25 de agosto de 1961. Com a renúncia, a imprensa portuguesa alimentou a esperança de um retorno às posições tradicionais do Brasil no âmbito internacional, mas o que se viu foi o contrário. Francisco Clementino de San Tiago Dantas, que assumiu o Ministério das Relações Exteriores no governo de João Goulart (1961-1964), ganhou notoriedade por aprofundar a autonomia das políticas do Itamaraty<sup>127</sup>. Em 1962, ao fundamentar a posição do Brasil de apoio à emancipação dos territórios não autônomos, o diplomata apontou dois argumentos principais: a solidariedade moral com os povos oprimidos e a competição desleal gerada pelo sistema colonial entre as matérias-primas produzidas nesses territórios e as brasileiras. Dantas também alegava que a descolonização era

---

<sup>122</sup> Bittencourt, 2008: 76-85 e Macqueen, 1997: 44

<sup>123</sup> Macqueen (1997: 44) fala de um número entre 300 e 500 europeus e de 1.500 africanos. Marcum (1969: 143) sugere que 250 portugueses foram mortos nos primeiros dias e que esse número subiu para perto de 750 no fim de três meses. Van Der Waals (1993) estima em 6.000 o número de africanos mortos passada uma semana do levante. Esses africanos seriam mestiços e negros, incluindo trabalhadores migrantes da etnia ovimbundu

<sup>124</sup> Marcum (1969: 144) estima 20 mil mortes, e Macqueen (1997: 45), entre 30 mil e 50 mil

<sup>125</sup> Macqueen, 1997: 44-45

<sup>126</sup> “Neutralidade do Brasil no caso de Angola”, *O Estado de S. Paulo*, 30 de março de 1961

<sup>127</sup> Santos, 2011: 129

fundamental para a preservação da paz<sup>128</sup>. Durante o governo Goulart, o Brasil votou contra Portugal nas discussões sobre a questão angolana na Assembleia-Geral em dezembro de 1961 e em janeiro de 1962. A partir desse momento, entretanto, retomou o caminho da abstenção.<sup>129</sup>

Saraiva aponta razões externas e internas para explicar o recuo<sup>130</sup>. A primeira é a ainda forte influência da diplomacia portuguesa, apoiada no lobby de sua colônia e no tratado de 1953. Para recuperar o apoio do Brasil, Portugal investia pesadamente nas negociações, chegando a oferecer a inclusão dos territórios africanos na abrangência do Tratado de Amizade e Consulta. O temor de que a independência de Angola afastasse o país africano do espaço lusófono era um ponto de convergência com Portugal que sensibilizava a diplomacia brasileira. Outro aspecto apresentado por Saraiva – com base em um artigo publicado em 1974 por Roberto Campos<sup>131</sup>, que foi embaixador em Washington durante o governo Goulart – é uma possível intervenção norte-americana no tema.

Ainda que não tenha havido uma interferência direta americana, ao menos uma inspiração americana não deve ser descartada. A mudança na posição brasileira nas votações sobre as colônias portuguesas coincidiu com o período em que os EUA fizeram esse movimento. A partir de meados de 1962, a delegação norte-americana na ONU passou a se abster nas votações contra Portugal, os contatos com os nacionalistas angolanos foram significativamente reduzidos e a restrição à venda de equipamento militar a Portugal foi afrouxada. No caso norte-americano, a principal explicação para a mudança era o medo de perder a base militar das Lajes, nos Açores, que ganhava ainda mais importância estratégica com a eclosão da crise dos mísseis de Cuba, em outubro de 1962<sup>132</sup>.

Apesar da posição mais discreta na ONU em relação à descolonização angolana, segundo Marcelo Bittencourt, membros do governo Goulart chegaram a iniciar negociações com os grupos de apoio ao MPLA sediados no Brasil para o envio de medicamentos, alimentos e material escolar ao movimento de libertação africano. As representações do MPLA no Brasil também avançavam contatos no meio sindical, ambicionando concretizar ações de boicote a produtos portugueses desembarcados nos portos brasileiros. Essas iniciativas, no entanto, não chegaram a se concretizar, dada a deflagração

---

<sup>128</sup> Dantas, 2011: 26

<sup>129</sup> Saraiva, 1996: 82-84

<sup>130</sup> Saraiva, 1996: 84-87

<sup>131</sup> “Koros-hubris-ahte”, *O Estado de S. Paulo*, 1º de maio de 1974. No artigo, Campos afirma que, em 1963, o secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, pediu que o Brasil intermediasse uma solução para a questão angolana que passasse pelo desenvolvimento do projeto de uma comunidade luso-brasileira que abrangeria também as colônias africanas. Os Estados Unidos estariam dispostos a cooperar economicamente com o projeto. O Brasil chegou a desenhar um plano de comunidade, que previa a total independência das colônias ao fim de quinze anos, mas essas ideias, nas palavras de Campos, “permaneceram líricas”

<sup>132</sup> Rodrigues, 2014b: 62-63

do golpe de 1964. Militantes do MPLA no Brasil foram presos pelos militares assim que estes assumiram o poder, sob a acusação de serem “agitadores comunistas internacionais”.<sup>133</sup>

A cautela brasileira em sua política anticolonial também pode ser explicada pela situação interna do Brasil, de completa instabilidade e que iria culminar no golpe de 31 de março de 1964. Quadros foi eleito com o apoio de setores conservadores. Já Goulart pertencia ao PTB, partido representante da esquerda nacionalista. A ascensão de Goulart era motivo de temor entre militares e udenistas, que o consideravam um perigoso populista disposto a acomodar os comunistas e ajudá-los a alcançar o poder. Goulart só conseguiu assumir com poderes reduzidos, tendo o país adotado o sistema parlamentarista. O cenário era de polarização cada vez maior, com o fortalecimento das vertentes mais radicais tanto da esquerda quanto da direita<sup>134</sup>. Na avaliação de Saraiva, a política externa no governo Goulart era um capítulo crucial das batalhas entre os diversos grupos pelo controle do Estado. A política africana esteve na berlinda desses conflitos, que resultaram, por exemplo, em uma dança das cadeiras dos ministros das Relações Exteriores – foram cinco em menos de três anos de governo<sup>135</sup>. A política africana já recebia a oposição dos conservadores, que viam nos movimentos de libertação um fortalecimento do comunismo mundial<sup>136</sup>. A suspeição era agravada com o enquadramento dessa política no conjunto de medidas da PEI – que promoveu o reatamento das relações com países comunistas – e considerando a imagem de esquerdista que o presidente carregava.<sup>137</sup>

O retorno do país ao presidencialismo, em um plebiscito no início de 1963, deu plenos poderes à Goulart, mas o resultado foi o aumento dos temores da direita e das pressões da esquerda radical. Washington passou a considerar o Brasil “caso perdido”, limitou seu apoio financeiro à oposição e iniciou a articulação do golpe com a direita. A crise econômica se agravava. Em 1964, Goulart tentou contornar os entraves buscando o apoio das massas para tirar o governo da paralisia. As relações do presidente com o sistema sindical e com a esquerda eram encaradas pelas elites como manifestações de um programa subversivo e revolucionário. A direita reagiu, organizando protestos e abrindo espaço para golpe deflagrado em 31 de março de 1964 pelos militares, que depôs João Goulart, interrompeu a PEI e recolocou o Brasil nos trilhos dos interesses americanos e do combate ao comunismo.<sup>138</sup>

### **1.5: A política externa no regime militar e o dilema entre segurança e desenvolvimento**

O desenvolvimento da PEI foi interrompido pelo golpe de 1964, que fez a diplomacia brasileira se submeter à *Doutrina de Segurança Nacional*. O governo de Humberto Castelo Branco (1964-1967)

---

<sup>133</sup> Bittencourt, 2008: 156-157

<sup>134</sup> Skidmore, 1998: 210-213

<sup>135</sup> Saraiva, 1996: 71-72

<sup>136</sup> Saraiva, 1996: 85

<sup>137</sup> Ribeiro, 2009: 61

<sup>138</sup> Skidmore, 1998: 214-215, Vizontini, 1994: 33-34, Ianni, 1968: 151 e Moniz Bandeira: 1997: 69-84

promoveu a reideologização da diplomacia e realinhou o Brasil com os interesses norte-americanos e a luta contra o comunismo, com sinais claros de rejeição a tudo o que remetesse ao antigo regime. Com a instauração do novo governo, foram oficializadas as diretrizes de política externa concebidas e recomendadas pelos teóricos da ESG desde a década de 1950.<sup>139</sup>

No Brasil, o principal teórico da linha de pensamento da ESG foi Golbery do Couto e Silva. A ideia central de sua doutrina era transformar o Brasil em uma grande potência mundial, inserida na defesa dos valores ocidentais. A busca pelo desenvolvimento não era ignorada, mas estava condicionada à segurança coletiva. Para Couto e Silva, o Brasil não era completamente imune às disputas da Guerra Fria, devido à fragilidade de suas estruturas internas, motivo pelo qual os EUA deveriam cooperar ativamente para fortalecer a economia nacional e prover o país de instrumentos de defesa. Com o apoio ao Brasil, os norte-americanos ganhariam um aliado forte, capaz proteger a América do Sul de inimigos externos e internos, o que se refletiria na segurança do Atlântico Sul e da África meridional. Na visão radicalmente maniqueísta de Couto e Silva, o bloco afro-asiático e os não-alinhados eram apenas opções ainda hesitantes pelo comunismo, já que não havia espaço para políticas externas dissociadas das potências que dividiam o controle mundial. A preocupação dos brasileiros com a Guerra Fria pode parecer excessiva à primeira vista, já que o mundo assistia à abertura das duas superpotências ao diálogo após a crise dos mísseis de 1962. No entanto, o problema estava no deslocamento do confronto para o Terceiro Mundo. No caso da América Latina, o principal receio era de que Cuba se transformasse em polo gerador de instabilidade.<sup>140</sup>

Outro ponto de atenção dos estrategistas brasileiros era o Atlântico, o que impôs uma revisão na política africana que o Brasil vinha se desenvolvendo. Segundo o raciocínio de Couto e Silva, a região Nordeste do Brasil era particularmente vulnerável. Apenas 1.600 milhas separavam Dacar, no Senegal, da cidade de Natal, que foi base norte-americana na Segunda Guerra Mundial. Uma eventual ocupação da margem africana do Atlântico por forças hostis – no caso, comunistas – ameaçaria a segurança brasileira. O novo enfoque sobre o Atlântico reduziu o espaço da África na política externa às condicionantes geopolíticas. O governo Castelo Branco reverteu a orientação anterior de afastar o Brasil do regime de Salazar, movido principalmente pelo interesse de assegurar que o arquipélago de Cabo Verde e Angola se mantivessem dentro do bloco ocidental. A amizade entre os dois países voltou a fluir, com visitas mútuas, assinatura de acordos e o reconhecimento, em 1966, da tese portuguesa de que seus territórios eram províncias ultramarinas, não colônias<sup>141</sup>.

Apesar de o Itamaraty ter sido dominado pelos diplomatas associados às diretrizes ideológicas dos militares, resistiu no ministério um grupo que ainda pensava na África como parceiro comercial.

---

<sup>139</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 216

<sup>140</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 213-217

<sup>141</sup> Saraiva, 1996: 102-105, Gonçalves e Miyamoto, 1993: 219-220 e Penna Filho e Lessa, 2007: 69

Ligados sobretudo à Divisão da África e à Divisão de Cooperação Comercial do Itamaraty, esses diplomatas não entraram em choque direto com as novas linhas de ação, mas trabalharam pela realização de projetos de cooperação. Sua principal iniciativa foi a organização de uma missão comercial que levou políticos e empresários brasileiros a seis países africanos entre maio e junho de 1965. Mesmo com dificuldades para abrir espaço em mercados ainda dominados pelas antigas metrópoles, a diplomacia brasileira considerou a missão de 1965 extremamente satisfatória, por evidenciar o potencial que a aproximação com a África podia trazer<sup>142</sup>. Para Saraiva, essa missão foi o primeiro marco do retorno às antigas diretrizes da política externa<sup>143</sup>, que se fortaleceriam já no governo de Artur da Costa e Silva (15/03/1967 a 31/08/1969), para atingir o seu ápice nos anos 1970.

Os militares brasileiros estavam menos unidos do que pareciam quando assumiram o poder em 1964. A corrente moderada desses militares via o regime como uma etapa transitória e intencionava devolver o país ao controle civil após o expurgo das ameaças esquerdistas. Os moderados aliaram-se à UDN em busca de legitimidade para seu novo governo e por considerarem esse partido – que tanto se empenhou em combater os governos populistas – o herdeiro mais confiável para um futuro retorno à democracia. A aliança entre militares moderados e UDN resultou na escolha de Castelo Branco para o primeiro governo. Outra ala dos militares, porém, acreditava na necessidade de uma atuação mais radical para eliminar as ameaças. Chamado de “linha dura”, esse grupo difuso permitiu que os moderados formassem o governo em 1964, mas permaneceu comprometido com medidas mais rígidas nos bastidores.<sup>144</sup> Segundo Fico, Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu que fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder.<sup>145</sup>

Costa e Silva era ligado à linha dura<sup>146</sup>. No plano interno, seu governo foi marcado por um aumento da repressão e da centralização, em resposta às crescentes demonstrações de insatisfação social e às guerrilhas que surgiam para combater a ditadura. Em 13 de dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que determinou o fechamento do Congresso Nacional e a suspensão dos direitos políticos e da garantia de *habeas corpus*, dentre outras medidas<sup>147</sup>. Com o AI-5 e o poder de exceção que ele concedeu aos militares, a ditadura brasileira ingressava em sua década mais violenta. A decretação do AI-5 representou, nas palavras de Carlos Fico, “a vitória definitiva” da linha dura.<sup>148</sup>

---

<sup>142</sup> Saraiva, 1996: 109-116

<sup>143</sup> Saraiva, 1996: 127

<sup>144</sup> Skidmore, 1998: 226-232.

<sup>145</sup> Fico, 2004: 33

<sup>146</sup> Moniz Bandeira, 1997: 97-98

<sup>147</sup> O texto integral do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, pode ser consultado em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=194620>

<sup>148</sup> Fico, 2004: 36-37

Além da demanda por uma política mais agressiva no combate ao “inimigo interno”, a linha dura também divergia de seu antecessor no que toca à política externa. Sem abrir mão dos pressupostos anticomunistas e de defesa da segurança nacional, o governo Costa e Silva marcou o início de uma nova fase, com o desenvolvimento de um “nacionalismo autoritário”<sup>149</sup>. A nova doutrina ficou conhecida como *Diplomacia da Prosperidade* e deu início à flexibilização do alinhamento automático com o Ocidente, partindo do pressuposto que a política externa deveria se pautar pelo interesse brasileiro acima de tudo. A mudança veio da constatação que a ajuda dos Estados Unidos para desenvolver os países latino-americanos tinha gerado resultados inexpressivos. Ao mesmo tempo, o diálogo entre EUA e União Soviética era cada vez maior, e o ônus econômico do rompimento com o lado inimigo era pago apenas pelos países que ocupavam papel secundário na disputa.<sup>150</sup>

O anúncio da *Diplomacia da Prosperidade* por Costa e Silva representou, segundo Gonçalves e Miyamoto, a inversão do binômio com o qual se havia iniciado a política externa em 1964. Em vez de se condicionar o desenvolvimento à segurança coletiva, a segurança passaria a ser vista como produto do desenvolvimento, que passou a ser pensado como um processo endógeno. O embate entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido se sobrepôs, novamente, ao conflito Leste-Oeste.<sup>151</sup> Na mesma linha, Saraiva afirma que essa doutrina marcou uma reorientação da política externa brasileira para os temas da economia, do desenvolvimento e do crescimento induzido pelo Estado, seguindo os passos dos governos anteriores a 1964. Ela implicava a crítica à ordem internacional e a flexibilização diplomática, traduzida na busca de novos parceiros e no incremento da cooperação Sul-Sul.<sup>152</sup>

O governo Costa e Silva foi uma etapa de transição no retorno à autonomia na política externa. Ele revisou a relação com os Estados Unidos, iniciando uma série de desacordos que se aprofundariam nos anos seguintes, e empreendeu alguns gestos de aproximação com a África, como declarações de condenação ao racismo e o reforço das estruturas administrativas do Itamaraty. Porém, no que diz respeito às colônias portuguesas, o Brasil continuou a se pautar dentro da luta contra o comunismo<sup>153</sup>.

A subordinação dos temas da segurança aos do desenvolvimento começou a se aprofundar no governo Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974), que batizou sua política externa de *Diplomacia do Interesse Nacional*. A busca por uma inserção mais autônoma e menos dependente dos EUA seria mantida. O Brasil, no entanto, ingressou na nova fase com dose redobrada de autoestima, fruto do crescimento verificado no chamado “milagre econômico” brasileiro. Médici, que ao contrário

---

<sup>149</sup> O termo “nacionalismo autoritário” aqui empregado aparece na obra de Moniz Bandeira (1997: 111) para se referir ao nacionalismo da linha dura. Segundo o autor, uma vez expurgada a esquerda antiimperialista com o golpe de 1964, foi justamente na direita radical que o nacionalismo passou a se manifestar no Brasil

<sup>150</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 220-221

<sup>151</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 221-223

<sup>152</sup> Saraiva, 1996: 126-127

<sup>153</sup> Moniz Bandeira, 1997: 97-108, Saraiva, 1996: 129 e Gonçalves e Miyamoto, 1993: 224

de Costa e Silva assumiu o poder mediante uma união entre os militares, possuía a legitimidade necessária para perseguir com mais afinco o objetivo maior de sua categoria, o de transformar o Brasil em grande potência.<sup>154</sup> Essa nova postura fez com que o Brasil projetasse a seus vizinhos a imagem de um país ávido em assumir o poder hegemônico regional.<sup>155</sup> A ideia não era de todo infundamentada, uma vez que é no governo Médici que se encontram alguns dos exemplos até agora conhecidos do que Moniz Bandeira chama de “diplomacia militar paralela”, que atuou para o êxito e a consolidação dos golpes de Estado na Bolívia (1971), Uruguai (1971-1973) e Chile (1973)<sup>156</sup>.

Essas intervenções, mais ou menos encobertas, não ocorreram por influência dos Estados Unidos, embora, naquelas circunstâncias, os interesses dos dois países coincidissem, e sim como desdobramentos, ao nível internacional, da política de segurança e também de expansão do nacionalismo-autoritário, que não só concentrava internamente esforços no combate às operações de guerrilha urbana e rural como se empenhava em dilatar as fronteiras econômicas do Brasil. O governo de Médici, portanto, não podia tolerar, em sua vizinhança, qualquer experiência de esquerda, ainda que oficialmente defendesse os princípios de autodeterminação e não-intervenção em assuntos internos de outros países. E ao contribuir para que os militares de direita se apossassem do poder na Bolívia, Uruguai e Chile, o Brasil aproveitou a oportunidade e firmou, em seguida, importantes acordos econômicos e comerciais com aqueles países, a fim de assegurar-se do suprimento de matérias-primas e fornecer-lhes manufaturados e capitais<sup>157</sup>.

As observações do Moniz Bandeira são extremamente importantes para este trabalho por dois motivos. Em primeiro lugar, porque é possível relacionar a atuação da “diplomacia militar paralela” do Brasil na América Latina com o que se verificou, poucos anos depois, em Angola, como será trabalhado no próximo capítulo. Além disso, a inserção regional do Brasil é um dos fatores que ajudam a explicar o surgimento de uma nova onda de interesse pela África. Diante da desconfiança dos latino-americanos e da rivalidade com a Argentina, o Brasil passou a ver o continente africano como uma área onde teria maior facilidade para obter alguma influência, pois encontrava ali menor resistência à sua presença.<sup>158</sup> Também contribuiu para a nova aproximação o temor de que uma articulação entre países africanos resultasse em votos contrários ao Brasil na ONU na questão levantada pela Argentina em virtude do projeto de construção das usinas de Itaipu e Corpus no rio Paraná.<sup>159</sup> Outra questão discutida nos organismos multilaterais e que tornava a amizade dos países

---

<sup>154</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 224

<sup>155</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 226

<sup>156</sup> Moniz Bandeira, 1997: 114

<sup>157</sup> Moniz Bandeira, 1997: 114

<sup>158</sup> Saraiva, 1996: 135

<sup>159</sup> Saraiva, 1996: 160



africanos atrativa era a necessidade de buscar apoio para a decisão de ampliar o mar territorial brasileiro para duzentas milhas.<sup>160</sup>

Mas os principais motivos que levaram o Brasil, mais uma vez, a tentar relações mais estreitas com a África foram comerciais. Expandir a presença do Brasil pelo mundo tornava-se um imperativo em virtude do próprio “milagre econômico”, que orientou a economia brasileira para a exportação e demandava um maior leque de parceiros, para contornar o protecionismo dos países desenvolvidos. Abrir novos mercados passou a ser a palavra de ordem da diplomacia.<sup>161</sup> Para incrementar os canais de comércio com os países africanos, o Brasil não só ressucitou o discurso africanista como também passou a propagandear que a tecnologia intermediária de seus manufaturados e sua condição de país também tropical o tornavam um parceiro mais adequado do que as antigas metrópoles<sup>162</sup>.

A pesada investida comercial na África não ofuscava totalmente a concepção geopolítica de que o Atlântico Sul era vital para a segurança, e o Brasil tentava manter paralelamente um bom relacionamento diplomático com Portugal e a África do Sul. Persistia a ideia de que os movimentos de libertação nas colônias e o movimento anti-apartheid eram peões do expansionismo soviético<sup>163</sup>. Mas o enquadramento do apoio a Portugal nesse período não deve, *a priori*, ser limitado ao plano simbólico da solidariedade entre dois regimes que se identificavam com a cruzada contra o comunismo. Há indícios de que Brasil e Portugal cooperaram militarmente. Durante o governo Médici, técnicos militares portugueses compartilharam o conhecimento adquirido na Guerra Colonial no treinamento dos oficiais brasileiros encarregados de combater a Guerrilha do Araguaia, após o fracasso da primeira tentativa de erradicar o movimento armado que se desenvolveu no interior do Brasil<sup>164</sup>. A referência à transmissão de conhecimento português para os militares que atuaram no Araguaia também se encontra na obra de Studart<sup>165</sup>. Embora vago, o depoimento dado pelo coronel reformado do Exército brasileiro Paulo Malhães à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro também reforça a ideia de que houve cooperação em cenário africano: o militar afirmou que esteve em Angola “a serviço”,

---

<sup>160</sup> Saraiva, 1996: 135

<sup>161</sup> Saraiva, 1996: 139

<sup>162</sup> Dávila, 2011: 269-271

<sup>163</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 227-228

<sup>164</sup> Nascimento, 2000: 140. A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de guerrilha rural que se instalou na região amazônica entre finais dos anos 60 e início dos anos 70 pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O objetivo era criar um exército de libertação e fomentar a revolução socialista. O grupo foi descoberto pelo Exército em 1972 e erradicado em 1974. Não foram encontrados estudos específicos sobre uma eventual colaboração portuguesa no combate. Ver “A Guerrilha do Araguaia”, em *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*, 2014: 679-725 (<http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>)

<sup>165</sup> Studart, 2006: 177

em processo “de aprendizado”, antes da independência angolana.<sup>166</sup> Ainda faltam estudos que permitam esclarecer a dimensão da cooperação militar entre o Brasil e Portugal nos anos 1970, de modo que ainda não é possível afirmar se ela teve influência na tomada de decisões no nível diplomático – incluindo na dificuldade brasileira em rever o apoio a Portugal na questão colonial. No entanto, esse fator não deve ser desconsiderado sem um aprofundamento prévio.

As posições do Brasil em relação a Portugal no governo Médici foram ambivalentes. Em 1970, por exemplo, Portugal apresentou uma série de propostas visando manter o apoio do Brasil à questão colonial, como a possibilidade de a Petrobras explorar petróleo em Cabinda e negociações relativas ao comércio de café. A oferta não encontrou receptividade, pois o Brasil não queria assumir compromissos que pudessem explicitar apoio à política portuguesa na África.<sup>167</sup> Por outro lado, houve uma série de demonstrações importantes de amizade entre os dois países em 1972, como a entrada em vigor da Convenção sobre Igualdade e Deveres entre Brasileiros e Portugueses e a transladação para o Brasil dos restos mortais de D. Pedro I (D. Pedro IV em Portugal), transportados pelo presidente português Américo Thomaz para celebrar o Sesquicentenário da Independência do Brasil<sup>168</sup>.

Mas foi também em 1972 que o Brasil percebeu que chegava a hora de escolher definitivamente entre o apoio a Portugal e à África branca e a conquista de oportunidades na África negra. Entre 25 de outubro e 22 de novembro desse ano, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, chefiou uma missão comercial que visitou nove países: Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, Nigéria, Camarões, Gabão e Zaire. Barboza, que ocupou o cargo durante todo o governo Médici e era um entusiasta da ideia de que a diplomacia deveria estar a serviço do desenvolvimento, voltou da viagem com a certeza de que o estreitamento das relações com a África tinha perspectivas econômicas promissoras. Os esforços do Itamaraty, que continuaram em 1973, resultaram em uma série de acordos bilaterais de comércio e na instalação das primeiras empresas brasileiras na África.<sup>169</sup> Mas, durante a visita, ficou claro que os interesses do Brasil na África seriam prejudicados se a ligação com Portugal fosse mantida. O acordo comercial com a Nigéria, por exemplo, só foi assinado porque Barboza explicitou a seus interlocutores o apoio à independência angolana. Mas a mudança de posicionamento enfrentava obstáculos internos no Brasil. De um lado, a linha dura do Exército considerava inaceitável a possibilidade de o Brasil dar qualquer mostra de

---

<sup>166</sup> “Memória do terror”, depoimento de Paulo Malhões à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro de 2014, pp. 75-76, disponível em <http://www.cev-rio.org.br/wp-content/uploads/2014/05/depoimentomalhaes.pdf>

<sup>167</sup> Santos (2011: 211-213) relata que um dos motivos de desconfiança brasileira em relação à proposta portuguesa era a falta de garantias de efetivar a promessa, uma vez que a Petrobras enfrentaria concorrentes de peso na disputa. Sobre as ofertas feitas por Portugal, ver também Carvalho (2010: 11-12)

<sup>168</sup> Gonçalves e Miyamoto, 1993: 227-228

<sup>169</sup> Saraiva, 1996: 142-144

solidariedade a movimentos de caráter marxista, como os que emergiam na África lusófona. Outro opositor dessa política era o ministro da Economia, Antônio Delfim Netto, que defendia uma inserção internacional do Brasil alinhada com EUA, Portugal e África do Sul.<sup>170</sup>

Um fator de peso na opção pela África em detrimento das relações com Portugal foi a crise do petróleo iniciada em 1973. O Brasil era bastante vulnerável ao aumento nos preços, pois importava 80% do petróleo que consumia<sup>171</sup>. Seus principais fornecedores eram os países árabes e africanos, que estavam cada vez mais articulados. A guerra no Oriente Médio em 1973 e a emergência da OPEP aumentaram essa aproximação. Os africanos apoiaram os árabes após a ocupação de seus territórios por Israel, que retribuíram auxiliando na luta contra o colonialismo e o *apartheid*. Em 24 de novembro de 1973, 17 países da África negra decidiram incluir o Brasil entre os que receberiam sanções devido a suas posições na África.<sup>172</sup> O risco de desabastecimento de petróleo era um forte argumento a favor da revisão da relação com Lisboa, e as percepções do Itamaraty prevaleceram na política externa.<sup>173</sup>

Tomada a decisão de se afastar de Portugal, faltava uma condenação pública ao colonialismo por parte de Brasília. A oficialização da mudança ocorreu no governo de Ernesto Geisel, que assumiu o poder em março 1974. Sua doutrina para a política externa ficou conhecida como *Pragmatismo Ecumênico e Responsável* e marcou o aprofundamento da independência em relação às questões ideológicas. O *Pragmatismo Responsável* foi elaborado por Geisel e seu ministro das Relações Exteriores, Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Segundo Spektor, a expressão foi costurada cuidadosamente, para impedir a oposição interna tanto da linha dura como da opinião pública.<sup>174</sup>

Além dos já trabalhados fatores econômicos e das mudanças na conjuntura internacional, fatores internos também contribuíram para a adoção de uma política mais realista pelo governo Geisel, sobretudo o início da abertura política do país. A abertura previa o progressivo fim da censura, a anistia aos exilados, o abandono da prática de prisões políticas, a redução do poder e da independência dos órgãos de espionagem e o fortalecimento da hierarquia militar. Os dois últimos tópicos visavam “reprimir a repressão”, uma vez que a linha dura se opunha à abertura.<sup>175</sup> Como esse processo de abertura seria lento e gradual, a mudança no discurso diplomático compensava, de certa forma, a lentidão no plano interno. Além disso, Geisel usava o processo decisório da política externa – que dependia das discussões no Conselho de Segurança Nacional – para fortalecer seu controle sobre os

---

<sup>170</sup> Saraiva, 1996: 170-173

<sup>171</sup> Pinheiro, 2007: 91-92

<sup>172</sup> Saraiva, 1996: 159-160

<sup>173</sup> Saraiva, 1996: 173

<sup>174</sup> Spektor, 2009: 76

<sup>175</sup> Spektor, 2004: 210-211 e Couto, 2003:150

militares. A vitória no conselho de posições “pragmáticas” nas discussões de temas controversos, como o próprio reconhecimento das independências africanas, ajudava a enfraquecer a linha dura.<sup>176</sup>

Foi no governo Geisel que a decisão de revisar a relação com Portugal passou dos bastidores para a prática, impulsionada pelo início da crise política em Lisboa com a publicação, em fevereiro de 1974, de *Portugal e o Futuro*, obra na qual o general António de Spínola cobrava do governo uma solução política para a questão colonial.<sup>177</sup> Mas a reformulação na política externa brasileira foi lenta e pouco publicitada<sup>178</sup>, e até o 25 de Abril, o Brasil praticamente se limitou a pressionar ou a se oferecer como mediador, o que era prontamente rejeitado.<sup>179</sup> Com a demora em assumir uma posição pública, o Itamaraty foi atropelado pela revolução portuguesa, e já pouca importância tinha o abandono da defesa de Lisboa, uma vez que os próprios portugueses começariam a desconstruir seu império colonial.

### **1.6: O 25 de Abril, a descolonização da África lusófona e o novo desafio do Brasil**

Quando a revolta armada eclodiu em Angola, em fevereiro de 1961, muitos observadores pensaram que o início do conflito culminaria na derrubada de Salazar e no início do processo de descolonização africana. Em vez disso, Salazar se recusou a negociar e encarou uma longa e desgastante guerra de guerrilhas na África, que não tardou a se espalhar por mais duas frentes: após Angola, o conflito começou também na Guiné (1963) e em Moçambique (1964)<sup>180</sup>. O ditador não chegaria a ver o final de sua aventura militar, pois a invalidez provocada por uma queda em 1968, que culminou em sua morte em 1970, o afastou do poder. Em seu lugar, assumiu Marcello Caetano – que, apesar de sua roupagem reformista, não alterou o tratamento militar dado à questão africana.<sup>181</sup> Alguns autores, incluindo Maxwell, lembram que o impacto que o desmoronamento do império poderia ter sobre a frágil economia da metrópole fazia Portugal resistir, apesar do aumento nas pressões pela descolonização.<sup>182</sup> Mas como lembra Clarence-Smith, a principal razão para a resistência era política, já que o Estado Novo estava tão agarrado à ideologia de grandeza imperial que tinha dificuldades de sobreviver sem ela. Para o autor, Salazar soube aproveitar o fervor nacionalista resultante do início dos conflitos, mas foi o prolongamento das mesmas guerras que abriu caminho para a revolução.<sup>183</sup>

Insatisfações com seus planos de carreira e o desgaste provocado pela guerra prolongada motivaram um grupo de oficiais subalternos das Forças Armadas portuguesas a se organizar para

---

<sup>176</sup> Spektor, 2004: 211-213

<sup>177</sup> Santos, 2011: 249-256

<sup>178</sup> Saraiva, 1999: 230

<sup>179</sup> Saraiva, 1996: 173

<sup>180</sup> Clarence-Smith, 1985: 201-203

<sup>181</sup> Maxwell, 1999: 37

<sup>182</sup> Maxwell, 1999: 34-35

<sup>183</sup> Clarence-Smith, 1985: 202-203

derrubar o regime herdado de Salazar.<sup>184</sup> No dia 25 de Abril de 1974, os militares ligados ao Movimento das Forças Armadas (MFA) tomaram as ruas e encerraram, praticamente sem resistência, a era do Estado Novo. O novo governo reconheceria que a solução para as guerras do ultramar era política e que era necessário abrir um processo de diálogo e lançar os fundamentos para o estabelecimento da paz. A unidade dos militares em relação à descolonização africana, porém, era ilusória. Do programa de governo do MFA, apresentado no dia 26 de abril, o general António de Spínola – que assumia a presidência da Junta de Salvação Nacional – exigiu a retirada do ponto que exprimia o princípio de “claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adoção urgente de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva e larga participação das populações autóctones”. Seu pedido acabou aceito.<sup>185</sup>

Spínola queria evitar que a descolonização fosse abrupta, idealizava um modelo federalista para o antigo império e recusava a transferência simples do poder aos movimentos, defendendo uma consulta geral – um plebiscito, por exemplo – sobre a autodeterminação, mas só após um processo de esclarecimento das populações locais. A fórmula jogava a concessão da independência para um futuro incerto, frustrando as expectativas tanto das guerrilhas – que se recusaram a baixar armas – como dos militares ligados ao MFA, que tinham pressa na solução do impasse<sup>186</sup>. Também havia a oposição dos partidos de esquerda e de grande parte da comunidade internacional. A Organização da Unidade Africana (OUA), a ONU e alguns países da Europa Ocidental já demonstravam impaciência.<sup>187</sup>

A queda do I Governo Provisório, em 11 de julho de 1974, e a conseqüente ascensão da esquerda com a nomeação de Vasco Gonçalves para primeiro-ministro, enfraqueceram a posição de Spínola. Diante das pressões, o presidente cedeu e, em 27 de julho de 1974, assinou a Lei da Descolonização. Com a lei, Portugal comprometia-se com o reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, de acordo com a Carta das Nações Unidas, sublinhando que esse reconhecimento, “com todas as suas conseqüências”, incluía “a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”.<sup>188</sup> Como a lei não estabelecia um prazo para a transferência do poder, Spínola ainda tentaria usar essa margem para influenciar o desenrolar dos acontecimentos ao menos em Angola – onde, ao contrário da Guiné e de Moçambique, não havia um herdeiro claro dada a divisão do protagonismo entre MPLA, FNLA e UNITA<sup>189</sup>. As manobras de Spínola, porém,

---

<sup>184</sup> Maxwell, 1999: 51-55

<sup>185</sup> Maxwell, 1999: 75

<sup>186</sup> Rodrigues, 2010: 351-377

<sup>187</sup> Rodrigues, 2010: 379-388

<sup>188</sup> Rodrigues, 2010: 429-432

<sup>189</sup> Sob a liderança de Jonas Savimbi, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), surgiu em 1966, a partir de uma dissidência da FNLA. Ver Marcum, 1978: 160-169

terminaram em 30 de setembro, com sua demissão após o fracasso da manifestação da “maioria silenciosa”, que visava reforçar seu poder.<sup>190</sup>

Embora já tivesse optado por revisar o relacionamento com Portugal, o Brasil levou tanto tempo para assumir sua nova posição fora dos corredores diplomáticos que acabou pego de surpresa pela Revolução dos Cravos e a queda de Caetano.<sup>191</sup> O preço que o Brasil pagou por sua ambiguidade e falta de ação antes do 25 de Abril foi a desconfiança gerada nos movimentos de libertação. Para conquistá-los, os diplomatas brasileiros precisavam dar sinais de que sua mudança de atitude não era apenas conjuntural, mas sim um gesto sincero. Como as divisões no novo governo português arrastavam o processo de independência, o Brasil viu nessa indefinição a oportunidade para se redimir de seus erros do passado, buscando posição de destaque na etapa de reconhecimento das novas nações.

O primeiro ato concreto deu-se em relação à Guiné. Em 18 de julho de 1974, um ano após o Brasil ter sido um dos cinco países a votarem contra a admissão do país na ONU, o Itamaraty reconheceu sua independência. O reconhecimento foi tardio, dado que 80 países já haviam anunciado essa decisão. Ainda assim, ele é um marco significativo do rompimento do Brasil com sua política de alinhamento com Portugal, pois o Itamaraty reconheceu a independência da jovem nação africana antes que Lisboa o fizesse.<sup>192</sup> Poucos meses depois do reconhecimento da independência guineense, o governo brasileiro determinou a criação de uma embaixada em Bissau<sup>193</sup>. Em novembro de 1974, o primeiro embaixador brasileiro recebeu o *agrément*. O PAIGC já havia expressado alguns sinais de mágoa em relação ao Brasil, mas a ideia de criação de uma embaixada foi bem recebida por suas lideranças, fazendo com que a estratégia voltasse a ser adotada em relação a Angola e Moçambique.<sup>194</sup> Mas havia uma diferença entre a situação desses dois países e a da Guiné: nem em Angola nem em Moçambique o processo de independência estava concluído, o que só aconteceu em 1975. A solução encontrada pelo Brasil foi propor a abertura de duas representações especiais, espécies de “embriões de embaixadas”, que seriam usadas para moldar um relacionamento intenso com esses dois países.

---

<sup>190</sup> Rodrigues, 2010: 457-469

<sup>191</sup> Santos, 2011: 251-252

<sup>192</sup> Dávila, 2011: 228, Penna Filho e Lessa, 2007: 70 e Carvalho, 2010: 51

<sup>193</sup> Segundo Penna Filho e Lessa (2007: 70), a ação teve como motivações a percepção de que o gesto ajudaria a demonstrar o interesse brasileiro em se reabilitar com o país e os rumores de que persistiam ressentimentos

<sup>194</sup> Carvalho, 2010: 53-54

## CAPÍTULO 2: O BRASIL E A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1975)

### 2.1: Negociações para a abertura das representações especiais em Moçambique e Angola

No final de 1974, o chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania do Itamaraty, Ítalo Zappa, convidou o então cônsul brasileiro em Londres, Ovídio de Andrade Melo, para assumir a missão de procurar os líderes dos movimentos de libertação em Angola e Moçambique e negociar a abertura das representações especiais do Brasil em seus respectivos países.<sup>195</sup> Em setembro de 1974, em Nova York, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, já havia obtido o aval de seu homólogo português, Mário Soares, para enviar representantes diplomáticos para Luanda e Lourenço Marques. Após uma visita a Dacar, entre 25 e 29 de novembro de 1974, Silveira viajou para Lisboa para novo encontro com Soares, no início de dezembro, onde voltou a discutir a situação africana. Zappa aproveitou para, simultaneamente, procurar as lideranças dos movimentos, para “quebrar o gelo” e abrir caminho para Ovídio apresentar oficialmente o plano de abertura das representações.<sup>196</sup>

Foi em Moçambique que o Brasil encontrou mais resistências. A FRELIMO ressentia-se com fervor do apoio brasileiro a Portugal durante os longos anos de Guerra Colonial. No encontro com Zappa, Samora Machel disse que saudava a nova posição do país, mas se sentia obrigado a registrar a natureza tardia do gesto<sup>197</sup>. Pouco mudou na atitude moçambicana nos dois encontros que Ovídio de Andrade Melo teve no início do ano seguinte com o vice-presidente da FRELIMO, Marcelino dos Santos. O movimento de libertação moçambicano não concordou com a proposta brasileira de criar uma representação especial, indicando que o Brasil teria de esperar que a independência de Moçambique se concretizasse para só então formalizar a proposta de relações diplomáticas.<sup>198</sup>

Sua hegemonia em Moçambique permitia à FRELIMO rejeitar o gesto brasileiro, mas o cenário era outro em Angola. Como MPLA, FNLA e UNITA disputavam o vácuo de poder que viria da saída de Portugal, nenhum podia dispensar apoios internacionais, daí a boa receptividade demonstrada em relação à oferta brasileira<sup>199</sup>. Após obter o aval dos movimentos angolanos, o próprio Ovídio de Andrade Melo foi escolhido para ser o representante do Brasil em Luanda.

Para o Brasil, Moçambique era menos atrativo do que Angola – país colocado em posição especial pelo Itamaraty devido a sua posição estratégica, seu potencial econômico e o vasto histórico de contatos com os brasileiros. Porém, o Brasil não estava disposto a abrir mão de Moçambique,

---

<sup>195</sup> Melo, 2009: 97-100

<sup>196</sup> Pinheiro, 2007: 94

<sup>197</sup> Gaspari, 2004: 147

<sup>198</sup> Melo, 2009: 101-112

<sup>199</sup> Pinheiro, 2007: 96

considerado essencial para a penetração brasileira na costa leste africana.<sup>200</sup> A esperança brasileira era de que sua atuação em Angola repercutisse em Moçambique e fizesse a FRELIMO baixar a guarda. Ao menos era essa a opinião de Ovídio:

Para mim, a posição, por demais ressentida e pouco coerente de Moçambique era eminentemente política: a FRELIMO queria primeiro ver como o Brasil iria se comportar em Angola, agora que lá abríamos uma representação especial. As relações com Moçambique dependeriam certamente do que fizéssemos em Angola. E relações de confiança com a África Negra, a mais longo prazo, o Brasil só poderia ter caso se entendesse bem com os novos países que falam português naquele continente. A Representação Especial em Luanda, assim, ganharia uma dimensão maior e uma importância decisiva nas relações futuras com a África. Passava a ser o laboratório experimental para as relações com todo um continente.<sup>201</sup>

Ovídio embarcou para a África, para cumprir a missão de se encontrar com os líderes dos movimentos de libertação, logo após a assinatura do Acordo do Alvor, que ocorreu em 15 de janeiro de 1975. O acordo reconhecia UNITA, FNLA e MPLA como únicos representantes legítimos do povo de Angola, declarava Cabinda como parte integrante e inalienável do território e montava um governo de transição, formado pelos três movimentos de libertação e pelo governo de Portugal, que deveria conduzir o processo eleitoral até o dia 11 de novembro de 1975, data marcada para a independência<sup>202</sup>.

A missão de Ovídio como representante especial em Luanda era a de manter equidistância em relação a MPLA, FNLA e UNITA. A opção do Brasil pela neutralidade já havia sido apresentada ao diplomata nas primeiras conversas que teve com Zappa sobre a abertura da representação. No entanto, uma questão o preocupava: como ficaria essa neutralidade se quem despontasse no cenário angolano fosse o MPLA? Segundo Ovídio, Zappa não soube responder de forma categórica, mas alegou que a chegada antecipada a Luanda e a persistência em manter a isenção tornaria mais difícil uma guinada súbita no 11 de Novembro, ainda que isso contrariasse a opinião pública brasileira e as potências ocidentais<sup>203</sup>. A inquietação de Ovídio não era infundada. Afinal, apesar da recente aproximação do Brasil com países comunistas, assistir à ascensão de um deles em sua “fronteira leste” era inaceitável para os setores mais ideologizados das Forças Armadas<sup>204</sup>.

## **2.2: Chegada da delegação a Luanda e seus primeiros contatos com brasileiros**

Ovídio de Andrade Melo chegou a Luanda sozinho, em 22 de março de 1975. Dois dias depois, se juntaria a ele o conselheiro Cyro Espírito Santo Cardoso. Assim que chegou a Luanda, Ovídio dirigi-

---

<sup>200</sup> Carvalho, 2010 : 75

<sup>201</sup> Melo, 2009: 114

<sup>202</sup> Marcum, 1978: 255-256

<sup>203</sup> Melo, 2009: 99

<sup>204</sup> Saraiva, 1996: 171-172



se ao Hotel Trópico, onde já havia se hospedado em fevereiro. O cenário, porém, muito havia mudado nessas poucas semanas: faltavam mantimentos e empregados; os antigos colaboradores portugueses deixavam Angola, e seus substitutos angolanos se viam, muitas vezes, impedidos de sair de casa pelos conflitos nos musseques<sup>205</sup>. Ovídio mal havia desfeito sua mala quando recebeu um telefonema de outro hóspede do mesmo hotel. Era o brasileiro Fernando Luís da Câmara Cascudo, que havia deixado o Rio de Janeiro com destino a Luanda havia menos de um mês, em 26 de fevereiro.<sup>206</sup>

Fernando Cascudo tinha trabalhado como jornalista no Brasil, com passagens pelo jornal *O Globo* e pela revista *Manchete*, mas não estava em Angola como correspondente de nenhum órgão de imprensa brasileiro: o jornalista havia firmado um contrato para dar assistência na área de propaganda e jornalismo à FNLA. O objetivo era tentar melhorar a imagem do movimento e de seu líder, Holden Roberto, que desde os massacres de 1961, ainda sob a bandeira da UPA, tinham fama de “sanguinários”, “racistas” e “tribalistas”<sup>207</sup>. Segundo Cascudo, a FNLA necessitava, “através da propaganda e dos jornais e rádios, atingir melhor, com a sua imagem, as etnias negras do Sul, conquistando mais votos aos pretos e mulatos do MPLA, e impor sua legenda à confiança do eleitorado branco”. Essa missão incluía a modernização do jornal da FNLA, o *Província de Angola*, que posteriormente teria seu nome alterado para *Jornal de Angola*<sup>208</sup>.

Após aterrissar em Luanda e fazer seus primeiros contatos com membros da FNLA, o jornalista voou para Kinshasa em 3 de março. Na capital do antigo Zaire, encontrou-se com Holden Roberto, com quem discutiu sua estratégia de comunicação, que incluía a “humanização” do líder da FNLA.<sup>209</sup> Cascudo e seu sócio, Théo de Castro Drumond, já estavam de volta a Luanda quando souberam da chegada de Ovídio por um recorte de jornal. “Telefonei-lhe. Théo e eu fomos ao seu apartamento. Jantamos juntos. Passamos longas horas explicando-lhe, detalhadamente, nossa posição, nosso trabalho e nossa missão. Fazemos questão de afirmar este fato para mostrar que nossa presença em Angola foi sempre do conhecimento de nossas autoridades diplomáticas.”<sup>210</sup> Ovídio, no entanto, interpretou de outra forma o contato:

Estava interessado em sondar-me. Não podia acreditar de forma alguma que o Brasil pudesse ter vindo para Angola para ser isento, equânime, neutro. Insistia que, no fundo, o Brasil deveria ter preferências, pois “o MPLA era comunista”, “a UNITA era um movimento insignificante, criado pelos próprios portugueses para combater o MPLA”. Por eliminação, o jornalista adivinhava, por conta própria, e

---

<sup>205</sup> Melo, 2009: 116-118

<sup>206</sup> Melo, 2009: 116 e Cascudo, 1979: 17

<sup>207</sup> Cascudo, 1979: 19-20

<sup>208</sup> Cascudo, 1979: 32

<sup>209</sup> Cascudo, 1979: 37

<sup>210</sup> Cascudo, 1979: 45

externava opinião de que o Brasil só poderia estar apoiando Holden Roberto e a FNLA, ainda que eu não quisesse revelar tal preferência<sup>211</sup>.

Em suas memórias, Fernando Cascudo diz que sempre encontrou “amizade” nos contatos com Ovídio e seus auxiliares em Angola em 1975 e que, por isso, de nada podia acusá-lo “no campo humano”<sup>212</sup>. Já o diplomata olhava com desconfiança para seu compatriota, considerando-o uma possível ameaça ao objetivo do Brasil de se manter isento perante os três movimentos de libertação:

[...] Preocupava-me o papel que ele, jornalista brasileiro, passaria a ter a serviço da FNLA. Deveria limitar-se a dar a seu empregador orientação técnica, especializada, mas não conviria jamais que se envolvesse em atividades partidárias. Menos ainda seria cabível que sua atuação, como brasileiro, pudesse ser a qualquer tempo confundida com a dos funcionários que ali estavam em missão oficial, pois isso poria a Representação Especial em confronto com os outros partidos angolanos e frustraria a política brasileira.<sup>213</sup>

Cascudo negou, em seu livro de memórias, que se envolveu politicamente no conflito angolano. Oficialmente, seu cargo era de assessor técnico do secretário de Informação, Hendrick Vaal Neto. “Não teríamos, como era lógico, qualquer ingerência na parte política, nos comunicados oficiais do bureau da FNLA, nos debates com outros movimentos, na filosofia, enfim, da luta. [...] Apenas cuidaríamos da parte de criação, supervisão técnica, diagramação dos layouts dos cartazes, enfim, conselheiros técnicos.”<sup>214</sup> No entanto, o filho de Fernando Cascudo, Eduardo, refere-se hoje ao papel que seu pai desempenhou em Angola como o de responsável pela “guerra psicológica” da FNLA e diz que o jornalista se tornou homem de confiança de Roberto<sup>215</sup>. O livro de Cascudo não poupa palavras de admiração em relação ao líder da FNLA, “um líder africano legítimo e autêntico, um nacionalista capaz de morrer pelo povo, de matar pela sua independência, mas que nunca se curvaria diante das omissões, dos conchavos, das intrigas e da política baixa”.<sup>216</sup>

Fernando Cascudo nasceu em uma família de linha política conservadora e anticomunista. O próprio sobrenome “Cascudo” fora incorporado por seu bisavô em virtude de sua identificação com o Partido Conservador<sup>217</sup>. O pai de Fernando era o prestigiado folclorista Luís da Câmara Cascudo, cujas posições políticas oscilaram do monarquismo nos anos 1920 e 1930, passaram por um flerte com a Ação Integralista Brasileira (fundada em 1932) e culminaram em um convívio cordial com a ditadura

---

<sup>211</sup> Melo, 2009: 116-117

<sup>212</sup> Cascudo, 1979: 45

<sup>213</sup> Melo, 2009: 117

<sup>214</sup> Cascudo, 1979: 32

<sup>215</sup> Entrevista com Eduardo Luís da Câmara Cascudo, por Skype, 19 de fevereiro de 2015

<sup>216</sup> Cascudo, 1979: 31

<sup>217</sup> Em meados do século XIX, em algumas regiões do Brasil, o termo “cascudo” era usado para designar os conservadores. Ver <http://www.cascudo.org.br/biblioteca/vida/biografia/>

militar instaurada no Brasil nos anos 1960<sup>218</sup>. Fernando Cascudo dizia-se anticomunista e usava o termo “revolução” para designar o golpe de 1964<sup>219</sup>. Sua casa sempre foi frequentada por militares, amigos de longa data da família<sup>220</sup>.

A mulher de Ovídio, Ivony Vieira de Andrade Melo, chegou a Angola poucos dias depois de seu marido e permaneceu no país até dezembro de 1975. O casal dividia sua rotina entre o Hotel Trópico, onde tinha uma suíte, e o prédio do consulado: dormia ora num local ora noutra, por razões de segurança. O depoimento de Ivony testemunha as dificuldades enfrentadas pelos membros da delegação brasileira em uma Luanda cada vez mais convulsionada pela escalada do conflito. Partiu de Ivony a iniciativa de acumular mantimentos no consulado, após constatar que o comércio local estava caótico. “Comprei de tudo o que se possa imaginar: prego, papel, vela, artigo para mulher, saco de feijão, saco de arroz...” Os bens ficavam em um depósito ao qual apenas Ivony tinha acesso. Também estocava, em uma banheira, “uma água amarela e nojenta, que era a água do banho”.<sup>221</sup>

Nos primeiros dias de maio, Ovídio ouviu de elementos da FNLA que um brasileiro havia sido preso em Luanda na semana anterior. Era Jorge Milton Temer<sup>222</sup>. Ligado à Federação Mundial de Juventude Democrática, com sede em Budapeste, ele fazia parte de um grupo de oito jornalistas, na maioria europeus, que havia entrado em Angola via Congo-Brazzaville, após passar por Cabinda. Sob escolta do MPLA, a comitiva chegou a Luanda onde, segundo Milton Temer, cumpriu uma programação política que incluiu debates, conferências e projetos, na qual o MPLA expunha sua visão sobre a conjuntura do país e a disputa em curso. Já no aeroporto, saindo de Angola, os estrangeiros foram presos pela polícia portuguesa, aparentemente após denúncia da FNLA.<sup>223</sup>

Ao saber da notícia, segundo o que reportou a Brasília, Ovídio encarregou o vice-cônsul interino, Fonseca Lima, de visitar o brasileiro na prisão, onde constatou que ele não havia sofrido maus-tratos. Na ocasião, Lima teria sido informado de que o grupo seria mandado de volta ao Congo naquele mesmo dia, 3 de maio<sup>224</sup>. A versão relatada na documentação do Itamaraty difere da que ficou guardada na memória de Milton Temer, que se tornou amigo de Ovídio anos após o episódio, já no Brasil. Ao longo de sua vida, Temer sempre atribuiu sua libertação à ingerência brasileira:

---

<sup>218</sup> Silva, 2003: XIII-XIV

<sup>219</sup> Cascudo, 1979: 33

<sup>220</sup> Entrevista com Eduardo Luís da Câmara Cascudo, por Skype, 19 de fevereiro de 2015

<sup>221</sup> Entrevista com Ivony Vieira de Andrade Melo, presencial, 30 de janeiro de 2015

<sup>222</sup> Nos documentos citados, o nome foi erroneamente grafado como José Milton Temer. A retificação foi feita pelo SNI (“Informação nº 272/60/75/ARJ/SNI”, 27 de junho de 1975, fundo SNI, AC ACE 84559/75, AN)

<sup>223</sup> Entrevista com Jorge Milton Temer, presencial, 28 de janeiro de 2015

<sup>224</sup> Telegrama confidencial 65, expedido de Luanda em 5 de maio de 1975, microfilme 2084, AHI

Me lembro que ficamos todos em uma cela. Me lembro que passei uma semana em que eu dormia em uma porta. Não era uma cama, era uma porta, e eu dormia com a perna para baixo. E todos começaram a recorrer, mandando recados, às embaixadas vizinhas, para correrem em socorro àquele grupo. [...] Não tinha comunicação. Eles podiam fazer o que quisessem conosco ali. Ao cabo de uma semana, aparece um PIDE, me chama à noite e diz: tem um embaixador querendo vê-lo. Embaixador? Não chegou embaixador de ninguém, aí veio o embaixador do Brasil. Embaixador do Brasil? Que porra é essa? Eu fui o único que não chamou o embaixador. [...] Quando cheguei lá, era de fato o embaixador brasileiro, e mais: depois eu vim a saber que era quadro do PCB. Era o Ovídio. [...] E eu vejo o Ovídio dando um esporro nos caras. [...] Terminou que saímos todos libertados, não pelos embaixadores dos outros países, mas pelo embaixador do Brasil, que era supostamente o embaixador de uma ditadura.<sup>225</sup>

Milton Temer afirma que foi o único que não havia entrado em contato com sua representação diplomática, por medo de ser deportado para o Brasil. Diz ainda que o homem que o visitou na prisão o acompanhou pessoalmente ao aeroporto, onde embarcou com a comitiva de jornalistas para Brazzaville, em um monomotor cedido pelo MPLA. A viagem de volta foi tensa: o piloto comunicou que a bússola não estava funcionando, o que atribuía a um ato de sabotagem, e passou a voar abaixo da camada de nuvens, tentando localizar o rio Congo.<sup>226</sup>

Milton Temer narrou o encontro com Ovídio na prisão após uma pergunta aberta, em que se pediu para que relatasse sua experiência em Angola. Nesse momento, ele ainda não tinha tomado conhecimento da forma como o caso havia sido reportado pelo diplomata ao Itamaraty. Ao ser confrontado com a versão de Ovídio, Milton Temer admitiu que é possível que tenha, na verdade, se encontrado com Fonseca Lima, mas achando se tratar de seu superior. O entrevistado diz que pode ter sido induzido ao erro pela forma como o visitante foi anunciado – diz ter certeza de que usaram o termo “embaixador” (Ovídio era oficialmente representante especial, já que Angola ainda não era um país independente). Milton Temer, porém, reiterou que manteve amizade com Ovídio depois que voltou ao Brasil. Devemos considerar que a forma como o entrevistado reconstruiu o episódio em sua memória pode ter sido afetada por uma informação que obteve posteriormente, já no Brasil: a de que Ovídio era, como ele, um membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o “partidão”.<sup>227</sup>

Já a viúva do diplomata afirma que, apesar de ter amigos no PCB e de ser seu simpatizante, Ovídio nunca foi formalmente filiado à instituição. Ela diz que seu marido “sempre teve ideias de esquerda”, mas sendo diplomata de um país que vivia uma ditadura de direita, não só não podia assumir publicamente suas posições políticas como precisava “medir as palavras” na relação com

---

<sup>225</sup> Entrevista com Jorge Milton Temer, presencial, 28 de janeiro de 2015. Na época relatada, a PIDE já havia sido extinta. O entrevistado usa o termo para designar os portugueses que faziam a segurança da cadeia. Temer acreditava que esses portugueses tinham vínculos com a FNLA

<sup>226</sup> Entrevista com Jorge Milton Temer, presencial, 28 de janeiro de 2015

<sup>227</sup> Entrevista com Jorge Milton Temer, presencial, 28 de janeiro de 2015

outros membros do Itamaraty. A discrição não impedia, no entanto, alguma atuação nos bastidores. Em sua missão na embaixada do Brasil na Argélia, em 1965, o diplomata manteve contatos sigilosos com exilados brasileiros, dentre eles Miguel Arraes, governador de Pernambuco deposto pelo golpe de 1964. “O Arraes aparecia de vez em quando à noite lá em casa, meio escondido.” Segundo Ivony, Ovídio chegou a transportar uma mensagem de Arraes para o Brasil.<sup>228</sup>

Um dia após a expulsão de Milton Temer e dos demais estrangeiros, a FNLA divulgou comunicado no qual afirmava que o grupo havia entrado de forma fraudulenta em Angola e que tentava sair dele do mesmo modo, usando nomes falsos e um salvo conduto emitido pelo MPLA. Ovídio, porém, informou ao Itamaraty que o vice-cônsul assegurava ter visto o salvo conduto, que havia sido emitido pelas autoridades portuguesas da fronteira.<sup>229</sup> O consulado dos Estados Unidos informou Washington que o comunicado da FNLA não especificou quais foram as atividades desses estrangeiros em Angola, mas que suas fontes diziam que eles haviam sido enviados pelo Partido Comunista Português, com passaportes portugueses forjados, para ajudar na organização de um golpe que o MPLA planejava para o Dia do Trabalho. A interpretação do cônsul-geral americano levava em consideração a existência de “rumores persistentes” de que “agitadores profissionais” estavam sendo introduzidos no país pelo MPLA para criar conflitos urbanos e caos<sup>230</sup>.

Exatamente no mesmo período em que se deu a prisão de Jorge Milton Temer, mais precisamente no dia 2 de maio, Ovídio foi procurado por outro brasileiro em Luanda. O homem, que aparentava ter por volta de 40 anos, identificou-se como Edmundo Macedo Soares e disse ser sobrinho do general de mesmo nome<sup>231</sup>. O caso, que será detalhado nos próximos parágrafos, foi repassado aos órgãos de inteligência do governo brasileiro pela Divisão de Segurança e Informações do Itamaraty<sup>232</sup>.

O brasileiro disse a Ovídio estar apenas de passagem por Luanda, vindo de Kinshasa, e embarcaria no dia 3 de maio para o Rio de Janeiro. Macedo Soares informou que possuía com seu pai,

---

<sup>228</sup> Entrevista com Ivony Vieira de Andrade Melo, presencial, 30 de janeiro de 2015

<sup>229</sup> Telegrama confidencial 65, expedido de Luanda em 5 de maio de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>230</sup> “Expulsion of communist agitators from Angola“, Luanda, 00522, 6 de maio de 1975, NARA, <http://www.archives.gov/>

<sup>231</sup> Possivelmente, o general que dizia ser seu tio era Edmundo de Macedo Soares e Silva, especializado na área de metalurgia. Figura influente no Brasil, o general participou na elaboração do projeto que serviu de base para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, que entrou em funcionamento em 1946, e foi ministro da Viação e Obras Públicas no governo Dutra. Em 1947, foi empossado governador do Rio de Janeiro, após ser eleito com apoio de uma coligação que incluía PSD, UDN e PTB. O general apoiou o golpe de 1964 e, meses depois, foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e da Confederação Nacional da Indústria. No governo Costa e Silva, foi ministro da Indústria e Comércio, seguindo para a iniciativa privada. Ver [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/edmundo\\_de\\_macedo\\_soares](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/edmundo_de_macedo_soares)

<sup>232</sup> “Informação DSI 158”, 13 de maio de 1975, fundo SNI, AC ACE 82965/75, AN

Hélio Macedo Soares, uma firma de consultoria econômica que detinha jazidas de cobre e diamante no norte de Angola, perto da fronteira com o Zaire, em associação com multinacionais, como a De Beers. Foram seus vultuosos interesses econômicos, que incluíam um plano de exportar cobre para o Brasil e que estavam ameaçados pela situação política na região, que o levavam a Angola. Macedo Soares disse ao diplomata brasileiro que havia ido a Kinshasa para procurar Holden Roberto, mas o líder da FNLA não estava no Zaire. O empresário afirmou que já havia tido um encontro anterior com Roberto, no qual o líder da FNLA lhe havia pedido 20 milhões de dólares para garantir o interesse de sua firma em Angola. Macedo Soares também já teria conversado sobre o assunto com Agostinho Neto, que solicitou 50 milhões de dólares com a mesma finalidade. O brasileiro disse a Ovídio que se negou a fazer tão vultuosos pagamentos, pois não confiava em nenhum dos dois.

Macedo Soares não encontrou Roberto em Kinshasa, mas disse ter tido estreito contato com Daniel Chipenda, cuja facção já havia trocado o MPLA pela FNLA. Na despedida, Chipenda recomendou ao brasileiro que procurasse em Luanda o jornalista Câmara Cascudo. Chipenda teria pedido também que o empresário enviasse um recado a Cascudo: o jornalista devia tomar muito cuidado, pois o MPLA já sabia de suas atividades e, por isso, sua vida estava em risco. Ovídio confirmou a presença de Câmara Cascudo no Hotel Trópico e mencionou que, no encontro que tiveram, havia deixado claro sua preocupação sobre um possível envolvimento político do jornalista. Questionado por Macedo Soares sobre a avaliação do Brasil diante do conflito, o diplomata optou por não dar muitos detalhes, não só porque considerava descabido fazer prognósticos ante uma situação “fluida e incerta”, mas também por julgar que seu interlocutor não era um bom confidente para o tema.

### **2.3: O Brasil como rota de fuga para os portugueses em Angola**

A situação em Luanda agravou-se entre o final de abril e o início de maio, chegando ao centro da cidade. Como é citado pelo cônsul americano ao reportar o caso da prisão de Milton Temer, a proximidade do Dia do Trabalho havia acirrado os ânimos. O agravamento dos confrontos deteriorava as condições de vida e espalhava o pânico pela capital angolana, como descreve Ovídio:

Os serviços de limpeza pública cessaram. A luz volta e meia faltava porque uma linha ou outra de transmissão fora atingida. A água da cidade deixara de ser tratada, por falta de cloro. O feriado do Primeiro de Maio, que o MPLA pensava pela primeira vez em comemorar em Luanda, serviu como pretexto para a intensificação e a generalização dos combates, que já então se travavam num ou noutro bairro da própria cidade do asfalto. Luanda vivia em sobressaltos de dia e o toque de recolher passou a ser antecipado, das nove da noite para as seis da tarde. O porto, já paralisado, começava a encher-se com imensas pilhas de caixotes. E o aeroporto estava sempre repleto com refugiados, que dormiam pelo chão, com seus trastes, aguardando um voo qualquer que os retirasse de Angola.<sup>233</sup>

---

<sup>233</sup> Melo, 2009: 121-122

Com o aumento das tensões em Angola, a população branca – com destaque para a colônia de portugueses e seus descendentes – tentava desesperadamente deixar o país. A viúva do diplomata guarda na memória a imagem de “uma quantidade enorme de portugueses”, que se reunia às portas do consulado brasileiro na esperança de obter um visto. Ivony lembra de ter presenciado manifestações, nas quais crianças apareciam sujas com massa de tomate, usada para simular ferimentos<sup>234</sup>. A insuficiente estrutura do Brasil em Angola tornava um enorme desafio atender a toda aquela demanda. O consulado brasileiro em Luanda chegou a conceder cinco mil vistos permanentes por mês.<sup>235</sup>

Um grupo específico de portugueses tinha não apenas pressa, mas um ultimato para deixar o país: eram os antigos agentes da PIDE. Como consequência dos acontecimentos em Luanda no começo de maio, o Governo de Transição de Angola decidiu tomar providências para dismantlar o que restava da polícia política de Salazar – que, segundo reportou Ovídio a Brasília, estava sob suspeita de ter participado dos recentes tumultos. Foi estabelecido um prazo até o final de maio para a expulsão de todos ex-agentes de Angola. Às vésperas de o prazo terminar, o diplomata brasileiro foi informado, por um funcionário da companhia aérea Varig, de que as Forças Armadas portuguesas estavam organizando, às pressas, a ida de um grupo de 70 expulsandos para o Brasil, em um avião especial.<sup>236</sup> No dia 26 de maio, Ovídio recebeu da Varig a lista completa dos ex-agentes da PIDE que intencionavam embarcar para o Brasil. O grupo havia desistido de fazer a viagem em um avião especial e agora planejava uma saída discreta, em voos de carreira, parte deles via África do Sul. O diplomata brasileiro enviou os nomes de 41 agentes ao governo brasileiro, esclarecendo que os demais passageiros eram membros de suas famílias. Ovídio instruiu o gerente da Varig a deter o embarque dos homens que figuravam na lista. Apenas mulheres e crianças, por razões humanitárias, estavam autorizadas a entrar no Brasil<sup>237</sup>.

No mesmo dia, Ovídio reportou que foi procurado por dois capitães do Exército português que não se identificaram, mas que declararam estar em missão oficiosa, por iniciativa própria. Disseram que, “por equívoco, mas por razões humanitárias”, tinham sido os responsáveis pelo pedido feito à Varig. Explicaram que a lista de ex-agentes que precisavam deixar Angola tinha cerca de 240 nomes no total e que esses homens estavam sendo divididos entre diversos destinos – além do Brasil, são nominalmente citados Taipé e França. Solicitaram que Ovídio autorizasse o embarque, que estava previsto para aquele mesmo dia. Ovídio respondeu que cumpria instruções de seu governo e que, dada

---

<sup>234</sup> Entrevista com Ivony Vieira de Andrade Melo, presencial, 30 de janeiro de 2015

<sup>235</sup> Melo, 2009: 121

<sup>236</sup> Telegrama confidencial 97, expedido de Luanda em 24 de maio de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>237</sup> Telegrama secreto 102, expedido de Luanda em 26 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI

a urgência da partida, os passageiros deveriam buscar outro destino, onde poderiam solicitar ao governo brasileiro “pedido de visto ou pedido de asilo, pois certamente turistas não são”.<sup>238</sup>

As tentativas de garantir a viagem a ex-agentes da PIDE continuaram ao longo do dia. Primeiro veio um apelo direto do próprio alto-comissário português em Angola, António de Silva Cardoso. Ovídio reportou a Brasília que recebeu um telefonema do general, solicitando que o Brasil autorizasse o embarque de “cinco ou seis passageiros que iriam sem visto” num avião da Varig que partiria de Luanda na manhã seguinte. Outros dez esperavam embarcar no final da mesma semana. Silva Cardoso alegou que, por serem poucos passageiros e por viajarem em aviões de carreira, era pouco provável que a viagem chamasse a atenção.<sup>239</sup> Também Câmara Cascudo telefonou para Ovídio. Queria interceder por dois dos cinco ex-agentes da PIDE que pretendiam embarcar para o Brasil no dia seguinte. Segundo o jornalista, o interesse por esses dois nomes específicos vinha da parte do ministro Johnny Eduardo, pois eles colaboravam com a FNLA na área de informações. Era de interesse do partido que fossem para o Brasil.<sup>240</sup> As intervenções geraram suspeitas em Ovídio:

Esse sentimento de interesse pela sorte dos expulsandos não é, no entanto, generalizado, nem puramente humanitário. É setorial, temporário e certamente interessado em paga de serviços já prestados ou a serem prestados. Sobretudo, esse interesse não pode, nas condições presentes de Angola e de Portugal, aparecer à luz do dia. [...] Embora os movimentos não se importem com a destinação que os expulsandos tenham, se amanhã forem todos eles para o Brasil, o fato será contra nós explorado e estaremos acusados de estar protegendo refugos políticos de Angola.<sup>241</sup>

A lista com os nomes que Ovídio havia passado para a Brasília foi posteriormente processada pelo SNI. No final de 1975, chegava ao conhecimento do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) a notícia do vazamento desse documento. Sob um cabeçalho do SNI, constava a mesma lista de ex-agentes que Ovídio reportara. A relação tinha caído nas mãos do ex-jornalista Paulo Tacla, que o CISA suspeitava ser ligado a Carlos Lacerda. Tacla apresentou-a a Luís Montanha Rebelo, ex-funcionário da Alfândega de Moçamedes que residia em Curitiba. Rebelo entregou, em São Paulo, uma cópia do documento a Augusto Leitão, chefe de brigada reformado da ex-PIDE. Leitão fez cópias do documento e distribuiu-as entre outros ex-membros da corporação, dentre eles Domingos Chamorra. Chamorra, por sua vez, exibiu o documento a Baltazar Rebelo de Sousa, ex-ministro de Salazar e Caetano, “a pretexto de obter emprego”. Rebelo de Sousa achou grave o fato de uma “relação do SNI” estar em mãos de terceiros e apresentou Chamorra a um assessor da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que entregou o papel ao secretário Antônio Erasmo Dias. A investigação registrada pelo CISA indicava que, dos 41 nomes relacionados, 14 encontravam-se efetivamente em

---

<sup>238</sup> Telegrama confidencial 103, expedido de Luanda em 26 de maio de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>239</sup> Telegrama confidencial 105, expedido de Luanda em 26 de maio de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>240</sup> Telegrama secreto 107, expedido de Luanda em 27 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI

<sup>241</sup> Telegrama secreto 108, expedido de Luanda em 27 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI



território brasileiro no final de 1975, o que mostra que, apesar de o Itamaraty não ter autorizado o embarque desses ex-agentes em maio, parte do grupo conseguiu atingir seu objetivo.<sup>242</sup>

Com medo de represálias por parte dos homens impedidos de viajar ao Brasil, e após constatar que o Governo de Transição de Angola não podia garantir a segurança do consulado, Ovídio solicitou ao Itamaraty que fossem enviados três agentes brasileiros para seu posto. Os policiais avaliaram a situação e fizeram uma lista do armamento necessário para a defesa das instalações e de seus funcionários. Ovídio especificou ao Itamaraty que era conveniente que essas armas não tivessem nenhuma identificação que remetesse a órgãos de segurança brasileiros. Um detalhe gerou preocupação no diplomata: os passaportes dos três agentes enviados pelo Itamaraty indicava que eles vinham diretamente do Chile, onde serviram à embaixada brasileira. Ovídio imediatamente concedeu novos passaportes aos policiais, para evitar que a associação à ditadura de Augusto Pinochet pudesse causar algum constrangimento à Representação Especial.<sup>243</sup>

#### **2.4: Colaboradores da FNLA visitam o Brasil**

No episódio da expulsão dos ex-agentes da PIDE, o diplomata brasileiro reuniu-se com o ministro da Justiça do governo de transição, Diógenes Boavida, que era ligado ao MPLA. No encontro, Ovídio expressou que considerava inoportuna a ida dos antigos colaboradores da PIDE para o Brasil. Boavida disse-lhe que, para o Governo de Transição, apenas interessava que aqueles agentes saíssem de Angola, não importando seu destino. Na ocasião, porém, o ministro da Justiça mostrou-se preocupado com outro tema: a viagem de uma comitiva liderada pelo ministro da Saúde, Samuel Abrigada, ao Brasil. Abrigada, a quem Boavida considerava a personalidade mais controvertida do governo, pertencia aos quadros da FNLA. O ministro da Justiça salientou que o MPLA via com desconfiança a ida de Abrigada ao Brasil, temendo que tal visita tivesse “finalidades mais políticas do que de cooperação médica”. Ovídio respondeu que, da parte do Brasil, o único propósito do convite era o de iniciar a cooperação com Angola em uma área considerada prioritária e afirmou que já havia sugerido uma missão semelhante ao Ministério da Educação.<sup>244</sup>

Conjugada com a neutralidade, a cooperação foi a principal arma utilizada pelo Brasil para angariar a simpatia dos movimentos de libertação nos meses que antecederam a independência de Angola. Nesse contexto se insere a organização de viagens de comitivas de ministérios angolanos. O ministro Samuel Abrigada expressava o desejo de visitar o Brasil desde fevereiro. Em abril, o Itamaraty autorizou Ovídio a formalizar o convite. O ministro e sua equipe planejavam ficar no Brasil por duas semanas, com a possibilidade de prorrogação por mais uma. A viagem estava inicialmente

---

<sup>242</sup> “Documento de Informações nº 0112”, 04 de dezembro de 1975, fundo CISA, AC ACE 91518/75, AN

<sup>243</sup> Telegrama secreto 116, expedido de Luanda em 30 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI; Telegrama secreto 146, expedido de Luanda em 12 de junho de 1975, microfilme 1628, AHI

<sup>244</sup> Telegrama secreto 102, expedido de Luanda em 26 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI

marcada para fins de maio, mas acabou adiada – o que ocorreu em momento delicado, pois Abrigada estava sendo acusado de desviar fundos de seu ministério para a FNLA. Para reforçar a caracterização da equidistância brasileira, e estando já certa a partida de Abrigada, Ovídio resolveu convidar também os ministros Saydi Mingas, do Planejamento (MPLA), e Jerónimo Wanga, da Educação (UNITA).<sup>245</sup>

A viagem de Abrigada ocorreu entre 6 e 27 de junho<sup>246</sup>. Em 13 de junho de 1975, Cascudo chegou ao Brasil para acompanhar a comitiva.<sup>247</sup> O jornalista ficou no país até o dia 9 de julho.<sup>248</sup> Segundo o jornalista brasileiro, na ocasião da visita da comitiva de Abrigada, “contatos secretos foram realizados com oficiais portugueses exilados no Brasil”, que teriam repassado “informações de Lisboa” indicando que o MPLA tentaria um golpe em julho, com a viagem do major Mello Antunes a Luanda e do almirante Rosa Coutinho a Moçambique e Guiné<sup>249</sup>.

Uma carta manuscrita por importante figura do 25 de Abril, agora exilado no Brasil, foi enviada para um seu antigo comandado, um coronel, destacado em Luanda. O ministro Samuel Abrigada foi o portador. Holden Roberto estava em Bruxelas. Ao regressar a Luanda, onde novas lutas haviam sido reiniciadas, o ministro da Saúde procurou transmitir aos seus colegas a gravidade da situação. Alguns consideravam as informações “provenientes de fontes reacionárias”. Não lhes deram o crédito necessário e nem agiram com a rapidez que o momento exigia.<sup>250</sup>

Cascudo não identifica quem seriam o remetente e o destinatário da carta. No entanto, convém lembrar que o período citado coincide com o período de exílio no Brasil do general Spínola, cujas posições em relação à descolonização africana foram brevemente expostas no capítulo anterior. Na época em que a comitiva angolana esteve no Brasil, Spínola tentava obter o apoio brasileiro para seu plano de invasão de Portugal. No dia 13 de maio de 1975, reuniu-se com o diretor e o vice-diretor do CENIMAR, na residência do jurista brasileiro Clóvis Ramallete, onde manifestou que planejava um projeto de características revolucionárias para derrubar o governo português. Sem especificar, disse que outras nações apoiavam o projeto. Lamentou a falta de diálogo com representantes do governo do Brasil e o fato de não lhe ter sido concedido um passaporte, necessário para fazer contatos sigilosos com governos estrangeiros.<sup>251</sup> Já na noite de 17 de junho de 1975, Spínola reuniu-se com um grupo de

---

<sup>245</sup> Telegrama secreto 95, expedido de Luanda em 21 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI; Telegrama secreto 96, expedido de Luanda em 22 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI; Telegrama secreto 114, expedido de Luanda em 30 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI

<sup>246</sup> Telegrama secreto 114, expedido de Luanda em 30 de maio de 1975, microfilme 1628, AHI; Telegrama confidencial 181, expedido de Luanda em 27 de junho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>247</sup> Cascudo, 1979: 74

<sup>248</sup> “Documento de informações nº 0082”, 26 de agosto de 1975, fundo CISA, BR NA BSB VAZ 140 0039, AN

<sup>249</sup> Cascudo, 1979: 74

<sup>250</sup> Cascudo, 1979: 54-55

<sup>251</sup> Rodrigues, 2014a: 75-76

agentes do SNI, no Rio de Janeiro. No encontro, explicou que planejava desfechar um ataque em até seis meses, a partir da Espanha. Contava com 5.000 combatentes recrutados na Rodésia, na África do Sul e no Zaire. Esperava receber armamento americano e não precisava de dinheiro. Pediu ao SNI liberdade de movimento para viajar pelo mundo e uma área de treinamento para alojar 600 homens por três meses, provenientes da Europa e de Angola. Parte deles já estava no Brasil.<sup>252</sup>

Ao receber o relatório do SNI, Geisel disse que o Brasil não poderia se engajar. O SNI, porém, manteve contatos com o general. Duas semanas depois da reunião no Rio, Spínola esteve em Brasília e encontrou-se com o chefe da Agência Central do SNI, Sebastião José Ramos de Castro. Spínola teve seu trânsito facilitado e saiu do Brasil, retornando no final de julho, quando voltou a se reunir com Castro. Nesse encontro, mudou a lista de pedidos, dizendo que já havia conseguido um campo de treinamento no Paraguai. Ainda precisava de apoio logístico, material de acampamento, comida e fardas, além de uma base de transmissões clandestinas e de um passaporte falso. Castro estava empenhado em ajudar o general e passou dez dias refinando as informações. O SNI procurou confirmar o relato de Spínola com seus contatos americanos, paraguaios e alemães – os dois últimos confirmaram alguma inclinação a colaborar, enquanto os Estados Unidos se calaram. Castro também teria feito dois contatos no Brasil, “com um coronel que se asilara junto com Spínola e acabara de passar alguns dias, como clandestino, em Portugal” e “com um português exilado no Brasil e um ex-hierarca da polícia secreta salazarista decididos a entrar em Portugal com cinquenta homens”<sup>253</sup>.

As informações colhidas foram encaminhadas ao chefe do SNI, João Baptista Figueiredo, que disse que a palavra final teria que vir de Geisel. O presidente registrou que disse a Castro que o Brasil não poderia se envolver. A documentação com a qual Gaspari trabalhou não avançou a partir desse ponto. Como Geisel classificou o plano de Spínola como “loucura” em suas memórias, Gaspari interpreta que o presidente não estimulou o SNI a colaborar. No entanto, o autor sublinha que “não há registro de ação dissuasória do governo brasileiro sobre os subversivos portugueses”<sup>254</sup>.

Na recepção a Abridada em seu retorno a Angola, Ovídio ouviu do diretor do jornal *Província de Angola* que “uma outra delegação política e econômica” havia chegado ao Brasil, onde seria acompanhada pelo jornalista Fernando Cascudo. O diretor do jornal atribuía grande importância à ida dessa delegação, que dizia ser uma iniciativa do próprio Holden Roberto. Ovídio suspeitava que essa delegação pudesse estar buscando apoio e fundos para a FNLA e solicitou que as autoridades brasileiras investigassem os passos de Cascudo.<sup>255</sup> No dia 9 de julho, quando o jornalista já deixava o Brasil com destino a Luanda, a Divisão de Segurança e Informações do Itamaraty fez um pedido de

---

<sup>252</sup> Gaspari, 2004: 118-119

<sup>253</sup> Gaspari, 2004: 119-120

<sup>254</sup> Gaspari, 2004: 121-123

<sup>255</sup> Telegrama secreto 182, expedido de Luanda em 27 de junho de 1975, microfilme 1628, AHI

busca, baseado nas informações de Ovídio, à Agência Central do SNI<sup>256</sup>. Dez dias depois, encaminhou o mesmo pedido aos centros de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.<sup>257</sup> Nos dois pedidos de busca, a DSI menciona que a atuação “político e propagandística” do jornalista Câmara Cascudo e de sua equipe já havia sido motivo de ataques contra o Brasil na imprensa local, obrigando a Representação Especial brasileira a fazer gestões junto à UNITA e ao MPLA para esclarecer que Brasília não estava envolvida com “supostos grupos de brasileiros que formariam ‘um esquadrão da morte’ em Angola, ‘a exemplo do ocorrido no Chile, de onde viriam esses grupos’”.

Quando as denúncias da formação de um “esquadrão da morte” começaram a sair na imprensa angolana, Ovídio chegou a suspeitar que podiam ser motivadas pela entrada dos agentes federais enviados pelo Itamaraty para a proteção do corpo consular. No entanto, acabou sendo informado que os ataques estavam relacionados com a atuação da equipe de Câmara Cascudo.<sup>258</sup>

## **2.5: Novos confrontos em Luanda e a retirada dos brasileiros de Angola**

No dia 9 de julho, eclodiram pesados combates entre os movimentos, que em menos de uma semana resultaram na expulsão da FNLA de Luanda pelo MPLA. O movimento de Holden Roberto respondeu, eliminando as tropas do MPLA das províncias do norte do país: Zaire e Uíge. Era o início do colapso do Governo de Transição.<sup>259</sup> Nas semanas seguintes, também a UNITA seria expulsa de Luanda.<sup>260</sup>

Com a expulsão da FNLA, o MPLA assumiu o controle do *Jornal de Angola*.<sup>261</sup> Poucos dias depois do início dos confrontos, Ovídio foi procurado por um colaborador de Câmara Cascudo. O objetivo do telefonema de Eloy Mendes era o de informar que “havia uma cisão nas Forças Armadas portuguesas” e que a parte dessas forças aliada ao alto-comissário pretendia contra-atacar a facção portuguesa rival, aliada ao MPLA. A mensagem de Eloy Mendes dizia que, por isso, os brasileiros deveriam ter “muito cuidado”. Ovídio especulou sobre qual seria a intenção de Câmara Cascudo ao enviar esse recado por seu colaborador. Teria informações privilegiadas? Estaria fazendo guerra psicológica? O diplomata concluía que os riscos que os brasileiros da Representação Especial corriam em Luanda eram “os mesmos que correm os brancos em geral e a comunidade estrangeira em

---

<sup>256</sup> “Missão política e econômica de líderes angolanos no Brasil”, pedido de busca nº DSI 2029, 9 de julho de 1975, fundo DSI-MRE, BR DFANBSB Z4 DPN PES 0682, AN

<sup>257</sup> “Missão política e econômica de líderes angolanos no Brasil”, pedido de busca nº DSI 2067, 19 de julho de 1975, fundo DSI-MRE, BR DFANBSB Z4 DPN PES 0682, AN

<sup>258</sup> Telegrama secreto 158, expedido de Luanda em 17 de junho de 1975, microfilme 1628, AHI; Telegrama secreto 164, expedido de Luanda em 1º de junho de 1975, microfilme 1628, AHI

<sup>259</sup> Marcum, 1978: 260-261

<sup>260</sup> Telegrama confidencial 295, expedido de Luanda em 14 de agosto de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>261</sup> Dávila, 2011: 234

particular nesta Luanda convulsionada e ensanguentada e meio esfomeada” que a luta havia criado em apenas três dias.<sup>262</sup> No dia seguinte ao telefonema, Ovídio falou diretamente com Cascudo:

A impressão que tive é de que, ante a derrota sofrida pela FNLA, encontra-se Câmara Cascudo bastante inseguro, procurando saber se temos plano de evacuação, em que ele e sua equipe possam ser inseridos. [...] Perguntou-me ainda sobre a possibilidade de asilo aqui no consulado. Respondi-lhe que, nesse prédio, onde já se aglomeram todos os funcionários, não teria possibilidade de abrigar mais ninguém. Dei-lhe apenas a informação de que já existe um navio brasileiro no porto e que, se ele se sentir em imediato perigo, deve acorrer para o navio, onde será certamente acolhido.<sup>263</sup>

O navio Cabo de Orange havia se aproximado de Luanda em meados de julho, trazendo equipamentos médicos comprados pelo Governo de Transição. O cais, no entanto, estava paralisado devido aos confrontos na cidade. A embarcação já aguardava uma oportunidade para desembarcar os produtos havia mais de um mês. Ovídio avistava o Cabo de Orange de uma janela do consulado. Identificava naquele navio uma oportunidade para efetuar a retirada dos brasileiros residentes em Angola. O Cabo de Orange tinha a bordo uma tripulação de 25 homens, dispunha de mantimentos para essa tripulação durante três meses e contava com serviço de enfermaria. Se fosse necessário, tinha condições de abrigar os brasileiros que queriam deixar Angola e, mesmo com tripulação reduzida, poderia alcançar em três dias o porto de Lagos, na Nigéria.<sup>264</sup>

No dia 17 de julho, Ovídio foi avisado de que o Cabo de Orange pretendia zarpar na manhã seguinte, por não conseguir descarregar sua encomenda. Aguardava, para isso, apenas a autorização da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Ovídio pediu, então, que o Itamaraty interferisse junto ao Lloyd para garantir a permanência da embarcação junto à costa angolana por, pelo menos, mais 15 dias, “até que se assegure o não recrudescimento da luta”.<sup>265</sup> Dois dias depois, o diplomata fez o pedido diretamente ao capitão do navio. A intenção de Ovídio era segurar o Cabo de Orange no porto enquanto o Itamaraty acertava os detalhes da cooperação com o Lloyd. O comandante, porém, expressava preocupação. Além do alto custo envolvido na manutenção do navio por tanto tempo no país, a guerra atemorizava os marinheiros, que já começavam a alegar enfermidades e apresentavam “atestados médicos graciosos” para justificar um retorno antecipado ao Brasil por via aérea. Na conversa com o comandante, Ovídio constatou a baixa remuneração oferecida a esses marinheiros e iniciou uma contra-ofensiva argumentativa: falou na possibilidade de recompensas financeiras e

---

<sup>262</sup> Telegrama confidencial 222, expedido de Luanda em 14 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>263</sup> Telegrama confidencial 226, expedido de Luanda em 15 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>264</sup> Telegrama confidencial 238, expedido de Luanda em 19 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>265</sup> Telegrama confidencial 234, expedido de Luanda em 17 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

lembrou do reconhecimento que esses marinheiros poderiam ter por seu sacrifício.<sup>266</sup> Na visão de Ovídio, a retenção do navio era vital:

Ainda nos últimos acontecimentos, evidenciou-se a impossibilidade de uma retirada por via aérea, dado que os combates eram próximos ao aeroporto, e as próprias companhias de aviação chegaram a suspender voos para Luanda. O Cabo de Orange é, pois, a única possibilidade que temos de contar com um plano de evacuação de brasileiros. Pouco dispendioso, porque o navio já está aqui e poderia ser mantido com tripulação reduzida, sem chamar atenção; sem ônus, porque normalmente deveria demorar muitos meses mais para descarregar a carga comercial que traz; eficiente tanto quanto possível, porque está bem situado no porto, a cerca de trezentos metros de uma praia [...]; e, finalmente, relativamente seguro, porque o acesso a essa praia é o mais fácil nas condições locais.<sup>267</sup>

Enquanto Ovídio se empenhava em segurar a embarcação, recebia de Brasília mensagens contraditórias. Primeiro diziam que o navio já tinha partido. Em seguida, que tinha sido instruído a ficar. Depois, novamente, que já tinha ido, mas que seu retorno já havia sido ordenado. As informações não só não coincidiam entre si como não coincidiam com a realidade de o Cabo de Orange ainda estar ancorado sob os olhos do diplomata. Ovídio subiu o tom. Solicitou que fosse garantida a permanência do navio em Angola por pelo menos mais um mês e que, caso o Cabo de Orange precisasse zarpar, outra embarcação fosse previamente enviada para o substituir. “O desencontro de informações do Lloyd, que não tem comunicações diretas com o navio, nem sabia onde o navio se encontra, parece me demonstrar que qualquer plano de emergência só pode funcionar com um navio já no porto.”<sup>268</sup> O plano de Ovídio previa uma discreta convocação dos residentes em Angola para fins de matrícula e registro, por meio dos jornais. Quando fossem registrados, esses brasileiros seriam informados de que, em caso de evacuação, um aviso pelas rádios era o sinal para que se encontrassem em local pré-determinado, de onde seguiriam para o Cabo de Orange.<sup>269</sup>

No dia 30 de julho, Ovídio informou que, cumprindo instruções, convocaria os trinta e poucos brasileiros localizados em Luanda para que embarcassem no dia seguinte. No navio iriam também alguns funcionários em fim de missão e material da embaixada. Ovídio continuaria despachando do prédio do consulado, mas utilizaria o quarto no Hotel Trópico como chancelaria alternativa, para onde iria em caso de agravamento da situação. Dispensou boa parte dos funcionários, o que tornava praticamente inexistente a infraestrutura administrativa da diplomacia brasileira em Luanda.<sup>270</sup> O

---

<sup>266</sup> Telegrama confidencial 238, expedido de Luanda em 19 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>267</sup> Telegrama confidencial 238, expedido de Luanda em 19 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>268</sup> Telegrama confidencial 245, expedido de Luanda em 23 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>269</sup> Telegrama confidencial 238, expedido de Luanda em 19 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>270</sup> Telegrama confidencial 248, expedido de Luanda em 30 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

navio deixou Angola no início de agosto<sup>271</sup> – sem Câmara Cascudo, que uma semana antes Ovídio presumia que já tivesse embarcado para o Rio de Janeiro ou para Kinshasa.<sup>272</sup>

Entre 4 e 5 de agosto, o chefe do Departamento de África do Itamaraty, Ítalo Zappa, fez uma breve passagem por Luanda. Na ocasião, assustou-se com as condições em que se encontravam os funcionários do Itamaraty – nas palavras de Ovídio, “muito macerados e emagrecidos pelas privações passadas e pelo excesso de trabalho”. Zappa propôs o fechamento da Representação Especial, com base não somente no sacrifício de seus funcionários, mas principalmente influenciado pelo pessimismo de uma conversa que tinha tido com o ministro José N’Dele, da UNITA. Ovídio foi firmemente contra. Argumentou que o Brasil chegara a Angola prometendo isenção e não poderia se retirar justamente quando um movimento, o MPLA, ganhava terreno. Após a conversa, Ovídio ficou com a impressão de que tinha vencido seu interlocutor nos argumentos. Zappa apenas disse para o diplomata ir ao Brasil para “consultas”, aproveitando a ocasião para recuperar as energias.<sup>273</sup>

No entanto, ainda que deixando claro que o fazia à revelia do desejo do representante especial, Zappa recomendou ao ministro Azeredo da Silveira a retirada imediata de Angola dos funcionários do Itamaraty, reiterando que esse havia sido um conselho de N’dele. Estava convencido de que a trégua pela qual passava Luanda era temporária e que as lutas seriam reiniciadas a qualquer momento e com caráter bem mais grave, dado que FNLA e MPLA tinham tido tempo para seu preparo logístico. Argumentou que, diante da situação em que o país se encontrava, a permanência da representação ali já não mais cumpria seus objetivos. Ao contrário, poderia ser até contraproducente, por correr o risco de ser interpretada como apoio a um movimento, em vez de equidistância em relação aos três.<sup>274</sup> Silveira, porém, acabou concordando com os argumentos de Ovídio.<sup>275</sup> Ovídio, Ivony e Cyro Cardoso deixaram Luanda no final de agosto para as “consultas” em Brasília. Foram substituídos temporariamente por Gil Ouro Preto e Sérgio Telles, diplomatas que serviam em Paris e Brasília, respectivamente. Quando Ovídio retornou a Angola, em setembro, já não contava mais com a companhia de Cyro Cardoso, que fora retido pelo Itamaraty. Apenas um terceiro-secretário, Raul de Taunay, ajudaria o representante especial do Brasil na reta final para a independência de Angola.<sup>276</sup>

## **2.6: A participação de brasileiros na marcha da FNLA para Luanda**

Luanda passava por um período de relativa paz quando Zappa esteve na cidade, dada a ausência das forças opositoras ao MPLA na capital. O clima no interior do país, entretanto, era outro. No dia 20 de

---

<sup>271</sup> Telegrama secreto 268, expedido de Luanda em 2 de agosto de 1975, microfilme 1628, AHI

<sup>272</sup> Telegrama confidencial 246, expedido de Luanda em 22 de julho de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>273</sup> Melo, 2009: 125-126

<sup>274</sup> Melo, 2009: 148-150 e Dávila, 2011: 241

<sup>275</sup> Melo, 2009: 150-151

<sup>276</sup> Melo, 2009: 126

julho, a FNLA acusou Portugal de estar protegendo o MPLA e anunciou que marcharia desde seus territórios no norte em direção a Luanda, abrindo fogo contra qualquer tropa portuguesa que a tentasse impedir. Holden Roberto deixou o Zaire no dia seguinte para comandar pessoalmente a operação. No dia 24, tropas da FNLA tomaram Caxito, ao norte de Luanda.<sup>277</sup>

Dias antes do anúncio feito por Roberto, uma reunião importante teria influência nessa nova etapa da luta em Angola. Em 16 de julho, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, reuniu-se com Nathaniel Davis, responsável pelo Departamento de Assuntos Africanos. Davis informou que o MPLA tinha alcançado uma “posição dominante” em virtude dos confrontos de julho em Luanda. Até então, a relação dos Estados Unidos com a questão angolana tinha sido de indiferença. No entanto, Kissinger comunicou a Davis que tinha decidido recomendar ao presidente Gerald Ford que os Estados Unidos concedessem um auxílio-secreto às forças não comunistas envolvidas no conflito.<sup>278</sup> O objetivo da intervenção era o de apoiar UNITA e FNLA para impedir uma vitória do MPLA. A preocupação dos Estados Unidos não era com a tendência política do MPLA por si só e suas consequências para os destinos de Angola – os norte-americanos haviam reconhecido a FRELIMO em Moçambique, por exemplo. Os maiores receios diziam respeito a um possível desequilíbrio na África Austral e ao impacto que uma não-intervenção poderia ter na relação dos Estados Unidos com seus aliados e nas ações da União Soviética.<sup>279</sup>

No dia 18 de julho, o presidente norte-americano aprovou o programa secreto para a Angola, que seria batizado com o código “Operação IAfeature”. Os Estados Unidos pediram um plano ao presidente Mobutu, do Zaire, que apoiava militarmente a FNLA. O enviado Sheldon Vance já chegaria com 1 milhão de dólares e diria que os Estados Unidos dispunham de, pelo menos, 6 milhões para oferecer a Roberto e Savimbi. Vance chegou a Kinshasa já na manhã do dia 19 de julho e nesse mesmo dia se reuniu com Mobutu e Holden Roberto. O líder da FNLA dizia que, se os Estados Unidos queriam ajudar, precisavam fazer isso com urgência.<sup>280</sup> As negociações entre os Estados Unidos e Mobutu resultaram em um plano que consistia em um apoio econômico de 32 milhões de dólares a FNLA e UNITA, o fornecimento de um total de 16 milhões de dólares em equipamentos militares e o recrutamento de mercenários para que servissem de conselheiros aos dois movimentos. Foi o agente da CIA John Stockwell, citado no início deste trabalho, quem ficou a cargo da supervisão da implementação desse plano do terreno.<sup>281</sup>

---

<sup>277</sup> Marcum, 1978: 261

<sup>278</sup> Moreira de Sá, 2011: 205-206

<sup>279</sup> Moreira de Sá, 2011: 207-211

<sup>280</sup> Moreira de Sá, 2011: 211-212

<sup>281</sup> Moreira de Sá, 2011: 214-215



A FNLA já havia recrutado para suas linhas um grupo de portugueses liderado pelo coronel Gilberto Santos e Castro, que era ligado a Spínola e foi da organização operacional do Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP)<sup>282</sup>. A CIA destinaria um total de 570 mil dólares para reforçar esse contingente com mais 300 mercenários que entrariam em Angola via Zaire.<sup>283</sup>

As fileiras da FNLA ganharam reforços entre o final de julho e o começo de agosto, graças a um trabalho de recrutamento feito na Rodésia. Lá se encontrava um grupo de “flechas” – força de operações especiais ligada à extinta PIDE – que havia partido em retirada de Moçambique nos meses seguintes ao 25 de Abril, mas que se mantinha unido em Salisbury, planejando investir contra a FRELIMO. O grupo era chefiado pelo major Álvaro Alves Cardoso e atraía também comandos portugueses que desertavam em Moçambique. O grupo de Alves Cardoso foi mobilizado para reforçar as tropas de Holden Roberto, e seus primeiros homens deixaram Salisbury com destino a Johannesburg no dia 29 de julho de 1975, de onde seguiram para Kinshasa. Após os contatos iniciais na capital zairense, rumaram para Angola, onde ficariam baseados no Ambriz, a “capital militar” da FNLA. De lá, o plano era marchar para recuperar Luanda.<sup>284</sup>

Entre o Ambriz e Luanda, havia vários pontos estratégicos e mais de um caminho possível. O primeiro desses pontos, partindo do Ambriz, era o rio Onzo, que podia ser atravessado tanto pela ponte na estrada principal como por outra menor, localizada na Fazenda Tabi. Em Libongo, era preciso cruzar mais uma ponte, sobre o rio Lifune. Da Fazenda Lifune existiam duas opções de caminho. Uma era pegar uma pequena estrada de terra sentido Barra do Dande, onde começava outra estrada para Sassalemba. Essa última localidade dava acesso ao Morro da Cal, de onde já se podia avistar Luanda. O outro caminho para o Morro da Cal era pela estrada principal, que passava por Caxito. Nessa rota, após Caxito, era preciso cruzar a ponte de Portoquipiri, na Fazenda Tentativa.<sup>285</sup> Entre o Morro da Cal e Luanda estava a lagoa Panguila, com duas pontes, e o Morro de Quifangondo<sup>286</sup>. Foi nas imediações desses pontos estratégicos que ocorreram os principais enfrentamentos entre a FNLA e o MPLA nas vésperas do 11 de Novembro de 1975.

O brasileiro Pedro Alberto Rodrigues da Silva<sup>287</sup> estava na primeira leva de homens recrutados na Rodésia por Alves Cardoso e que se juntaram às tropas da FNLA. A trajetória que o levou até a

---

<sup>282</sup> “Entrevista com Alpoim Calvão”, Centro de Documentação 25 de Abril, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eacalvao>.

<sup>283</sup> Moreira de Sá, 2011: 217

<sup>284</sup> Marangoni, 1998 e Silva et al., 1978: 29-30

<sup>285</sup> Marangoni, 1998

<sup>286</sup> Marangoni, 1998

<sup>287</sup> Esse nome consta nos registros encontrados no Arquivo Nacional. Atualmente, o entrevistado costuma se identificar como Pedro Alberto Marangoni e é dessa forma que assina seu livro de memórias. Questionado sobre a divergência, Pedro diz que “Marangoni” não aparecia em seus dois primeiros passaportes, tendo sido

guerra de Angola é diferente da de seus colegas brancos, que eram na maioria portugueses. Segundo registros do Itamaraty, Pedro Silva frequentou a Academia da Força Aérea no Brasil, de onde se desligou, a pedido, em 1972, sem haver concluído o curso. Foi declarado aspirante a oficial da reserva. Em dezembro de 1974, a delegação brasileira em Moçambique reportou sua passagem pelo país. Ele teria entrado em Moçambique no dia 24 de maio de 1973 e trabalhado em missões católicas – primeiro perto de Nampula e mais tarde em Niassa. No contato que teve com o cônsul-geral do Brasil na então Lourenço Marques, Pedro Silva teria confidenciado que pretendia seguir para a Rodésia, cogitando se ligar a grupos de oposição aos movimentos guerrilheiros. O relatório também informa que esse brasileiro era o mesmo que era identificado como “piloto-aviador” entre os autores do livro “Angola: Comandos Especiais contra os Cubanos”, publicado em Lisboa em fevereiro de 1978.<sup>288</sup>

Em seu livro de memórias e nos depoimentos que concedeu a esta investigação, Pedro Silva afirma que, entre seu desligamento da Força Aérea brasileira e o trabalho em missões católicas, como professor de educação física, passou pela França, onde pertenceu à Legião Estrangeira. Segundo seu relato, a mudança foi motivada pela busca de uma experiência real de combate, possibilidade que não vislumbrava se seguisse carreira militar no Brasil. Em uma entrevista concedida em sua casa no interior de São Paulo, comparou a situação de um militar que não participa de uma guerra à de um cirurgião que, após anos de especialização, se aposenta sem nunca haver utilizado o bisturi. Diz que foi sua convicção ideológica anticomunista que fez com que se alistasse no Brasil e que, posteriormente, o levou às batalhas africanas. A passagem pela Legião Estrangeira teve como objetivo, segundo conta, adquirir conhecimentos de infantaria, pois sua formação era de piloto e paraquedista.<sup>289</sup>

O aviador relata que, com o 25 de Abril de 1974, pediu demissão de seu trabalho como professor e se uniu a milícias que atuavam em Niassa<sup>290</sup>. Diz que permaneceu ali até setembro desse ano, quando foi para a capital moçambicana a fim de se juntar aos levantes que sucederam à assinatura dos Acordos de Lusaka. Daí seguiu diretamente para a Rodésia, onde fez contatos com o grupo do major Alves Cardoso, tendo sido, posteriormente, encaminhado para Angola.<sup>291</sup> O brasileiro rejeita o rótulo de mercenário para explicar sua atuação na África: diz que seu envolvimento era ideológico.<sup>292</sup>

---

incorporado posteriormente, “já em tempos de paz”. Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 28 de janeiro de 2015

<sup>288</sup> “Repercussão na imprensa portuense sobre fuzilamento de cidadão português em Moçambique”, 9 abril de 1979, fundo DSI-MRE, BR DFANBSB Z4 DPN PES 0353, AN

<sup>289</sup> Marangoni, 1998 e entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, presencial, 22 de janeiro de 2015

<sup>290</sup> Marangoni, 1998

<sup>291</sup> Marangoni, 1998

<sup>292</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, presencial, 22 de janeiro de 2015

Quando Pedro Silva chegou ao Ambriz, outro brasileiro já estava no local. Era o detetive-inspetor José Paulo Boneschi, da Polícia Civil do Rio de Janeiro<sup>293</sup>. Não é possível precisar o dia exato em que Boneschi chegou ao Ambriz, mas pelo cruzamento das informações coletadas durante esta investigação, presume-se que o mais provável é que isso tenha ocorrido em julho de 1975. As fontes trabalhadas, que serão detalhas nos próximos parágrafos, indicam com bastante segurança ser Boneschi o homem que o ex-agente da CIA John Stockwell identifica como “observador do Exército brasileiro” nos trechos mencionados na introdução desta dissertação.

Boneschi ingressou na carreira policial no dia 25 de outubro de 1954. Em julho de 1955, então com 25 anos de idade, entrou para os quadros do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>294</sup>. Antes de prestar o concurso público para a Polícia Civil, chegou a cursar a Academia Militar das Agulhas Negras, mas desistiu de terminar o curso de formação de oficiais do Exército<sup>295</sup>. Do ponto de vista ideológico, Boneschi é descrito como “geneticamente anticomunista”, “sério” e “disciplinado”.<sup>296</sup>

Em 4 de julho de 1969, Boneschi havia liderado a criação no Rio de Janeiro do GOEsp (Grupo de Operações Especiais). Em sua primeira formação, o grupo tinha apenas 12 homens. Em 1971, o GOEsp passou a se chamar SERESP (Serviço de Recursos Especiais) e era composto por 38 agentes. O grupo é considerado a primeira unidade de polícia brasileira a formar atiradores de elite.<sup>297</sup> O órgão era diretamente vinculado à Secretaria de Segurança Pública do antigo Estado da Guanabara e foi criado em um momento em que crescia a atuação de guerrilhas urbanas no Brasil. Os membros do grupo, ao contrário dos policiais comuns, tinham conhecimento técnico para manusear armamentos pesados e explosivos –o GOEsp é o embrião do Esquadrão Anti-bombas do Rio de Janeiro<sup>298</sup>. O coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro Paulo César Amendola era membro dessa unidade em 1975 e assim relata o surgimento desse grupo:

O Boneschi, como líder deste grupo de elite, passou a recrutar voluntários entre os diversos órgãos de segurança pública do Estado: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Era feita a seleção dos melhores profissionais que, depois, eram encaminhados para a Brigada Paraquedista para cumprirem um curso intensivo de capacitação em operações especiais de dois meses de duração. Os aprovados eram integrados, de imediato, ao GOEsp. Uma primeira turma foi formada em 1969, outra

---

<sup>293</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 19 de fevereiro de 2015

<sup>294</sup> “José Paulo Boneschi”, fundo DOPS, prontuário 37.175, APERJ

<sup>295</sup> Entrevista com Paulo César Amendola, por e-mail, 4 de fevereiro de 2015

<sup>296</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 29 de janeiro de 2015

<sup>297</sup> Apesar da mudança oficial, a denominação “GOEsp” não caiu em desuso e aparece tanto em documentos aqui citados como em depoimentos de agentes que fizeram parte do antigo SERESP. A história desses grupos de elite pode ser consultada em Reznik, 2008: 207-211

<sup>298</sup> “Esquadrão antibombas comemora 40 anos de existência”, ASCOM/PCERJ, 3 de julho de 2009, disponível em <http://www.policiacivil.rj.gov.br/exibir.asp?id=7051>

em 1970 e a última em 1972. Todos os seus integrantes eram idealistas, patriotas e extremamente dedicados ao treinamento especializado e à boa execução das operações que fugiam à rotina da atividade policial, ou seja, às operações especiais, que exigiam quadros com perfis diferenciados, já que haveriam de ser dotados de elevado preparo físico, técnico, tático e psicológico.<sup>299</sup>

Em seu livro, John Stockwell afirmou que, além de portugueses, a CIA recrutou mercenários no Reino Unido, na França e no Brasil. O recrutamento no Brasil teria ficado sob responsabilidade do vice-diretor da CIA Vernon Walters, que tinha sido adido militar em Brasília nos anos 1960.<sup>300</sup> A CIA chegou a enviar um emissário a Brasília para tentar recrutar “sargentos negros”, que tinham a virtude de falar português, mas o pedido foi recusado por Geisel.<sup>301</sup> Quando Stockwell visitou as bases da FNLA no início da marcha para Luanda, como indica o trecho destacado na introdução desta dissertação, perguntou ao jornalista que lhe servia de guia – Câmara Cascudo, o *Falstaff* – o que fazia Boneschi ali. Recebeu como resposta que era um “observador do Exército”, o que levou a especular sobre os interesses do Brasil no conflito. Embora nada disso exclua a possibilidade de os Estados Unidos terem também levado mercenários brasileiros à guerra em Angola, o questionamento de Stockwell sugere que pelo menos esse policial não foi recrutado pela CIA. Então, quem o enviou?

A presença de Boneschi em Angola foi documentada após seu retorno ao Brasil. Nesse documento, localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), o I Exército solicita informações à SSP sobre a ida de seis de seus agentes a Angola, que teriam lutado ao lado da FNLA. A notícia sobre a missão teria sido repassada por um informante da Brigada Paraquedista, que a havia obtido em conversa com um membro do GOEsp chamado Athayde Histemberg Martins. Segundo o I Exército, “um elemento da FNLA, de nome ignorado, veio ao Brasil fazer os contatos necessários diretamente com o investigador Boneschi”. Os homens que se juntaram à FNLA seriam todos ligados ao GOEsp, mas não estiveram em Angola em missão oficial. “Cada elemento solicitou licença em sua repartição e apresentou-se como voluntário na FNLA.” No pedido de busca enviado à SSP, o I Exército fez algumas perguntas: quem eram os elementos portugueses que tinham contato com a polícia? Qual era o tipo de contato mantido e sua finalidade? Quem na polícia havia sido contatado? A viagem foi autorizada? Houve algum convite oficial por parte do governo português?<sup>302</sup>

Dos seis agentes que estiveram em Angola no segundo semestre de 1975, o documento menciona, além de Boneschi, outros quatro: Theobaldo Lisboa, Adalberto Ricardo Contani, Euclério Sant’anna de Souza e José Lopes. O primeiro era um técnico juramentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que, desde o início dos anos 1970, estava a serviço da SSP do então Estado

---

<sup>299</sup> Entrevista com Paulo César Amendola, por e-mail, 4 de fevereiro de 2015

<sup>300</sup> Stockwell, 1978: 184

<sup>301</sup> “O espião desiludido”, *Jornal do Brasil*, 20 de agosto de 1978 *apud* Gaspari, 2004: 142

<sup>302</sup> “Assessoramento à FNLA por policiais brasileiros”, pedido de busca nº 3/76 A do I Exército à SSP-RJ, 06 de janeiro de 1976, fundo DOPS, confidencial, notação 5, folhas 85-87, APERJ

da Guanabara. O segundo era um policial militar e os dois últimos, policiais civis. Segundo Amendola, o sexto membro do GOEsp que esteve em Angola era o policial civil Waterloo Vilela da Silva.<sup>303</sup>

O documento do I Exército diz que Boneschi foi sozinho para Angola e que os demais membros da missão se juntaram a ele cerca de um mês depois.<sup>304</sup> Pedro Silva diz que estava nas imediações da Barra do Dande, já durante os primeiros combates, quando soube que chegariam mais cinco brasileiros. “Estava previsto ser cerca de uma dúzia, mas o restante ‘amarelou’ e desistiu.”<sup>305</sup>

Dos seis nomes identificados, Boneschi e Lisboa são os mais conhecidos por sua atuação na ditadura. Ambos são apontados como agentes diretos da repressão ligados do DOPS-RJ. Seus nomes estão na lista de torturadores elaborada pelo Projeto Brasil Nunca Mais<sup>306</sup>. Esse relatório indica que, além de no DOPS-RJ, Boneschi também teria atuado em sessões de tortura no CENIMAR e no Batalhão da Polícia do Exército do Rio de Janeiro. A participação de Boneschi na tortura também é citada, por exemplo, pelo ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) Álvaro Caldas, que narra seu encontro com o inspetor em 1970:

Junto com o Zamith, na equipe de tortura, estão o 1º tenente Garvez e o inspetor Boneschi, este destinado a fazer o papel de bonzinho. Na composição das equipes havia sempre um lugar de destaque para o torturador que fazia o papel de pai, de conciliador, com poderes para interromper o sofrimento no momento em que ele se tornava insuportável, com poderes para propor uma negociação em que o seu trunfo e o nosso prêmio era a cessação da dor.<sup>307</sup>

Desde a publicação do AI-5, em 1968, a comunidade de informações do regime militar, representada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas representações nos ministérios civis, passou a atuar a serviço dos setores mais radicais da ditadura, divulgando avaliações que justificavam a escalada da repressão e o conseqüente número cada vez maior de prisões, interrogatórios, torturas e extermínios de elementos considerados subversivos. Essas ações de repressão eram praticadas pelo sistema DOI-CODI, pelos Centros de Informações do Exército, da Aeronáutica e da Marinha (respectivamente, CIE, CISA e CENIMAR) e pelos DOPS estaduais.<sup>308</sup> O complexo sistema de polícia

---

<sup>303</sup> “Assessoramento à FNLA por policiais brasileiros”, pedido de busca nº 3/76 A do I Exército à SSP-RJ, 06 de janeiro de 1976, fundo DOPS, confidencial, notação 5, folhas 85-87, APERJ e entrevista com Paulo César Amendola, por e-mail, 4 de fevereiro de 2015

<sup>304</sup> “Assessoramento à FNLA por policiais brasileiros”, pedido de busca nº 3/76 A do I Exército à SSP-RJ, 06 de janeiro de 1976, fundo DOPS, confidencial, notação 5, folhas 85-87, APERJ

<sup>305</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 19 de fevereiro de 2015

<sup>306</sup> Arquidiocese de São Paulo, 1985: 9 e 53

<sup>307</sup> Caldas, 2004: 106

<sup>308</sup> Fico, 2004: 36-37

política do regime militar brasileiro atuava com grande liberdade de ação operacional, o que não significava necessariamente uma independência em relação aos oficiais-generais.<sup>309</sup>

O pedido de busca do I Exército diz que Boneschi foi recrutado diretamente por um elemento da FNLA enviado ao Brasil. A mesma informação aparece no depoimento de Paulo Amendola:

Consta que o presidente da FNLA teria enviado um emissário ao Brasil/RJ para recrutar especialistas em explosivos e com experiência em operações de combate. Os integrantes eram capacitados para o trabalho com explosivos e desmontagem de bombas. Consta ainda que a FNLA necessitava de especialistas nesta área [...]. Seriam operações voltadas para demolição de pontes e outros objetivos; instalação e/ou desativação de minas, etc.<sup>310</sup>

Muitas pontes ligavam a ditadura brasileira à FNLA em 1975, o que abre inúmeras possibilidades sobre quem pode ter recrutado os membros do GOEsp no Brasil. Os dados disponíveis até agora não esclarecem qual foi o canal de contato, mas permitem fazer algumas considerações: a) A brigada visitou o Brasil em junho, foi seguido por Cascudo, e Ovídio recebeu a informação de que a FNLA teria enviado uma missão paralela em julho para se encontrar com o jornalista; b) o período dessa visita coincide com o momento em que Spínola fazia reuniões com o SNI sobre seu plano de invadir Portugal. Convém lembrar que Cascudo citou que A brigada se encontrou no Rio de Janeiro com uma figura importante do 25 de Abril; c) conforme exposto no capítulo anterior, há indícios de que houve colaboração entre as forças de segurança portuguesas e a ditadura brasileira antes do 25 de Abril, inclusive com treinamento de brasileiros em Angola, e o major Álvaro Alves Cardoso era, certamente, conhecido dos militares brasileiros havia pelo menos dez anos: em 1965, ele recebeu no Brasil a Ordem do Cruzeiro do Sul<sup>311</sup>; d) o Brasil foi destino de ex-agentes da PIDE expulsos de Angola em maio e era de interesse da FNLA que pelo menos dois desses agentes fossem para o Brasil.

Embora Fernando Cascudo tivesse contatos com elementos ligados à ditadura brasileira, é improvável que ele tenha recrutado pessoalmente Boneschi. Segundo Eduardo Luís da Câmara Cascudo, filho do jornalista, seu pai conheceu o inspetor em uma viagem que fez ao Brasil em meados de 1975, em uma reunião no Centro de Informações do Exército (CIE). Na reunião, Cascudo foi informado de que José Paulo Boneschi estava a caminho de Angola para se juntar à FNLA. Ao jornalista, foi solicitado que ajudasse na integração do inspetor ao grupo<sup>312</sup>.

Quando deixou o Rio de Janeiro, Boneschi não cogitava encontrar outros brasileiros lutando com a FNLA. Por isso, a presença de Pedro Silva, num primeiro momento, gerou desconfiança. O

---

<sup>309</sup> Fico, 2004: 35

<sup>310</sup> Entrevista com Paulo César Amendola, por e-mail, 4 de fevereiro de 2015

<sup>311</sup> *Diário Oficial*, 6 de setembro de 1965

<sup>312</sup> Entrevista com Eduardo Luís da Câmara Cascudo, por Skype, 19 de fevereiro 2015

aviador foi alvo de perguntas que tinham como intuito esclarecer seu papel em Angola e sua trajetória até ali. Na interpretação de Silva, o desconforto era provocado pelo caráter sigiloso da missão liderada por Boneschi. O aviador incorporou o silêncio e manteve-o por 40 anos. A presença de policiais brasileiros nas batalhas no norte de Angola não aparece em nenhum dos dois livros que Pedro Silva assina. Quando feitos de Boneschi são mencionados, o agente é citado como “major André”, seu nome de guerra, sem que haja referência à sua nacionalidade, embora outros personagens recebam seus nomes verdadeiros. Já Theobaldo Lisboa é o “Gordo”. Nos primeiros depoimentos que deu a esta investigação, Pedro Silva se negou a revelar nomes ou a dar detalhes sobre a participação de outros brasileiros nas fileiras da FNLA. Identificava o homem na foto que aparece no livro de Stockwell, mencionada na introdução desta dissertação, apenas com o já citado “major André”. Negou que ele fosse do Exército brasileiro, como registrou o agente da CIA, mas não disse quem o havia mandado para ali. Pedro Silva dizia que não passaria nenhuma informação que já não fosse pública. No máximo, confirmaria dados que lhes fossem apresentados<sup>313</sup>. Foi apenas quando se certificou de que existiam registros que ligavam o nome de Boneschi a Angola, primeiro na internet e depois ao ver o documento disponível no APERJ, que aceitou falar sobre o tema. O coronel Amendola, no depoimento concedido a este trabalho, também citou o caráter secreto da ida da equipe do GOEsp a Angola:

A missão em Angola surgiu e foi desencadeada dentro de total sigilo, e a possibilidade de a mesma se tornar realidade fora discutida fora desse grupo, razão por que eu só tenha dados muito sumários a respeito. Os poucos dados concretos a respeito me foram passados pelo próprio Boneschi e, mesmo assim, quando faltava pouco tempo para o início da viagem para a África.<sup>314</sup>

No livro de Câmara Cascudo, Boneschi também é identificado como “major André”.

No dia 2 de setembro, Holden Roberto recebe, do seu bureau em Kinshasa, uma mensagem, segundo a qual era “aguardada, para os próximos dias, uma larga operação militar do MPLA na região do Caxito”. [...] Todas as tropas foram postas em estado de alerta, principalmente naquela região do Caxito, na Tentativa, nas Mabubas, onde se esperava o ataque. O grupo do major André recebera o reforço de mais cinco elementos, técnicos em explosivos, que entraram imediatamente em ação, minando picadas mais perigosas [...].<sup>315</sup>

O jornalista afirma que Holden Roberto tinha “admiração e respeito” pelo “major André”, a quem Cascudo descreve como um homem “vindo de longe, integrado totalmente na luta, com grandes conhecimentos de guerrilha urbana e de guerrilha rural” e “um militar que suportou todos os mais duros combates, deixando uma passagem de destemor com todas as atitudes que tomou”<sup>316</sup>.

---

<sup>313</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, presencial, 22 de janeiro de 2015

<sup>314</sup> Entrevista com Paulo César Amendola, por e-mail, 21 de fevereiro de 2015

<sup>315</sup> Cascudo, 1979: 91-92

<sup>316</sup> Cascudo, 1979: 118

Pedro Silva diz que o conhecimento técnico do manejo de explosivos pela equipe liderada por Boneschi foi crucial para a FNLA, devido à falta de preparo dos sapadores zairenses. Em suas palavras, a destruição de pontes no norte de Angola “não era serviço para amadores”, e esses agentes brasileiros eram capacitados para a função.<sup>317</sup> Segundo o ex-combatente, a saída desses brasileiros da guerra, logo após a independência angolana, foi sentida:

Quando os cubanos finalmente avançaram, os brasileiros já tinham ido embora e os zairenses colocaram as cargas e não conseguiram detoná-las, já na primeira ponte que deteria o inimigo (Portoquipiri-Caxito). Depois foi uma série de improvisações, que exigiam combates para sustentar as posições, pois a destruição nunca era completa, ficando fácil para o inimigo recuperar a passagem para blindados com esteira. Quando as pontes acabaram, acabou-se a guerra no norte de Angola.<sup>318</sup>

Segundo seu depoimento, o grupo do GOEsp deixou Angola contra sua vontade, após receber “ordens superiores” via rádio. Pedro não sabe dizer de onde teriam partido essas ordens, mas afirma que presenciou esse momento. “Eu estava conversando com o Boneschi, em Portoquipiri, ao lado de uma fogueira onde ele preparava seu lanche, quando o rádio chegou e assisti sua reação e seu desgosto”. Segundo o aviador, a ordem de retirada foi dada logo que Angola se tornou independente<sup>319</sup> – o que ocorreu simultaneamente com o anúncio oficial do reconhecimento do MPLA pelo Brasil. É devido a essa chamada por rádio que Pedro Silva não acredita em uma versão que foi discretamente difundida no Brasil sobre a participação dos policiais nas tropas da FNLA: de que atuaram como mercenários. “Não foram mercenários porque cumpriram uma missão designada por algum superior. Se como mercenários lá estivessem, não receberiam uma ordem via rádio para retornarem ao Brasil quando da independência – ordem essa cumprida, embora a contragosto, de imediato.”<sup>320</sup>

Uma referência à versão de que Boneschi foi para Angola como mercenário pode ser encontrada em uma entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo* pelo ex-presos político José Carlos Tórtima. Ao ser questionado sobre como eram seus torturadores, Tórtima respondeu: “O mais ideológico era o Boneschi, anticomunista. Ironicamente, acabou morrendo por causa disso. Foi como mercenário para Angola, para lutar contra o governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), e pegou uma doença grave, nos rins, que o matou.”<sup>321</sup>

Amendola, que também refuta que os homens do GOEsp foram à guerra como simples mercenários, usa o termo “extra-oficial” para definir o caráter da viagem. “A equipe foi em missão

---

<sup>317</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 17 de fevereiro de 2015

<sup>318</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 17 de fevereiro de 2015

<sup>319</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 30 de janeiro de 2015

<sup>320</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 30 de janeiro de 2015

<sup>321</sup> “Nada foi pior que o período no DOI-Codi”, diz ex-presos político”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 2013. Esta investigação não conseguiu confirmar a causa da morte do inspetor



‘extra oficial’, à época coberta de grande sigilo. Posso afirmar que era do conhecimento do então general secretário de Segurança Pública bem como do então general chefe do SNI.”<sup>322</sup>

Outros indícios também permitem excluir a possibilidade de os policiais terem viajado para Angola de forma totalmente independente. Um indicador está no pedido de busca que o I Exército enviou à SSP, que informa que o inspetor Boneschi estava a preparar “um relatório sobre a missão em Angola, para enviar ao SNI”.<sup>323</sup> Outro fator é a dimensão do GOEsp. Como já citado em sua descrição, a unidade tinha menos de 40 membros nos anos 1970. Como poderia conceder licenças simultâneas a tantos agentes sem que isso atrapalhasse suas atividades ou levantasse suspeitas? Há, portanto, segurança para afirmar que esses policiais não se uniram às fileiras da FNLA como mercenários ou voluntários. A viagem era do conhecimento de alguns setores da ditadura brasileira, mas os pedidos de licença dos membros do GOEsp e a versão que chegou ao I Exército sugerem que houve uma tentativa de camuflar a atuação do grupo. Não seria, portanto, o caso de dizer que os agentes partiram em missão oficial, sendo mais adequado qualificá-la como “oficiosa” ou “extra-oficial”.

Podemos levantar algumas hipóteses, não excludentes, sobre quais seriam os objetivos do envio de reforço para a FNLA: Seria uma troca de favores entre grupos internacionais ideologizados e preocupados com a expansão do comunismo? Uma forma de aprofundar o treinamento de uma tropa de elite, dando-lhe experiência de combate em guerra? Uma tentativa de interferir nos resultados do conflito? Uma peça de um “jogo duplo” que visava garantir amizades no futuro governo de Angola, independentemente de quem chegasse ao poder? A documentação consultada e os depoimentos colhidos não permitem encontrar uma resposta segura para explicar por que o grupo cruzou o Atlântico. Tampouco foi possível identificar com precisão quais setores do governo eram cientes do envolvimento do Brasil com a FNLA. Geisel estava informado do envio dessa missão ou esse conhecimento ficou restrito a setores mais radicais da linha dura, que gozavam de alguma autonomia em suas ações? O que é certo é que os funcionários da Representação Especial do Brasil em Angola não sabiam da missão liderada por José Paulo Boneschi.

Em seu livro de memórias, quando menciona que militares brasileiros foram vistos circulando junto ao grupo de Roberto, Ovídio cita como fonte apenas o livro de John Stockwell.<sup>324</sup> Além disso, a menção à presença no país de “mercenários brasileiros” por propagandas do MPLA não parecia convencer o diplomata da veracidade da informação. Ainda que não descartasse por completo essa possibilidade, Ovídio preferia buscar explicações alternativas. O trecho de um telegrama enviado pelo diplomata ao Itamaraty já depois do 11 de Novembro ilustra bem essa sua tendência:

---

<sup>322</sup> Entrevista com Paulo César Amendola, por e-mail, 21 de fevereiro de 2015

<sup>323</sup> “Assessoramento à FNLA por policiais brasileiros”, pedido de busca nº 3/76 A do I Exército à SSP-RJ, 06 de janeiro de 1976, fundo DOPS, confidencial, notação 5, folhas 85-87, APERJ

<sup>324</sup> Melo, 2009: 144-145

Comunicado das FAPLA hoje divulgado, proclamando outras vitórias na frente norte, além de Caxito, a cerca de cem quilômetros de Luanda, nas diferentes direções dos povoados de Libongos e Quicabo, diz que “unidades zairenses e mercenários portugueses, brasileiros, sul-africanos e outros” tiveram de retirar-se. Essa referência a mercenários brasileiros é recorrente e talvez não seja de todo gratuita. Tanto pode ser devida à presença junto às tropas de Holden de Câmara Cascudo e seus comparsas de aventura quanto pode ser devida à presença de portugueses que se façam passar por “brasileiros”.<sup>325</sup>

Raul de Taunay, que foi terceiro-secretário da Representação Especial no segundo semestre de 1975, nega que tenha tomado conhecimento da atuação militar do Brasil ao lado da FNLA. Mais do que isso, mostra-se surpreso diante dessa possibilidade: um envolvimento do Brasil na luta armada não colocaria em risco a vida dos próprios funcionários do Itamaraty?<sup>326</sup> Do prédio do consulado brasileiro, Ovídio ouvia o canhoio dos confrontos que se sucediam ao norte de Luanda<sup>327</sup>. Em determinados momentos, a distância que o separava das tropas onde os homens do GOEsp lutavam se limitou a poucas dezenas de quilômetros. Ovídio relatava a duração dos combates, sem saber que a coluna que vinha em sua direção tinha a colaboração de seu próprio país.

## **2.7: A presença cubana em Angola e o reconhecimento da independência pelo Brasil**

Ao mesmo tempo em que a CIA dava início a seu programa secreto de apoio à FNLA e à UNITA, Cuba reforçava sua ajuda ao MPLA, que já contava com armas e treinamento fornecidos pela União Soviética. Segundo Gleijeses, Havana iniciou sua intervenção em Cuba na segunda metade de julho de 1975, após um apelo feito por Agostinho Neto<sup>328</sup>. Os primeiros cubanos entraram no país em voos comerciais e atuavam de forma encoberta, organizando a logística para a operação militar que seria posteriormente reforçada<sup>329</sup>.

Entre 16 e 20 setembro, Fidel Castro enviou a Cuba, por via marítima, 300 militares, além de material. Outros 142 partiram para Brazzaville de avião. A entrada desses homens no país foi facilitada por autoridades portuguesas. A União Soviética não quis apoiar uma missão desse tipo antes da independência, por medo de que isso colocasse em causa a *détente* ou ofendesse outros países da região.<sup>330</sup> Apesar da crescente presença de militares cubanos ao longo do segundo semestre de 1975, as tropas regulares de Fidel só chegariam faltando poucos dias para a independência. Há alguma

---

<sup>325</sup> Telegrama confidencial 563, expedido de Luanda em 9 de dezembro de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>326</sup> Entrevista com Raul de Taunay, presencial, 6 de fevereiro de 2015

<sup>327</sup> Telegrama confidencial 308, expedido de Luanda em 16 de agosto de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>328</sup> A data do início da ajuda cubana não é consensual. Ver Gleijeses (2002: 254) e Moreira de Sá (2011: 221)

<sup>329</sup> Gleijeses, 2002: 260-261

<sup>330</sup> Gleijeses, 2002: 260-261

divergência na literatura acadêmica sobre o início da participação efetiva das tropas regulares cubanas no conflito, mas os trabalhos apontam para datas entre fins de outubro e início de novembro.<sup>331</sup>

Em novembro, já às portas da independência, a Operação Carlota –desta vez, com apoio soviético– garantiu que o MPLA mantivesse o domínio sobre Luanda, evitando os avanços tanto da FNLA, que vinha pelo norte com o apoio de tropas do Zaire, como dos sul-africanos, que entravam pelo sul com a UNITA.<sup>332</sup> Segundo Gleijeses, Fidel Castro decidiu enviar tropas para Angola no dia 4 de novembro, e os reforços chegaram no dia 7. Um dia antes, diz o autor, o aeroporto foi tomado por forças do MPLA, para garantir a entrada desses cubanos.<sup>333</sup> O brasileiro Wellington Moreira Diniz diz que participou em uma ação de tomada do aeroporto, que teria sido efetuada ao lado de 19 cubanos “clandestinos, os que não existem”.<sup>334</sup> O grupo atuava sob disfarce e chegou antes das tropas oficiais:

Eram todos clandestinos. Chegaram ‘técnicos agrícolas’, ‘engenheiros de não sei quê’... mas era tudo milico, tudo militar. [...] Era gente que lutou com Fidel Castro na Sierra Maestra, não eram pequenininhos igual eu não. Era gente de muita história. [...] O objetivo dessa missão era preparar o futuro desembarque das tropas cubanas que viriam dar reforço ao MPLA.<sup>335</sup>

Diniz tinha sido um militante engajado na luta armada contra o regime militar brasileiro. Atuou em ações como roubos a bancos e quartéis para abastecer organizações como COLINA, VPR e VAR-Palmares com armas e dinheiro. Acusado de 38 assaltos e de ter matado 12 pessoas nessas ações, foi preso e torturado. Em 1970, entrou para a lista dos 70 presos cuja libertação era exigida nas negociações motivadas pelo sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher. Libertado, Diniz buscou exílio no Chile, na época governado por Salvador Allende. Quando ocorreu o golpe de Pinochet, fugiu do país. Após passar pelo México, chegou à Europa, acabando por se instalar na Itália, onde trabalhou na indústria do cinema. Ali conheceu Lúcio Lara, a quem se ofereceu para lutar ao lado do MPLA. “Eu fui com um convite militar, mas a fachada era de cineasta, diretor de cinema”.<sup>336</sup>

O ritmo dos conflitos em Angola era diretamente afetado pela intervenção dos países interessados no desfecho dessa guerra. Moreira de Sá diz que, no final de agosto, “o MPLA estava na ofensiva, a FNLA na defensiva e a UNITA praticamente não contava em termos militares”. A superioridade do MPLA foi ampliada no começo de setembro, com a chegada de uma brigada organizada, treinada e armada pela União Soviética. Com a ajuda, o MPLA avançou para o norte,

---

<sup>331</sup> Westad, 2007: 231-234, Gleijeses: 2002: 305 e Moreira de Sá, 2011: 223-224.

<sup>332</sup> Desde agosto de 1975, os sul-africanos já atuavam no combate ao MPLA em Angola, e, em outubro, passaram a utilizar também tropas regulares, na chamada Operação Savana. Ver Moreira de Sá, 2011: 230-232

<sup>333</sup> Gleijeses, 2002: 307-308

<sup>334</sup> Entrevista com Wellington Moreira Diniz, presencial, 8 de fevereiro de 2015

<sup>335</sup> Entrevista com Wellington Moreira Diniz, presencial, 8 de fevereiro de 2015

<sup>336</sup> Entrevista com Wellington Moreira Diniz, presencial, 8 de fevereiro de 2015

tomando redutos da FNLA e chegando perto do Ambriz. Na segunda metade do mesmo mês, porém, o Zaire enviou dois batalhões para colaborar com o movimento de Holden Roberto, que ganhou novo fôlego para uma contra-ofensiva. Nesse movimento, a FNLA avançou pelo Caxito e seguiu sentido Quifangondo, onde foi travada. Com a chegada de reforços cubanos para essa posição, o MPLA recuperou seu equilíbrio militar em meados de setembro. Novamente, a vitória foi breve. Em outubro, teve início a Operação Savana da África do Sul, e os Estados Unidos carregavam toneladas de armas para a FNLA por meio da IAfeature. Vislumbrando uma possibilidade de vitória, Holden Roberto lançou nova ofensiva para o Morro da Cal. A Operação Carlota e seu apoio pela União Soviética, no entanto, frustraram seus planos de conseguir chegar a Luanda antes do 11 de Novembro.<sup>337</sup>

Em conversa que teve com Ovídio no final de setembro, o alto-comissário Leonel Cardoso descreveu os movimentos de perda e retomada de posições no Caxito como uma espécie de “valsa”:

Perguntei ao alto comissário sobre o recente avanço da FNLA, que proclama haver conquistado o Caxito. Respondeu que não atribui grande importância a esta retomada e que, nos moldes locais, a luta pelo norte será “uma valsa”, com sucessivas tomadas e retomadas de pontos estratégicos vários, ora pela FNLA, ora pelo MPLA, que ambos exércitos estão despreparados, que se embalam, se entusiasмам com a próprio propaganda. Mal o MPLA tomou o Caxito, quis avançar em direção a Carmona. Não consolidou posição, antes, desguarneceu o ponto conquistado. E assim perdeu-o.<sup>338</sup>

Com o MPLA reinando sozinho na capital, os combates que castigavam o interior já não eram tão sentidos em Luanda. Ovídio havia voltado de seu período de consultas no Brasil em meados de setembro e disse ter encontrado uma cidade “muito menos suja e muito menos tensa”. “Nota-se decidido esforço das autoridades para limpar, reorganizar a capital. A aflição que ainda paira nas ruas já não é mais a dos combates, da ameaça de invasão. É a ansiedade [...] dos aeroportos, a emoção das partidas, das longas viagens, das mudanças de vida.” O diplomata disse que não existia “qualquer ameaça pairante, nem hostilidade visível, de pretos contra brancos, muito menos existe qualquer animosidade contra brasileiros em especial”.<sup>339</sup> Tratou de reportar a Brasília que seu retorno ao país tinha sido simpaticamente noticiado pelo *Jornal de Angola*, que já estava inteiramente orientado pelo MPLA. Com destaque em sua primeira página, o jornal noticiara que o Brasil havia oferecido meio milhão de vacinas ao país e que o próprio Ovídio tinha sido o portador da doação.<sup>340</sup>

Na leitura dos telegramas enviados por Ovídio em 1975, fica claro que o diplomata fazia um esforço para destacar que havia abertura do MPLA para o Brasil e que esse movimento se empenhava em tentar organizar a cidade que estava sob seu comando. Mesmo quando o Brasil era alvo de algum

---

<sup>337</sup> Moreira de Sá, 2011: 254-255

<sup>338</sup> Telegrama confidencial 377, expedido de Luanda em 24 de setembro de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>339</sup> Telegrama confidencial 371, expedido de Luanda em 23 de setembro de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>340</sup> Telegrama confidencial 363, expedido de Luanda em 18 de setembro de 1975, microfilme 2084, AHI

ataque pela imprensa, o diplomata costumava relativizar as ofensas. Em outubro, por exemplo, ao comentar ataques direcionados ao Brasil por radialistas, dizia que “os mesmos programas que nos atacam são os que mais tocam música brasileira”. Para Ovídio, o Brasil era capaz de fazer com que essa hostilidade desaparecesse “com algum tempo e a política certa”, de “absoluta não intervenção nos assuntos angolanos”. Considerou que “todos esses programinhas e agulhadelas radiofônicas deixarão de existir também da noite para o dia se, por motivos sérios e objetivos de nossa conveniência, o Brasil for dos primeiros a optar pelo reconhecimento da independência com o MPLA”.<sup>341</sup>

Se compararmos a visão que Ovídio expressava com a demonstrada por Gil Ouro Preto, que o substituiu entre agosto e setembro, concluímos que ou os dois diplomatas tiveram experiências pessoais absolutamente distintas em pouco espaço de tempo ou havia, de fato, uma maior boa vontade do primeiro em relação ao MPLA. As diferenças de tom ficam claras, por exemplo, em uma das últimas mensagens de Ouro Preto enviou a Brasília antes de deixar sua posição interina:

Na nebulosa futura Angola, o Brasil terá de entender-se com o MPLA, o “progressista” partido do camarada Agostinho Neto, único interlocutor válido nesta total bagunça e pandega geral. De fato, precariamente senão, o MPLA, que sabe soletrar, ocupa Luanda, controla a administração, a polícia, os serviços públicos, os correios (nada naturalmente está a funcionar), colocando-se, assim, em melhores condições do que seus pares de impor um simulacro de ordem e de dignidade em desatolar o país. Acontece que o MPLA não gosta do Brasil. Conforme tive oportunidade de comunicar a vossência e conforme senti na carne, o partido rubro-negro considera-nos comprometidos com os norte-americanos e seus lacaios. Não esquece, entre outras coisas, que o Brasil, nos foros internacionais, sempre votou a favor de Portugal, nunca pelas colônias. Considera-nos ricos, prepotentes, neocolonialistas e –coisa extraordinária para nós, mas imperdoável para ele– brancos. Nestas condições, não creio enganar-me afirmando que Luanda, por muito tempo, será o exemplo “do posto de sacrifício”.<sup>342</sup>

Os dois diplomatas, no entanto, coincidem que o MPLA está em posição de vantagem e que as decisões do Brasil em relação à independência angolana deverão levar isso em consideração.

Em 16 de outubro, Ovídio fez uma longa exposição da situação em que se encontrava Angola e finalizou recomendando abertamente que o Brasil estivesse entre os primeiros países a reconhecer um futuro governo sob comando do MPLA<sup>343</sup>. Na fundamentação de sua sugestão, dizia que quaisquer contornos “pretensamente ideológicos” que o processo de descolonização parecia ter tido em certo momento se esfumavam com a aproximação da independência, dando lugar a uma “luta crua pelo poder”. Dizia que os alinhamentos internacionais em torno da situação eram feitos “mais em função dos prospectos de vitória de cada partido do que em decorrência de afinidades que sejam tidas com um

---

<sup>341</sup> Telegrama confidencial 421, expedido de Luanda em 13 de outubro de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>342</sup> Telegrama confidencial 357, expedido de Luanda em 15 de setembro de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>343</sup> Telegrama confidencial 434, expedido de Luanda em 16 de outubro de 1975, microfilme 2084, AHI

ou com outro”. Sua análise tratava o MPLA como um movimento que nunca foi homogêneo, uma frente nacionalista que congregava partidos e individualidades de esquerda, de centro e de centro-esquerda, e previa que seu espectro político poderia se ampliar ainda mais com a formação de um governo. O diplomata considerava também que a guerra poderia se arrastar por anos:

O nível de organização das tropas, as armas disponíveis, não permitem senão uma longa série de expectativas de batalhas. [...] Uma guerra desta natureza, feita em ritmo africano, ainda que com armas novas de toda procedência, pode durar anos, tal como as guerrilhas foram feitas por mais de uma década, sem afetar verdadeiramente as cidades médias e grandes do país. Nem se diga que mercenários, por melhores estratégias que sejam, podem mudar o curso desses acontecimentos. A desorganização do país, o racismo latente das tropas não lhes permitiriam nenhum comando efetivo. O litoral, muitas cidades do interior poderão ficar como já estão em mãos do MPLA, enquanto lutas esparsas espoucam no interior com grandes correrias entre os combatentes, comensurado alarde da imprensa internacional.

Ovídio afirmava que, quando Portugal dizia que não entregaria o poder a “qualquer movimento isolado”, mas sim “ao povo”, na prática, o deixaria ao MPLA. O diplomata também informava que o novo governo seria imediatamente reconhecido por “um número substancial de países”, entre sessenta e oitenta. Concluía, por fim, que o Brasil deveria assumir posição de destaque no reconhecimento:

Creio que o Brasil deva estar entre os primeiros que se pronunciem pelo reconhecimento do governo de Luanda. Qualquer demora será desgaste. Ao contrário, um pronunciamento vigoroso, de alto nível, se possível até prévio, poderá ser um *abre te sesamo* para nossas relações não só com Angola, mas com a grande maioria da África.

Em seu telegrama, Ovídio citava o envolvimento de outros países no conflito, como África do Sul, Estados Unidos e China. Porém, nada dizia sobre os cubanos. A menção aos cubanos não aparece em nenhuma comunicação de Luanda para Brasília no período analisado. Nesse ponto, os relatórios de Ovídio coincidem com os de Gil Ouro Preto. Os Estados Unidos já sabiam da participação de Cuba pelo menos desde o final de agosto<sup>344</sup>. Nas suas memórias, Ovídio nega que tenha tido acesso a essa informação antes da independência<sup>345</sup>. No entanto, o presidente Ernesto Geisel afirmou, após o episódio do reconhecimento de Angola, que o envolvimento de Cuba era de conhecimento do governo brasileiro, mas foi ignorado porque o Brasil tinha outros interesses. Como explicar essa contradição? Não podemos descartar que Geisel tenha recebido a informação pelo canal militar. Segundo Pedro Silva, o grupo no qual lutavam os policiais do Rio de Janeiro sabia que as fileiras inimigas estavam

---

<sup>344</sup> Moreira de Sá, 2011: 227

<sup>345</sup> Melo, 2009: 133-135

reforçadas por cubanos<sup>346</sup>. Independentemente de como Brasília soube do fato, parece certo que a informação não foi repassada a seu representante especial no terreno.<sup>347</sup>

Geisel tomou a decisão de reconhecer a declaração de independência do MPLA no dia 3 de novembro de 1975<sup>348</sup>. Ovídio recebeu a notícia dois dias antes da festa<sup>349</sup>. O ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, fez um discurso para os militares brasileiros na Escola de Guerra Naval no dia 10, horas antes de anunciar o reconhecimento. Na ocasião, apresentou a política brasileira para Angola e defendeu que isolar o MPLA poderia tornar o país ainda mais dependente do bloco comunista.<sup>350</sup> O governo brasileiro comunicaria à imprensa o reconhecimento do novo governo às 20 horas do dia 10, segundo o fuso horário de Brasília. Nesse exato momento o poder trocava de mãos em Angola<sup>351</sup>. Governado por uma ditadura de direita, o Brasil tornava-se o primeiro país a reconhecer o MPLA.

Quando Angola se tornou independente, à meia-noite entre os dias 10 e 11 de novembro, rajadas de tiros tomaram os céus de Luanda para celebrar a libertação<sup>352</sup>. Por razões nadas pacíficas, rajadas como essas continuariam a ser ouvidas no país até 2002, quando finalmente teve fim a Guerra Civil angolana. Da tribuna reservada às autoridades, Ovídio observa os uniformes ostentados pela polícia angolana, que haviam sido comprados no Brasil graças à sua intermediação<sup>353</sup>. Há poucos quilômetros dali, à mesma hora, Pedro Silva, Theobaldo Lisboa e José Paulo Boneschi estavam juntos no Morro da Cal, segurando essa posição para a FNLA num grupo de 26 homens<sup>354</sup>. O clima ali não era de celebração: a independência que queriam havia sido perdida nos arredores de Quifangondo.

---

<sup>346</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, presencial, 22 de janeiro de 2015

<sup>347</sup> Após a repercussão negativa do reconhecimento do MPLA no Brasil, foi iniciada uma campanha que culpabilizou Ovídio, acusando-o de ter induzido o Brasil a um erro em relação a Angola. O diplomata foi transferido para postos de menor importância e permaneceu durante dez anos sem promoção (Melo, 2009: 136-146), o que nos leva a refletir até que ponto a falta de comunicação de Brasília sobre a presença de cubanos, se esta fosse mesmo do conhecimento de Geisel, poderia ser propositada

<sup>348</sup> Dávila, 2011: 249

<sup>349</sup> Melo, 2009: 130

<sup>350</sup> Dávila, 2011: 250-251

<sup>351</sup> Melo, 2009: 130

<sup>352</sup> Melo, 2009: 132

<sup>353</sup> Telegrama confidencial 383, expedido de Luanda em 25 de setembro de 1975, microfilme 2084, AHI

<sup>354</sup> Entrevista com Pedro Alberto Rodrigues da Silva, por e-mail, 25 de junho de 2015





## CONCLUSÕES

A colonização de Angola, em que Portugal começou a investir com mais afinco após a independência do Brasil, em 1822, ditou a forma como o território africano se inseriu no mundo. Pelo menos até o despertar dos movimentos de libertação na África lusófona, o modelo econômico vigente posicionava Angola primordialmente como fornecedora de matérias-primas, sobretudo para as indústrias da metrópole, que tinham no território africano um mercado reservado para seus produtos. Embora tenha alcançado algum sucesso em termos de crescimento, o sistema colonial português foi incapaz de permitir o acesso à cidadania e a ascensão social da população negra. O alijamento dessa parcela majoritária da população está entre as principais razões para o surgimento de grupos de contestação do domínio português, que em 1961 deram início a uma guerra de guerrilhas pela libertação.

Também produtor de matérias-primas e dependente das exportações de bens primários para atingir seu objetivo de desenvolvimento, o Brasil começou a se ressentir da concorrência dos produtores beneficiados pelo sistema colonial, que considerava desleal. Esses produtores, além da reserva de mercado nas metrópoles, contavam com a baixa remuneração da mão de obra para que seus produtos chegassem a preços mais competitivos no mercado internacional. Essa situação levou ao surgimento, ainda nos anos 1940, dos primeiros questionamentos internos no Brasil sobre o apoio dado pelo país às políticas das potências coloniais europeias.

O endosso brasileiro ao colonialismo era fruto da estratégia que a diplomacia brasileira adotou logo após a Segunda Guerra Mundial. O Brasil entrou no pós-guerra como um forte aliado do Ocidente em sua cruzada contra o comunismo e acreditava que a amizade com as grandes potências lhe abriria as portas para a industrialização e o crescimento. Essa fidelidade, porém, pouco resultou em termos de ajuda ao desenvolvimento, incentivando o surgimento de correntes que defendiam uma aposta na solidariedade terceiro-mundista e numa diplomacia pragmática.

A transição entre essas duas estratégias da diplomacia –do alinhamento com o Norte desenvolvido ao incremento das relações Sul-Sul– marca a história das relações internacionais do Brasil no século XX. Ela refletiu não apenas as mudanças no panorama mundial, com o surgimento de alianças entre países subdesenvolvidos que não compactuavam com a bipolaridade imposta pela Guerra Fria, mas também o equilíbrio de poder entre setores da sociedade brasileira. A primeira dessas estratégias pode ser identificada com o grupo que aqui chamamos de *ocidentalistas*. Sem ser um movimento coeso ou organizado, ele reunia os setores que se opunham à intervenção do Estado na economia, defendiam a abertura ao capital estrangeiro e um alinhamento automático com os Estados Unidos. Do outro lado estavam os *nacionalistas*, que rejeitavam as teses liberais clássicas, questionavam a ordem mundial e cobravam uma inserção mais autônoma do país no mundo. Devido às suas origens no Brasil e às associações que seus opositores faziam entre os movimentos internacionais de não-alinhamento e os desígnios da antiga União Soviética, o nacionalismo e a defesa

de uma política externa independente eram considerados pelos setores mais radicais da direita como catalisadores da ameaça comunista. Entre esses setores identificamos uma importante parcela das Forças Armadas, para a qual o desenvolvimento do país só seria possível se garantida a segurança nacional – ou seja, se afastado o risco de uma revolução de caráter marxista.

O processo de fortalecimento das correntes que defendiam o pragmatismo da diplomacia e sua dissociação do conflito Leste-Oeste foi acompanhado por um crescente interesse do Brasil pela África. A década de 1960 foi um período especialmente marcado pela aproximação do Brasil com os países africanos. A defesa da descolonização já dava sinais de entrar na agenda brasileira, apesar de enfrentar obstáculos internos, como a instabilidade política que marcou o período. No caso das colônias portuguesas, pesava também o forte discurso de amizade que pautava as relações de Brasília com Lisboa, decorrente da tese luso-tropicalista de Gilberto Freyre.

O golpe de 1964 representou uma pausa nesse processo, recolocando o Brasil no caminho do alinhamento com os Estados Unidos e da luta contra o comunismo. Os militares atribuíam uma grande importância geopolítica ao Atlântico Sul e, por isso, temiam a instalação de governos hostis na margem africana desse oceano. Para eles, os movimentos de libertação – como os que combatiam os portugueses em Angola – eram marionetes dos soviéticos. Essa guinada na diplomacia brasileira, entretanto, foi momentânea. Por razões sobretudo econômicas – como a necessidade de buscar novos mercados e o medo de desabastecimento de petróleo provocado pela ameaça de boicote pela aliança afro-árabe –, o próprio regime militar retomaria a tendência ao pragmatismo. Em 1975, ano da independência de Angola, os interesses diretos do Brasil já haviam sido colocados acima das questões ideológicas na formulação da política externa oficial brasileira.

Retomando a definição adotada por Reynolds citada na introdução desta dissertação, precisamos lembrar que a formulação da política externa de um país decorre de um debate entre segmentos da sociedade e órgãos estatais, sendo que cada um faz sua própria análise do quadro internacional. A definição de um conjunto de políticas é consequência não necessariamente de um consenso entre esses setores, mas sim do espaço que eles conseguem conquistar. Conforme exposto neste trabalho, a opção por uma ou outra estratégia diplomática pelo Brasil no século XX foi sempre acompanhada por vozes que dela discordavam, muitas vezes presentes no mesmo governo que a adotava. O quadro não era diferente no Brasil que decidiu reconhecer a independência declarada pelo MPLA em 11 de novembro de 1975. A vitória do pragmatismo do Itamaraty no episódio não anula a existência de setores mais radicais da ditadura, que não aceitavam a associação do governo brasileiro com um movimento marxista.

A estratégia adotada pela diplomacia profissional na reta final da descolonização de Angola consistiu na instalação de uma Representação Especial em Luanda, na aposta inicial pela equidistância

na disputa entre MPLA, FNLA e UNITA e, com a prevalência do MPLA sobre seus oponentes, no apoio a sua declaração de independência.

No entanto, paralelamente à política oficial, um grupo de policiais de elite do Rio de Janeiro trabalhou como especialistas em explosivos junto às tropas da FNLA, que também recebia o apoio norte-americano em virtude da ideologia comunista associada ao MPLA. Esses policiais tinham ligações com o aparato de repressão da ditadura, um setor que em 1975 gozava de certa autonomia de atuação e de grande concentração de elementos mais radicais, ligados à linha dura dos militares. Apesar de inicialmente não se ter descartado a possibilidade de que os policiais tenham ido a Angola como mercenários – ou seja, por iniciativa própria e sem ligação com nenhum setor do governo brasileiro – os indícios colhidos durante esta investigação apontam no sentido contrário. Entre eles podemos citar: a) a proporção de agentes enviados ao país africano em relação ao grupo a que pertenciam, que dificilmente passaria despercebida por seus superiores; b) um documento que indica que o líder da missão prepararia um relatório sobre ela para o SNI; c) testemunhos que apontam para a conivência entre a missão e órgãos da comunidade de informações, nomeadamente o SNI e o CIE; d) o próprio caráter sigiloso sob o qual a missão se desenvolveu.

O cruzamento desses fatores nos permite concluir que a missão de policiais do Rio de Janeiro ao lado da FNLA teve caráter extra-oficial, ou seja, foi uma ação encoberta que contava com o aval ao menos de uma facção do governo brasileiro. Essa conclusão permite endossar, com ressalvas que serão apresentadas a seguir, a hipótese inicialmente formulada, de que *o setor mais radical da ditadura brasileira exerceu, em Angola, uma diplomacia militar paralela à política externa oficial nos meses que antecederam a independência do país africano.*

Entre as ressalvas que precisam ser feitas está a impossibilidade de se identificar com exatidão, até o momento, a cadeia de comando à qual essa missão estaria submetida e se ela era do conhecimento da Presidência da República. Tampouco foi possível apontar com segurança quais seriam os objetivos concretos de seu envio para Angola. Não é possível dizer, por exemplo, se seus responsáveis acreditavam na possibilidade de influenciar os rumos da guerra ou se a missão era parte de um jogo duplo, que visava manter laços com mais de um lado do conflito angolano enquanto ele ainda não era tido como encerrado. A persistência dessas dúvidas não anula, *a priori*, a verificação da hipótese com base nos indícios até agora disponíveis. No entanto, ela sugere a necessidade de novos estudos e a descoberta de mais elementos que ajudem a compreender melhor esse episódio.



## FONTES

### 1. Arquivos

Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília

Arquivo Nacional, Brasília e Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

*National Archives and Records Administration* ([www.archives.gov](http://www.archives.gov))

### 2. Entrevistas

Eduardo Luís da Câmara Cascudo

Ivony Vieira de Andrade Melo

Jorge Milton Temer

Paulo César Amendola

Pedro Alberto Rodrigues da Silva

Raul de Taunay

Wellington Moreira Diniz

### 3. Bibliografia

Alexandre, Valetim (1993), “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, *Análise Social*, vol. 28 (123/124), pp. 1117-1136.

Alexandre, Valentim (2000), *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.

Andresen Guimarães, Fernando (2001), *The origins of the Angolan Civil War: foreign intervention and domestic political conflict*, Londres, Macmillan.

Arquidiocese de São Paulo (1985), “Os funcionários”, em *Projeto Brasil Nunca Mais*, São Paulo, Arquidiocese de São Paulo.

Bittencourt, Marcelo (2008), “*Estamos juntos!*” *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, vol. I, Luanda, Kilombelombe.

Bloch, Marc (2002), *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Caldas, Álvaro (2004), *Tirando o Capuz*, Rio de Janeiro, Garamond.

Captain, Yvonne (2010), “Brazil's Africa Policy under Lula”, *The Global South*, 4 (1), Bloomington, Indiana University Press, pp. 183-198.

Carlsoni, Karla G. (2011), “Embates internos: militares X militares no governo JK”, comunicação apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

Carvalho, Thiago (2010), *Do Lirismo ao Pragmatismo. A Dimensão Multilateral das Relações Luso-Brasileiras (1974 - 1976)*, dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE.

- Cascudo, Fernando Luís da Câmara (1979), *Angola: a guerra dos traídos*, Rio de Janeiro, Bloch Editores.
- Castelo, Cláudia (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo: o Lusotropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Castelo, Cláudia (2014), “‘Novos Brasis’ em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio”, em *VARIA HISTORIA*, 30 (53), Belo Horizonte, pp. 507-532.
- Castro, Zília Osório de *et al* (2006), *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/Atlantico%20Sul.pdf>.
- Chaloub, Jorge (2012), “Liberalismo e nacionalismo no Brasil (1947-1953): notas sobre a UDN e a Campanha do Petróleo”, comunicação apresentada no VIII Encontro ABCP, Gramado, 1 a 4 de agosto de 2012.
- Clarence-Smith, Gervase (1985), *O terceiro império português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema.
- Couto, Ronaldo Costa (2003), *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura: Brasil 1964-1985*, 4ª edição, Rio de Janeiro, Record.
- Dantas, Francisco Clementino de San Tiago (2011), *Política externa Independente*, Brasília, FUNDAG.
- D'Araújo, Maria Celina (1992), *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*, 2ª edição, São Paulo, Ática.
- Dávila, Jerry (2011), *Hotel Trópico: o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, São Paulo, Paz e Terra
- Duarte Silva, A. E. (1989), “Salazar e a política colonial do Estado Novo: o Acto Colonial (1930-1951)”, em Rosas, Fernando e José M. Brandão de Brito (orgs.), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote.
- Fico, Carlos (2004), “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, em *Revista Brasileira de História*, 24 (47), pp. 29-60.
- Fico, Carlos (2012), “História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro”, *Varia Historia*, 28 (47), Belo Horizonte, pp. 45-59.
- Frota, Sylvio (2006), *Ideais Traídos*, 2ª Edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Gaspari, Elio (2004), *A Ditadura Encurralada*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Ginzburg, Carlo (1989), *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Gleijeses, Piero (2002), *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*, Chapel Hill, The University of North Carolina Press.
- Gomes, Fabrício Augusto Souza (2010), “Perigos sob a sombra das Palmeiras: a relação entre o ISEB e os militares no governo JK (1956-1960)”, comunicação apresentada no XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio *Memória e Patrimônio*, Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010, UniRio.
- Gonçalves, Williams da Silva (2003), *O Realismo da Fraternidade Brasil-Portugal: do tratado de amizade ao caso Delgado*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Gonçalves, Williams e Shiguenoli Miyamoto (1993), “Os militares na política externa brasileira: 1964-1984”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 6 (12), pp. 211-246.
- Guimarães, Cesar (2001), “Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília”, em Maria Alice Rezende de Carvalho (org.), *República no Catete*, Rio de Janeiro, Museu da República.

- Hirst, Mônica (2003), “O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)”, em *Cena Internacional*, ano 5, nº 1, Brasília, UnB/FUNAG.
- Hobsbawn, Eric (1998), *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- Ianni, Octavio (1968), *O colapso do populismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Kunhavalik, José Pedro (2009), “Os militares e o conceito de nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960”, tese de doutorado em Sociologia Política, Florianópolis, UFSC.
- Lechini, Gladys (2008), “O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty”, em *O Brasil no Mundo*, Buenos Aires, Nueva Sociedad.
- Ligiero, Luiz Fernando (2011), *A autonomia na política externa brasileira : a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão.
- Loureiro, Felipe Pereira (2012), *Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*, tese de doutorado em História Econômica, São Paulo, FFLCH-USP.
- Macqueen, Norrie (1997), *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- Marangoni, Pedro Alberto (1998), *A opção pela espada: os comandos especiais na linha de frente em defesa do mundo ocidental*, local desconhecido, PMC.
- Marcum, John (1969), *The angolan revolution: the anatomy of an explosion (1950-1962)*, vol. 1, Massachusetts, The M.I.T. Press.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999), *A luta pela independência: a fundação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- Maxwell, Kenneth (1999), *A construção da democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença.
- Mello e Silva, Alexandra (1992), *A política externa de JK: Operação Pan-Americana*, Rio de Janeiro, CPDOC.
- Melo, Ovidio de Andrade (2009), *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty*, Brasília, Fundação Alexandre Gusmão.
- Meneses, Maria Paula (2010), "O 'indígena' africano e o colono 'europeu': a construção da diferença por processos legais", *E-cadernos CES*, 7, 68-93.
- Menezes, Adolpho Justo Bezerra de (1960), *O Brasil e o Mundo Ásio-Africano*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Edições GRD.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto de Vianna (1997), *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: II rivalidade emergente*, 2ª edição revista e ampliada, São Paulo, Editora SENAC.
- Moreira de Sá, Tiago (2011), *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*, Alfragide, Dom Quixote.
- Moura, Gerson (1991), “Avanços e recuos: a política exterior de JK”, em Angela de Castro Gomes (org.), *O Brasil de JK*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas/CPDOC, pp. 23-43.

- Moura, Gerson (2012), *Relações exteriores do Brasil 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*, Brasília, FUNAG.
- Muniz, Camille Bezerra de Aguiar (2010), *Discursos Seleccionados do Presidente Jânio Quadros*, Brasília, FUNDAG.
- Nascimento, Durbens Martins (2000), *A Guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*, dissertação de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA.
- Newitt, Malyn (1981), *Portugal in Africa: the last hundred years*, Londres, C. Hurst & Co.
- Oliveira, César de (1989), “Oliveira Salazar e a política externa portuguesa: 1932/1968”, em Rosas, Fernando e José M. Brandão de Brito (orgs.), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote.
- Oliveira, Nilo Dias de (2010), “Os primórdios da Doutrina de Segurança Nacional: a Escola Superior de Guerra”, *História (São Paulo)*, 29(2), São Paulo, UNESP, pp. 135-157.
- Penna Filho, Pio e Antônio Carlos Moraes Lessa (2007), “O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil”, *Estudos Históricos*, 39, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, pp. 57-81.
- Pinheiro, Leticia (1989), “Brasil, Portugal e descolonização africana (1946-60)”, *Contexto Internacional*, nº 9, Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, pp. 91-111.
- Pinheiro, Leticia (2007), “Ao vencedor, as batatas: o reconhecimento da independência de Angola”, *Estudos Históricos*, 39, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, pp. 83-120.
- Quadros, Jânio (1961), “Brazil's New Foreign Policy”, *Foreign Affairs* 40, nº 1, pp. 19-27, disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/1961-10-01/brazils-new-foreign-policy> (acesso em 08/09/2015).
- Reis, Bruno Cardoso (2014), “As primeiras décadas de Portugal nas Nações Unidas. um Estado pária contra a norma da descolonização (1956-1974)”, em Jerónimo, Miguel Bandeira e António Costa Pinto, *Portugal e o fim do Colonialismo: dimensões internacionais*, Lisboa, Edições 70, pp. 179-215.
- Reynolds, Philip Alan (1977), *Introducción ao estudio de las relaciones internacionales*, Madri, Tecnos.
- Reznik, Luís (2008), 200 anos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Ideorama.
- Ribeiro, Cláudio Oliveira (2009), “Imprensa e política africana no Brasil: uma análise dos governos Jânio Quadros e João Goulart”, *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, v. 23, São Paulo, USP.
- Rodrigues, José Honório (1982), *Brasil e África: Outro horizonte*, 3ª edição ampliada, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Rodrigues, Luís Nuno (2014a), “António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil”, em *História (São Paulo)*, 33 (1), pp. 66-96
- Rodrigues, Luís Nuno (2014b), “Os Estados Unidos e a descolonização portuguesa”, em Jerónimo, Miguel Bandeira e António Costa Pinto, *Portugal e o fim do Colonialismo: dimensões internacionais*, Lisboa, Edições 70, pp. 55-81
- Santos, Luiz Cláudio Machado dos (2011), *As relações Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade e Consulta à Descolonização Lusa na África (1953-1975)*, tese de doutoramento em História, Brasília, Universidade de Brasília.



- Saraiva, José Flávio Sombra (1993), “A Ambivalência de uma Cultura: O Negro no Brasil, em uma Perspectiva Histórica”, *Textos de história*, 1, Brasília, UNB, pp. 32-48
- Saraiva, José Flávio Sombra (1996), *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- Saraiva, José Flávio Sombra (1999), “Um momento Especial das Relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos desdobramentos atuais”, em Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva (orgs.), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil
- Schwartzman, Simon (1979), *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos do Nosso Tempo”*, Brasília, Câmara dos Deputados/UNB.
- Silva, Marcos (2003), *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*, São Paulo, Perspectiva.
- Silva, Pedro *et al* (1978), *Angola: Comandos especiais contra os cubanos*, Lisboa, Braga Editora.
- Skidmore, Thomas E. (1998), *Uma história do Brasil*, São Paulo, Paz e Terra.
- Skidmore, Thomas E. (2007), *Politics in Brazil, 1930-1964: An Experiment in Democracy*, Oxford, Oxford University Press.
- Spektor, Matias (2004), “Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47 (2), pp. 191-222.
- Spektor, Matias (2009), *Kissinger e o Brasil*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Stockwell, John (1978), *In Search of Enemies*, Nova York, Norton & Company.
- Stuart, Hugo (2006), *A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*, São Paulo, Geração Editorial.
- Van Der Waals, Willen (1993), *Portugal's war in Angola (1961-1974)*, Rivonia, Ashanti Publishing.
- Vizentini, Paulo G. Fagundes (1994), “O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964)”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 37 (1), pp. 24-36.
- Weis, W. Michael (2001), “The Twilight of Pan-Americanism: The Alliance for Progress, Neo-Colonialism, and Non-Alignment in Brazil, 1961-1964”, em *The International History Review*, vol. 23 (2), pp. 322-344.
- Westad, Odd Arne (2007), *The Global Cold War, Third World Interventions and the Making of Our Time*, Cambridge e Nova York, Cambridge University Press.